

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL: MESTRADO

SAIONARA LAGOS

**Pressões e protagonismos na trajetória de trabalhadores
em Marechal Cândido Rondon–PR (2000-2017)**

Marechal Cândido Rondon

2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL: MESTRADO

SAIONARA LAGOS

**Pressões e protagonismos na trajetória de trabalhadores
em Marechal Cândido Rondon–PR (2000-2017)**

Trabalho apresentado à Banca avaliadora para Defesa de Dissertação, nível Mestrado, no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon.

Área de concentração: História, Poder e Práticas sociais.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sheille Soares de Freitas

Marechal Cândido Rondon

2017

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Lagos, Saionara

Pressões e protagonismos na trajetória de trabalhadores em Marechal Cândido Rondon - PR (2000-2017) / Saionara Lagos; orientador(a), Sheille Soares de Freitas, 2018. 111 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

1. Trabalhadores. 2. Relações de Trabalho. I. Freitas, Sheille Soares de . II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46
 Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>
 Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000
 Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ
 GOVERNO DO ESTADO

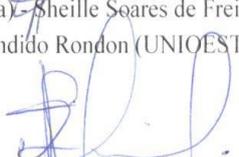
Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE SAIONARA LAGOS, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 6 dia(s) do mês de abril de 2018 às 14h00min, no(a) Sala de Aula do PPGH (40), realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Saionara Lagos, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Vagner José Moreira, Renato Jales Silva Junior, Carlos Meneses de Sousa Santos, Sheille Soares de Freitas. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Sheille Soares de Freitas, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) candidato(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "Pressões e protagonismos na trajetória de trabalhadores em Marechal Cândido Rondon – Pr (2000-2017)". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Vagner José Moreira, Renato Jales Silva Junior, Carlos Meneses de Sousa Santos. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).


 Orientador(a) - Sheille Soares de Freitas

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)


 Renato Jales Silva Junior

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)



Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000
Marechal Cândido Rondon - PR.



Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE SAIONARA LAGOS, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Vagner José Moreira
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Carlos Meneses de Sousa Santos

Saionara Lagos
Candidato(a)

Marcio Antônio Both da Silva
Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

Prof. Dr. Marcio Antônio Both da Silva
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em História
Mestrado e Doutorado
Portaria nº 6213/2016-GRE

AGRADECIMENTOS

À minha querida mãe, quem sempre me deu todo apoio e incentivo, sempre capaz de deixar os tantos problemas que enfrentamos durante esse período de lado e me dizer que tudo ia passar, que eu deveria seguir em frente. Sempre serei grata a você pela dedicação, pelo carinho e amor! Ao meu pai sempre preocupado e ao qual eu sabia que poderia contar nos momentos de dificuldade. Agradeço, também, e especialmente, ao meu esposo, por toda paciência, por todo apoio frente às incertezas, desesperos e momentos difíceis que passamos para que eu conseguisse chegar a essa etapa. Obrigado por estar ao meu lado, obrigado pelo seu amor.

Sou muito grata por ter sido orientada pela Prof^a Sheille Soares de Freitas, por ter acreditado em meu potencial, sempre esteve disposta ao diálogo, sempre disponível para minhas questões e dedicada a ajudar e orientar a construção desta dissertação. Nos momentos de maior solidão na construção deste trabalho ela representava um porto seguro. Alguém que sempre me disse que eu conseguiria e que seria capaz.

Agradeço aos integrantes do Laboratório de Trabalho e Movimentos Sociais, ao Grupo de Pesquisa e Estudos em História Social, Memórias e Linguagens e Projeto Em Evidências. Nossos debates geraram provocações muito relevantes ao pensar nas imagens e preocupações com os trabalhadores. Agradeço a todos que fizeram parte do grupo de pesquisa, pela parceria e por termos tornado esse um espaço amplo de discussões, capaz de nos fazer abrir diferentes caminhos de análises e discussões, assim como compartilhar incertezas, medos e dificuldades enfrentadas. Agradeço ao Prof. Carlos Meneses de Sousa Santos pelas problematizações e críticas, as quais ajudaram no amadurecimento das reflexões.

Obrigado à turma do Mestrado, pelas conversas, risadas e pelo acolhimento. Estar com vocês foi um presente, todos tivemos obstáculos nesse caminho, mas nos apoiarmos durante o percurso foi fundamental. Construimos amizades que levarei para vida toda. Fabi, Rubia, Margarete e Samuel que bom que nos encontrarmos.

RESUMO

Essa dissertação trata da problematização dos possíveis sentidos expressos na disposição de trabalhadores ao se colocarem a procura de trabalho frente a pressões e limites em que se veem inseridos, propondo uma reflexão sobre as possibilidades de trabalho na cidade de Marechal Cândido Rondon entre os anos de 2000-2017, observando de que forma essas relações de trabalho modificam os modos de viver e produzir a cidade. Para tal propósito, tratamos as fontes de modo a considerá-las construções pautadas em interesses, o que não minimiza sua riqueza, mas instiga a problematizar como em um mesmo momento histórico as preocupações expressas podem ser divergentes ou mesmo contraditórias. A investigação foi construída através da análise de fontes como: entrevistas com trabalhadores, o jornal local “O Presente”, no qual pesquisamos matérias que tratam da presença destes trabalhadores na cidade. Nesse mesmo jornal analiso os anúncios de procura por trabalho na tentativa de acessar o modo como os trabalhadores têm se colocado nessas relações ao direcionar seu anúncio para determinadas vagas. Além de fazer uso de fichas de cadastro de trabalhadores no Sistema Nacional de Emprego (SINE), com o objetivo de perceber como se dava o processo de procura dos trabalhadores por essa agência enquanto intermediária entre eles e os empregadores. Analisar a atuação de trabalhadores no século XXI nos permite perceber espaços de confrontação nos quais esses sujeitos decidem como e onde trabalhar a partir do modo como vivem ou almejam viver.

Palavras-chave: Experiência, Relações de Trabalho, Trabalhadores.

ABSTRACT

Pressures and protagonism in the trajectory of workers in Marechal Cândido Rondon - PR (2000-2017)

This dissertation deals with the problematization of the possible meanings expressed in the disposition of workers when they put the demand of work in front of the pressures and limits in which they are inserted, proposing a reflection on the possibilities of work in the city of Marechal Cândido Rondon between the years of 2000-2017, observing how these labor relations modify the ways of living and producing the city. For this purpose, we treat sources in a way that considers them constructions based on interests, which does not minimize their wealth, but instigates to problematize how in a same historical moment the expressed concerns can be divergent or even contradictory. The research was built through the analysis of sources such as interviews with workers and the local newspaper "O Presente", in which we researched matters that deal with the presence of these workers in the city. In the same newspaper, I analyze search-for-work ads in an attempt to access how workers have engaged in such relationships by targeting their ads to certain vacancies. In addition to making use of employee registration forms in the National Employment System (SINE), in order to understand how the process of finding workers by this agency was an intermediary between them and the employers. Analyzing the work of workers in the 21st century allows us to perceive spaces of confrontation in which these subjects decide how and where to work from the way they live or long to live.

Keywords: Experience, Work relationships, Workers.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
CAPÍTULO I	36
A VIDA DOS TRABALHADORES POR ELES MESMOS... MORADIA, TEMPO E TRABALHO	
CAPÍTULO II	69
RECUSAS E AVALIAÇÕES... POR ONDE E COMO TRABALHAR?	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
FONTES	104
REFERÊNCIAS	108

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Passa o dia, acabo o dia, eu mesma, eu tô prevendo pra trabalhá de noite, pra manter trabalhá de dia e de noite, sempre fiz isso trabalhá de dia e de noite. (FÁTIMA, 2014)

A necessidade de Fátima trabalhar durante o dia e à noite merece no mínimo um estranhamento, sugere a percepção de uma condição manifesta também por Paulo que ao nos contar sobre o quanto trabalhava aos 15 anos indica uma experiência representativa entre trabalhadores. Pois, ao ser questionado sobre como fazia para estudar e conciliar suas obrigações com a família, constrói a seguinte exclamação: “Estudava... é mesmo cara, eu estudava!! Eu trabalhava o dia inteiro!!.... É, eu estudava no Eron Domingues” (PAULO, 2012).

Ele se mostra desconcertado frente à quantidade de trabalho que realizava – enumerando carga horária de trabalho e o serviço pesado em uma fábrica de tanques de concreto. Pois, além da correria entre o trabalho e a escola, ainda cumpria horário na Academia, onde realizava treinos de luta, retornando de madrugada para casa. Mas, quase ao fim da entrevista retoma essa questão e recoloca a razão para tal empenho; sugerindo que, com o pai alcoólatra, ele tinha que "trazer comida para casa".

Uma condição que escancara a desigualdade e certas pressões vivenciadas por famílias de trabalhadores, indícios da experiência da exploração exacerbada. Mas, para além do quão difíceis me parecem essas relações, elas sugerem pensar sobre como Paulo, Fátima e outros trabalhadores têm tratado essa condição? Uma pergunta que tem me acompanhado há bastante tempo, mais especificamente desde que passei a ter uma rotina de trabalho muito parecida com a deles.

Mudei-me para Marechal Cândido Rondon-PR¹ em 2011, onde iniciei a graduação neste mesmo ano, poucos meses depois que cheguei, consegui emprego em uma farmácia, como atendente de caixa, por indicação de minha cunhada que já trabalhava na mesma. Meu expediente era das 7:30 às 13:30 horas.² Para complementar minha renda, decidi trabalhar como manicure na parte da tarde em um salão de beleza.

¹ Ao longo do texto utilizarei como referência ao nome da cidade como sendo apenas Marechal, por ser mais usual entre os moradores da cidade.

² Trabalhei nesta farmácia durante três anos da graduação e quando me formei voltei a trabalhar na mesma por mais um ano.

Mudar-me para Marechal significou sair da dependência dos meus pais, pois neste momento eu e meu companheiro, Everton, fomos morar juntos, viemos os dois de Catanduvas-PR, onde moravam os pais de ambos; ele já havia morado em Marechal e antes mesmo de nos mudarmos foi até a empresa em que já havia trabalhado e conseguiu seu emprego de volta. Passamos alguns dias na casa de uma tia de Everton, mas logo alugamos uma casa e trouxemos nossa mudança, ele ganhava cerca de R\$ 1000,00 e pagávamos um aluguel de mais ou menos R\$ 450,00.

Nossa mudança foi feita de diversas coisas que ganhamos de nossos pais, uma coisa que sobrava na casa de um, um móvel usado comprado por outro. Eles dividiram com nós alguns utensílios de cozinha, mas também não tínhamos muita coisa, como um sofá que compramos apenas dois anos depois. A possibilidade de conciliar mais um trabalho surgiu para mim diante da expectativa de comprarmos algumas coisas para nossa casa. Logo achamos que era necessário comprar um carro, pois na cidade andávamos de bicicleta mesmo em dias chuvosos.

Além disso, sofria muito por estar longe da minha mãe e era muito difícil para ir visitar nossos pais de ônibus, saíamos de Marechal às 14:00 do sábado para chegar em Catanduvas às 20:00 horas, e no domingo saíamos de lá às 16:00 horas para chegar em Marechal às 22:00. De carro essa distância poderia ser feita em 1 hora e meia, aproveitaríamos mais o tempo com a família e não chegaríamos tão cansados para retornar ao trabalho na segunda.

Pensando em resolver essas dificuldades avaliamos que deveríamos procurar possibilidades de ganhar um dinheiro a mais, uma vez que nossos postos de trabalho não nos remuneravam o que correspondia a tais expectativas. Saí e voltei para o salão em diversos momentos, conciliando períodos de provas na faculdade e intensificando esse trabalho durante as férias, principalmente durante o final do ano – quando o movimento também era mais intenso. Mas, quando não trabalhava no salão, fazia unhas a domicílio, o que exigia que eu me deslocasse de uma casa para outra de bicicleta, o que por outro lado permitia marcar uma quantidade menor de clientes e ganhar quase o mesmo valor, por não precisar dividir os lucros.

Por um período, trabalhei também em uma loja de roupas na parte da tarde. Mas, as dívidas aumentavam e com o carro precisávamos pagar a parcela do financiamento, combustível, IPVA e seguro obrigatório. Além disso, precisamos nos mudar porque na casa onde morávamos não tinha garagem e o valor do aluguel aumentou. Enfim, diante de nossos gastos, nossos salários não estavam sendo suficientes e a conta não estava

fechando ao final do mês; então decidi começar a vender diversos produtos. De início, Tupperware, Avon e Boticário. Mas, durante esses anos, já vendi roupas, lingerie e, também, busquei produtos no Paraguai para revender (devido à proximidade de Marechal com o país fronteiro). Na realidade, tudo que eu percebi como possibilidade de revenda, como forma de constituir renda, incorporei como possibilidade de trabalho.

Ao chegar à cidade, fiquei por um momento encantada com suas ruas largas e sua organização, mas, de fato, apenas por um momento, logo suas contradições foram ganhando expressividade aos meus olhos, no viver a cidade e, principalmente, após o ingresso na Universidade, espaço que nos instiga a pensar o social como espaço de tensões. A aparente ordem que se pretendia manter na cidade exigia tentativas de controle ainda mais fortes, que se estabelecem na luta de classes e na visibilidade das desigualdades.

Paiva e Laverdi (2005) destacaram o incômodo por parte de comerciantes e alguns moradores da cidade, manifestados em reportagem do jornal “O Presente” em 2003, com relação à presença de trabalhadores, no caso identificados como “chapas” no centro da cidade, os quais permanecem em algumas esquinas “à espera de ofertas de trabalho” para carga e descarga de mercadorias. A preocupação expressa no jornal era com a manutenção da “beleza estética” da cidade. Sobre isso os autores pontuam que:

As experiências construídas nas relações sociais conflituosas na cidade parecem ter imposto mudanças no espaço da cidade, dando visibilidade a formação de novos territórios, em nada coadunados com os projetos oficiais buscados pelas elites locais. (PAIVA e LAVERDI, 2005, p. 02)

Essa relação não é em nada harmônica, uma disputa que se faz em tensão, mas são essas teias que dão forma ao modo como certas relações se estabelecem ou passam constantemente por tentativas de controle. Perceber de que forma os trabalhadores têm enfrentado essas e outras disputas é o que percebo enquanto significativo ao tratar como eles decidem onde e como morar, trabalhar e avaliar seu tempo.

Por certo que as condições em que eu vivia não eram exclusividade e diante desse sentimento de exacerbação nessas relações de exploração, expresso, inclusive, na materialidade do que significa o achatamento dos salários e de toda essa condição compartilhada entre trabalhadores assalariados, a qual apareceu com força no desenvolvimento da pesquisa e na conversa com certos trabalhadores. Dessa forma, era possível perceber que, para além de ocasionais, essas práticas e relações eram

constantes e identificadas por um número significativo de trabalhadores. No decorrer de minha formação fui instigada a discutir minha condição de classe, na posição de quem vivencia e tem compromisso com sua realidade.

Em 2012, quando começamos a pensar sobre uma pesquisa, ainda na graduação, minha orientadora, tanto naquele momento quanto agora, me instigou a perceber que toda minha indignação com o modo como vivia e pelo modo como percebia as relações na cidade poderiam ser o eixo para o desenvolvimento da minha problemática. Era e continua a ser revoltante perceber como os mesmos territórios são permeados por experiências distintas e conflitantes. Portanto, trabalhar em um salão, no centro da cidade, não é o mesmo que frequentá-lo, quem vai até lá para fazer as unhas tem outro lugar social e condição. Mas, nesse campo de desigualdades, como as pessoas lutam para construir na mesma cidade os seus territórios – enquanto promoção de suas expectativas e modo de viver?

Durante a graduação, na produção do trabalho de conclusão do curso, privilegamos discutir o modo como o desemprego é enfrentado pelos trabalhadores e como esses sujeitos procuraram e decidiram, a partir de suas pressões de classe e limitações dessa condição, onde e como trabalhar (LAGOS, 2014). Um segundo momento, agora no mestrado, acredito que com uma perspectiva histórica mais sólida, vivenciando e percebendo “novas disputas para velhas pressões de exclusão” (FREITAS, 2016, p.4), procurei avançar sobre essas questões e discutir como trabalhadores lidam e tratam seus modos de vida, enfrentando suas dificuldades de classe e construindo seus territórios, problematizando a exploração e agindo para confrontá-la.

A temporalidade definida para a pesquisa (o que não nos restringiu de recuos pois no processo de produção de memória dos sujeitos esses limites não são tão bem definidos assim), sugere uma análise a partir de uma perspectiva de que interessava observar como no século XXI os trabalhadores têm lidado com as relações de exploração e, ao fazer isso, apontar em sua experiência histórica elementos que sugeriam os rumos de suas decisões de trabalho e alternativas, bem como avaliações sobre suas condições de vida frente a um processo recente que vem compondo um vasto campo de discussões, principalmente na área da sociologia do trabalho, a qual se esforça em tratar das “mudanças no mundo do trabalho” e suas implicações no social, lidando, em grande medida, com o marco da “reestruturação produtiva”.

Porém, para esse trabalho me propus a discutir como as mudanças (nas relações de trabalho e nas condições de vida) têm sido percebidas e vivenciadas pelos trabalhadores, especificamente em Marechal, e como diante da necessidade de lidar com essa realidade eles atuam na cidade nesse novo século. Rodrigues (2017, p.11) ao evidenciar a experiência de trabalhadores em Marechal no século XXI trata dessa temporalidade enquanto a percepção de um “processo de empobrecimento”, analisando momentos em que determinados trabalhadores precisam lidar com “situações limites” e se questiona, sobre como constroem alternativas diante dessas situações?

Concordo com Rodrigues (2017) que “nem todo trabalhador vai a indústria, ou ‘cata latinha’” (p.34). Em Marechal apenas na área da indústria podemos citar algumas variações como produção de bolas, frigorífico, laticínio, produção de máquinas para fazer sorvetes e, ainda, o setor de confecção (entre as mais conhecidas a produção de lingerie), e nem todos os trabalhadores procuram por trabalho nos mesmos lugares.

Mas como reconhecem as possibilidades nesse universo? Como decidem onde procurar? Avaliando suas referências ou a falta delas? Por saber o que a empresa fornece além do salário, como cesta básica?³ Ou então, pelo valor dos salários? Segurança com o registro em carteira? Horários? Visibilidade da atividade? Esse caminho pode ser construído a partir de justificativas as mais diversas, mas os sentidos dessas construções é que pretendo explorar ao longo dos capítulos.

Parece-me evidente que há ponderações sobre onde e em que condições trabalhar, mesmo que não sejam escolhas livres e não haja tantas opções de emprego, mesmo em um processo em que, evidentemente, trabalhadores são explorados e lidam com as pressões de uma tentativa cada vez maior de intensificar essa exploração. Suas ações são no sentido de interferir nesse processo e já se iniciam ao decidir por onde procurar trabalho e é por isso que acredito que se estabeleçam enquanto relações de poder. Portanto, via de correlação desigual de forças. Mesmo que por vezes em condições de classe compartilhadas, alguns trabalhadores realizam determinada atividade e outros não, por isso acredito na relevância de analisarmos como suas decisões estão expressas no modo como suas experiências se constituem.

³ Por diversas vezes presenciei trabalhadores comentarem a respeito de uma empresa do setor alimentício da cidade, elogiando as cestas básicas que fornecem aos funcionários assim como a divisão de outra cesta que ocorre uma vez por ano. Apesar de não conseguir confirmar essa informação na empresa interessa indicar que é algo dito entre trabalhadores e que se apresenta como um fator de destaque para eles. Portanto, que pode influenciar em uma necessidade de decidir onde trabalhar, avaliando o orçamento familiar e como a cesta pode contribuir.

Por isso decidi começar o texto com aquele trecho da fala de Fátima (que foi também o início de nossa entrevista), porque nele tratava explicitamente da questão da minha problemática – o que fez me aproximar dela e perceber os sentidos do trabalho na minha experiência e de outros trabalhadores com os quais eu convivía na cidade –, avaliando elementos fundamentais na formulação de meu interesse em entender como se davam as relações e possibilidades de trabalho, no séc. XXI, em Marechal, vendo de que forma suas práticas modificam os modos de viver e produzir a cidade.

Alguns dos incômodos que essas trajetórias despertavam era a constante movimentação desses trabalhadores, seja pela procura por novos postos de trabalho (mudança de uma relação de trabalho para outra) seja no acúmulo de diferentes atividades. Na medida em que analiso a dinâmica da experiência de trabalhadores, que assim como Fátima e Paulo expressam avaliações sobre suas labutas, coloco-me a pensar no trabalho de Santos (2016), que no início de sua tese, a qual trata da movimentação social de trabalhadores (também na cidade de Marechal, na segunda metade do século XX), o autor se propõe a:

Reconhecer que as presenças destacadas visualizam ações/avaliações de homens e mulheres que chegaram, partiram e/ou retornaram de diversos lugares.

Ao fazer isso proponho argumentar que suas presenças são as afirmações propositivas de seus interesses e valores, assumindo que suas movimentações são mais do que deslocamentos, que suas ações expressam os modos de vida e de luta estabelecidos por um conjunto significativo de trabalhadores. Isto posto, defendo a tese de que essa disposição interpretativa abre a possibilidade de sair do marco emoldurado em que foi colocada a noção de “movimento social”, passando à dinâmica da “movimentação social de trabalhadores” (IBIDEM, p.17).

Essa é uma proposição que tem acompanhado minha reflexão sobre a atuação de trabalhadores no processo histórico e o modo como pretendo abordá-los, dando visibilidade a outras lutas além das que se constituem nas fábricas e nos sindicatos, insistindo, como sugerido por Khoury (2009), em “passar do mundo do trabalho para o mundo do trabalhador” (p. 124). Não pretendo, com isso, diminuir a importância das análises dos movimentos sociais, nem poderia fazer isso, visto a importância dessas ações historicamente. O esforço é evidenciar como minhas proposições têm sido construídas a partir de preocupações também pertinentes e que dizem respeito a esses

sujeitos e às relações de poder empreendidas, as quais guiaram a construção dessa dissertação.

Compreendo a movimentação dos trabalhadores na cidade enquanto ações ponderadas, não a partir de livres escolhas, pelo contrário, ações que são o tempo todo pressionadas pela sua condição de classe, (questões que os acompanham a todo momento). Ainda assim são ações, ações na medida em que agem ao falar, ao pensar, ao interpretar, ao movimentar-se... minha intenção não é medir o resultado dessas ações, mas compreender o modo como vivem, a dimensão de seus enfrentamentos diários a partir de pressões de classe.

Provocações, nesse sentido, foram tomando forma ao tratar das fontes. Dentre elas, destaco a entrevista com Fátima. Ela foi significativa para essa discussão. Representativa desses sujeitos que a todo momento avaliam ações a partir da dinâmica entre seus “interesses e valores” e as condições de classe em que se veem ao enfrentar relações marcadas pela desigualdade, sendo capazes de expressar a dificuldade e os limites de suas atuações, assim como compondo novas investidas frente a escassez de caminhos que em nossa sociedade vislumbra:

Saionara: e assim você tá satisfeita agora com teu trabalho ou você ainda pensa em tentá uma outra coisa, de repente... uma hora, que nem você falou que você pretende futuramente ter mais túmulos lá pra cuidar e ficar só lá [na zeladoria de túmulos] né?

Fátima: Só lá, mas, antes disso, eu só tô esperando a Casa Gaza pra voltá, pra entrá ali... pra trabalhá ali, não sei... eu falo assim, que eu vou entrá e vou ficá pouco tempo, agora pode ser que eu fico, né? Mas porque o meu medo é esse... depois que eu entro, eu não saio mais, e eu falo pra ele, eu falei pra ele “eu vou entrá, trabalhá pra você, só que eu vou ficá até eu ter uma quantidade de túmulo lá, assim pra mim”, mas eu já tô assim pensando e somando, sabe? Se eu pegar uns 400, por aí... eu consigo jogá assim... todos os dias de manhã cedo (nem que eu vou no fim de semana também), pra daí sobrá a tarde pra mim trabalhá lá... E daí como eu vou trabalhar lá de quarta a sábado, vai sobrá o domingo, a segunda e a terça prá minha casa... E daí na parte da tarde eu faço isso na minha casa, né? E a manhã, de manhã cedo, eu vou lá pro cemitério.

Tô me planejando já, sim... daí aonde que eu vou tá organizada... Minha casa e dois emprego – de dia e de noite [risos]. Só tô pensando que daí, que hora que eu vou ver meu nenê, coitadinho! Que hora que eu vou ver ele?(FÁTIMA, 2014)

No momento da entrevista, ela realizava a limpeza de 28 túmulos, pretendia aumentar muito esse número para que o trabalho pudesse proporcionar uma renda satisfatória a seus interesses. Fátima planejava conciliar os trabalhos que realizava como

zeladora de cemitério aos demais – faxinas em obras e cozinheira em restaurante (que chamou pelo lugar em que o mesmo se localiza – “Casa Gaza”), no qual começaria a trabalhar assim que a reforma tivesse finalizada.⁴

Portanto, ser trabalhadora com trabalhos temporários extenuantes, com contratações instáveis e de baixo custo ainda eram as relações de trabalho que Fátima conseguia manobrar para projetar pequenas alterações em sua vida e de seus familiares, mesmo contendo um certificado de microempreendedora – uma exigência que providenciou para se inserir na disputa pela limpeza das empresas da cidade.

Fátima evidencia toda a dificuldade de sua decisão, não pelo cansaço, o que provavelmente reconhecesse e fizesse parte de sua rotina, mas pela preocupação com o tempo, ou a falta dele, ao não conseguir estar presente no cuidado com o filho menor e em suas demais expectativas de tempo livre, talvez não só pelo que organizou de seus empreendimentos na narrativa, mas porque moralmente o que isso poderia significar naquela conversa.

A pergunta com que finaliza sua frase escancara a dureza da necessidade, da dificuldade de conciliar uma prática de trabalho exaustiva e sua presença na rotina do filho mais novo, o qual conta com os cuidados da creche e a ajuda da filha de 15 anos. Além disso, ainda tem sua mãe acamada, para revezar com a filha nos cuidados e atenção. Mesmo que aponte essa condição de trabalho como extrema e, portanto, que deveria ser mantida apenas de forma temporária frente às relações de trabalho que vislumbra, não sabe se romperá os turnos excessivos.

Sua trajetória é marcada pelo que denominou como “sempre fiz isso, trabalhá de dia e de noite”. Com isso, revela a dificuldade de romper com essas relações não só agora, mas com esse modo de vida marcado pela exploração excessiva frente ao conjunto de urgências e expectativas expressas na sua condição de classe – custos com o aluguel, ampliar a renda familiar para garantir melhor cuidado de familiares e, posteriormente dos filhos (acesso à internet, roupas, alimentos variados, celular, escolarização, computador etc.), montar seu próprio negócio (FÁTIMA, 2014).

⁴ Na citação anterior indicou a limpeza de 400 túmulos para conseguir organizar-se, conciliando essa atividade com os outros trabalhos. Mas quando perguntei qual era mesmo a sua meta, respondeu-me “eu quero chegá nos quinhentos, oitocentos, se chegar a mil eu tô faceira... eu pego uma muié pra me ajudar a trabalhar, e daí vou ficar só lá” (FÁTIMA, 2014). Ela calculou que com 50 túmulos ganharia R\$600,00. Portanto, 500 túmulos seriam R\$ 6.000,00. Mesmo diminuindo seus custos é um valor significativo frente ao salário mínimo de R\$ 724,00 vigente à época da entrevista. Além disso ela visualizava alterar sua condição de apenas trabalhadora para ser contratante, uma condição que até nosso último encontro ainda não tinha grandes avanços, uma vez que continuava em relações de trabalho instáveis, com renda reduzida e que não predominava seus interesses, necessidades e expectativas.

Ao pensar a noção de classe, entendo-a como elemento a ser identificado na dinâmica das relações desses sujeitos, suas experiências históricas e modos de vida, sugerem um campo de condição compartilhado, por mais que isso não signifique unidade esquemática de costumes e alternativas. Um terreno comum, não definido pela categoria em que trabalham, mas pelo sentimento de exploração e como ele toma parte na organização de suas vidas.

Ponderam questões diferentes, lidam de formas distintas com suas trajetórias e atividades e, por isso, distinguem-se ao definir que determinada atividade e em que momento irão se empenhar, o que não diminui a aproximação que produzem frente à condição de classe em que se situam, uma vez que a qualquer momento avaliam romper tais atividades em prol de recompor caminhos que problematizam tal exploração e condição de trabalho.

Essas questões não são particulares à cidade de Marechal – ainda que nela vejamos essa condição mais vividamente, por ter cerca de 50 mil habitantes e essas relações serem mais intrínsecas. Pois, reconheço o campo de possibilidades desses trabalhadores como mais restrito, porém nem por isso com menos campo de visão para abrirem interlocução, mesmo em terreno desigual.

De forma compartilhada com outras cidades essas questões aparecem no debate do cenário acadêmico, mesmo que a partir de perspectivas e preocupações diferentes. Acredito ser importante pensar esse universo dos trabalhadores e de suas incursões nas relações de trabalho pelo que experienciam e pelas prospecções que o país aponta sobre essas questões atualmente – particularmente confrontando direitos trabalhistas e propondo rever, cada vez, a segurança do trabalhador frente à sua empregabilidade.

Algumas discussões têm se construído a partir do marco da reestruturação produtiva, entre essas temos Alves e Antunes (2004), apresentando as “mudanças no mundo do trabalho”. As preocupações dos autores perpassam as mudanças estruturais, elas se constituem em um olhar econômico de como as coisas “estão”, entre outras porque aparecem enquanto acontecimentos, algo dado. Em poucos momentos ensaiam tratar dos trabalhadores enquanto sujeitos sociais, falando de suas manifestações frente aos “estranhamentos” das relações de trabalho. Suas ações são abordadas apenas enquanto consequência de todos os acontecimentos econômicos levantados no decorrer do texto.

Minha intenção não é aqui desqualificar essa construção, que se localiza dentro de uma discussão da sociologia do trabalho, e que por certo foi construída com

intencionalidades diferentes das que constituem essa dissertação, o que pretendo apontar é onde quero me situar nesse campo de discussões.

As mudanças no mundo do trabalho é também a questão centralizadora no texto de Fiorotti (2009), sua proposta é perceber essas transformações a partir da experiência dos sujeitos sociais, porém as questões e ações próprias dos trabalhadores aparecem como secundárias nesse processo.

Esses trabalhos foram significativos para que eu definisse qual seria o caminho que eu pretendia percorrer na dissertação, qual o meu posicionamento e como abordaria minha problemática. Pretendi trilhar um rumo que destaca a presença dos trabalhadores nesse processo social, avaliando as relações classistas e como vão lidar com elas (compreendendo as dificuldades sociais colocadas para esses sujeitos e em suas relações).

Chauí (1996), ao propor uma discussão sobre a ambiguidade nas práticas dos sujeitos sociais evidencia aspectos sobre conformismo e resistência a partir de considerações sobre a “cultura popular”, cultura esta que não se manifesta apenas no campo da ideologia, mas na realidade em que vivem e na qual se manifesta a consciência e as práticas de resistência desses sujeitos, onde o mais instigante de sua discussão está quando chama a atenção para o que mais importa nessa análise, a dinâmica das relações de poder.

Suas reflexões chamam a atenção para a diferenciação de classe que acompanha esses sujeitos por onde vão, não apenas em seu espaço de trabalho, mas em todas as dimensões da vida e, por isso, as tensões estão sempre colocadas. Dessa forma, acredito que mais do que “conformismo” e pressões da sua condição de classe eles têm motivações para alterar e agir nesse universo de relações de poder. Questões que levam Fátima, Paulo e certos trabalhadores a manterem relações de trabalho tão duras, mas que não veem como definitivas, ainda que estejam pressionados a permanecerem nelas. Eles apontam a intenção de rompê-las frente a outras possibilidades, a qualquer momento. Mas como avaliar essas ações e decisões desses trabalhadores?

Fátima (2014) apresenta durante a nossa conversa alguns planos no sentido de trabalhar menos, mas ter uma quantidade ainda maior de túmulos para limpar, o que contraditoriamente não significa trabalhar em melhores condições. Pois, mais do que os 400 túmulos que indicou como expectativa para trabalhar no cemitério pela manhã e organizar melhor seus outros horários, o que pesa para ela é que essas decisões são compostas por resolver, também, os cuidados com a família e com a sua casa,

afirmando quais interesses e valores pesavam para suas decisões não se limitarem a trabalhar menos e em melhores condições.

Mas o que significa ter que zelar de 400 túmulos? Combinar tudo isso com mais outras atividades de trabalho (limpeza de obras, cozinheira) e as tarefas familiares?

Nesse sentido, o objetivo tem sido compreender o que determinados trabalhadores buscam e confrontam em suas investidas de trabalho e em suas múltiplas tarefas, exacerbando suas condições de exploração. Pois, indicar que essa é uma condição precária não traduz os sentidos que os trabalhadores atribuem a tais ações e decisões (por acúmulos de atividades ou mesmo por ampliar campos de trabalho e renda), é preciso identificar o que os motiva, como avaliam essas decisões de trabalho e como organizam suas vidas dialogando com horários, tarefas e valores. Ao pensar nisso, indago-me sobre quais expectativas os impulsionam a tais condições? Que pressões e limites enfrentam? O que os fazem lidar com esses trabalhos, ainda que reconheçam o desequilíbrio do campo de forças em que se veem inseridos?

Dessa forma, compartilho do posicionamento de que “não basta abordar práticas e culturas vindas da experiência social dos trabalhadores como temática ou categorias isoladas, usada de modo utilitário apenas para explicitar como os dominados vivem a dominação” (ALMEIDA, CALVO e CARDOSO, 2005, p.14). O objetivo desse trabalho não é constatar como as coisas estão, mas como elas se configuram, produzindo assim uma “história problema”, a qual é movida mais por questões do que por certezas.

Uma análise a partir dessas proposições exige que a dinâmica do processo seja assumida e, dessa forma, não pretendo entender a experiência de trabalhadores a partir da “lógica de mercado”, afastei-me de noções como “fluxos econômicos” e “reestruturação produtiva”, privilegiei compreender a condição de classe que possuem como terreno comum na cidade e, ao mesmo tempo, a diversidade de sentidos que atribuem às desigualdades, urgências e expectativas que formulam e vivenciam enquanto pressão e limite de suas práticas e possibilidades de trabalho.

Lembro-me do alerta de Thompson (1988) “Quando encontramos alguma frase sonora como ‘os fortes fluxos e refluxos do ciclo econômico’, temos que nos manter precavidos...” (p. 34-35). Sua crítica à visão estruturalista que valoriza o viés econômico deve nos lembrar que nunca é uma “força exterior atuando sobre um material bruto”, existem relações sociais que precisam ser entendidas em sua dinâmica.

Questões relacionadas às configurações desse processo, pelo prisma do recorte econômico e do olhar classista em que se situam no debate, vêm sendo discutidas nacionalmente pela imprensa. Nos meses de julho, agosto e setembro de 2017 a Folha de São Paulo chamou a atenção para a estabilização do índice de desemprego, mas, por outro lado, lamentou o aumento das atividades que não estabelecem registro em carteira; relações definidas por vários conceitos que passam do formal para o informal, subocupação, subemprego, subutilização – essas indicações aparecem entre os muitos índices e estatísticas que tentam definir como o “mercado de trabalho” tem sido formulado, ou tem “se” apresentado, já que para essa imprensa e onde situa seus interesses a dinâmica das relações de trabalho aparece como algo superior (a ser definido na esfera patronal), que age por conta própria, onde os trabalhadores apenas estivessem nele com sua força de trabalho.⁵

Avaliações nacionais que tentaram recentemente dirigir um olhar para as relações de trabalho frente aos debates acerca das alterações na legislação trabalhista, bem como sobre a aparentemente proporção direta estabelecida entre o índice de desemprego e a condição econômica do país, como se fosse uma condição razoável indicar que para reestabelecer equilíbrio de contratação (rasurando a legislação trabalhista) era preciso que se controlasse a empregabilidade informal e desestabilizasse direitos do trabalhador deixando à mercê da relação desigual de empregabilidade (via interesses patronais) a definição dos parâmetros de benesses ao trabalhador.

Para isso, exaltam questões que os próprios trabalhadores reconhecem sua relevância como ter o “trabalho registrado[...] já que representa ter fundo de garantia, plano de saúde, auxílio alimentação” (VAGA..., 2017b) e através da fala de Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, o jornal O Globo em 2016 também expressa esse viés de preocupação, sugerindo que “quando o trabalhador vai para o subemprego, afeta a vida do filho que estava fora do mercado se qualificando. Ele perde plano de saúde, num círculo vicioso” (MAIS..., 2016), sugerindo que o trabalho precisa se enquadrar na oferta de trabalho registrado colocada seja a que custo for.

Na matéria da Folha de São Paulo, toda essa preocupação ganha ainda mais sentido na fala do representante do IBGE:

⁵ Sobre essas referências do jornal Folha de São Paulo, ver: (VAGA..., 2017a; VAGA..., 2017b; SUBEMPREGO..., 2017)

Azeredo, do IBGE, alerta para os riscos da continuidade do crescimento da informalidade, que poderá refletir em menos arrecadação de impostos federais e demora para a retomada do consumo das famílias.

‘Pode ter impacto no futuro, porque essas pessoas não contribuem para Previdência, por exemplo, não são amparadas pelo seguro-desemprego. Isso pode chegar ao comércio, já que carteira assinada é uma espécie de passaporte para o consumo entre as pessoas de mais baixa renda (VAGA..., 2017a)

Essas produções destacam o que para eles são os problemas dessas relações de trabalho, porém não falam da exploração que expressam e nem por quem é exercida, ou muitas vezes, quais são as questões que desmobilizam os trabalhadores das vagas com registros. Suas preocupações nessas matérias perpassam os resultados desse processo para a classe patronal, nos rumos do mercado de trabalho e do consumo.

Mas o jornal Tribuna de Curitiba-PR, em março de 2016, já indicava a solução para o desemprego. Nele, estava claro o diálogo proposto com os trabalhadores, mais uma vez. No início da página, a frase já era bem sugestiva, “PARTA PARA OUTRA!” (DESEMPREGO..., 2016) Apesar de indicar os 48.478 empregos com carteira assinada fechados só no último ano na Região Metropolitana de Curitiba, esse não parece ser o foco da discussão se levarmos em consideração o título da matéria: “Desemprego pode ser a porta de entrada para uma nova carreira”.

Ao longo da reportagem, constroem ainda uma espécie de manual, a partir da consulta de “especialistas”, para indicar o que “um desempregado deve fazer para agilizar a volta ao mercado de trabalho”. Como é possível observarmos abaixo:

Imagem I – Dicas para voltar ao batente

DICAS PARA VOLTAR AO BATENTE

- **Não descarte trabalhos temporários**

Mesmo que você esteja buscando estabilidade, empregos sazonais podem ter impacto positivo no currículo, além de representarem ganho de experiência.

- **Tenha um diferencial**

Ofereça aquele “algo a mais”, que pode ser qualificação formal cursos teóricos ou técnicos ou habilidades comportamentais, como olhar analítico e capacidade para resolver problemas.

- **Prepare-se para a entrevista**

Cuide da apresentação pessoal, não chegue atrasado, leve seu currículo e estude previamente sobre a empresa. Não fale mal do empregador anterior.

- **Não saia de férias**

Divida seu dia em duas jornadas. Na primeira, procure emprego. Na

segunda, faça contatos e invista em sua qualificação.

- **Mude de área**

Se seu setor não está oferecendo boas perspectivas, migre para outro. Um curso rápido pode oferecer essa possibilidade.

- **Seja multitarefas**

Ter disposição para desempenhar várias atividades é crucial neste momento de redução de quadros.

- **Gaste sola de sapato**

Distribua seu currículo em agências de emprego, empresas de consultoria e escolas.

- **Networking**

Comunique-se com colegas, amigos, conhecidos. Além de poderem te informar sobre oportunidades, seus contatos podem valer uma recomendação.

Fontes: Headhunter e consultor Bernd Entschew e coordenadora de recrutamento e seleção da Nossa RH, Eliane Catalano.

Fonte: (DESEMPREGO..., 2016)

Portanto, conforme a produção jornalística, cabe ao trabalhador saber dar a volta por cima, afinal quem precisa de férias? Parece simples ter que dividir o dia em duas jornadas. Voltar “ao batente” nessa visão se apresenta como uma disposição do trabalhador seja em gastar “sola de sapato” seja em se colocar a determinadas condições de trabalho. Com essa construção analítica da exploração, apresentam uma proposta que se por um lado mostra a disposição do mercado, sugere àqueles que não estão nele como deveriam se inserir nessa lógica.

Apresentam seus referenciais de produção, isentando-se das dificuldades e expectativas dos trabalhadores, colocando como sinônimo os interesses patronais como (aqueles que deveriam ser) os interesses dos trabalhadores. O significado que atribuem a essas relações e à complexidade (de estar ou não desempregado) para os trabalhadores é restrito a atribuir a responsabilidade pelas condições e inserções nas vagas de trabalho ao trabalhador, indicando que “Existem áreas de atuação. O importante é estar preparado para desafios” (DESEMPREGO..., 2016).

Lidar com esse material provoca certa indignação para quem percebeu ou vivenciou momentos de desemprego, basta um olhar mais interessado sobre o modo como as relações sociais se desenvolvem para perceber as contradições na construção

dessa espécie de manual. E devido a esse olhar que, enquanto trabalhadora e historiadora, tenho procurado lançar minha visão sobre as experiências discutidas neste trabalho procurando analisar como essas condições são percebidas e tratadas pelos trabalhadores. Essa é a minha maior preocupação.

São esses incômodos que me fazem aproximar da experiência desses trabalhadores, procurando refletir sobre como lidam e tratam da sua condição de classe. Penso essas questões à luz das reflexões de Thompson (1988). O autor, ao discutir das relações de trabalho no contexto da revolução industrial, lidou com determinada produção acadêmica e, diante dela, colocou-se a perceber a experiência da exploração frente à intensificação das relações de trabalho naquele período, ou seja, como as mudanças nas relações e modo de viver foram percebidas pelos trabalhadores e por aqueles que compunham aquela sociedade. Sua análise me sugere que só observando como as pessoas avaliam e agem é possível acessar a experiência e consciência produzida sobre tais relações. Os sujeitos observam e tratam a realidade traduzindo a experiência social.

Thompson trata do conceito exploração e da sua intensificação na sociedade industrial, mas de forma não estática. Esse debate, ao estar presente em toda sua discussão, se faz não pelo termo em si, mas ao pensar na “relação de exploração”, ou seja, analisar a vida de trabalhadores não como reflexo das mudanças estruturais da exploração, mas a experiência advinda de relações de exploração (p. 31).

Um campo de forças que não está pré-definido, está em disputa, mesmo que desigualmente, algo que me faz analisar mais detidamente uma matéria publicada no site da empresa frigorífica da cidade⁶, onde ela constrói certa perspectiva defendida, também, pela classe patronal da cidade:

Atualmente, no mercado de trabalho de Marechal Cândido Rondon, existem muitas vagas disponíveis. Este também é o caso da Copagril, que tem disponibilidade de emprego em vários setores, principalmente

⁶ A maioria das vagas disponíveis no Sistema Nacional de Emprego – SINE – de Marechal são para trabalho no abatedor em indústria, esse dado foi obtido através da pesquisa no órgão e também através do site do Cadastro geral de empregados e desempregados – CAGED –, que mostra como a maioria das admissões com registro na cidade é para este cargo, sendo a disponibilidade quase três vezes maior que para outra função (sendo a mais próxima a de auxiliar de escritório). Porém, o grande número de desligamentos nessa atividade evidencia, também, a rejeição a esse trabalho, seja pelas más condições de trabalho (proporcionadas aos trabalhadores que realizam essa atividade); seja pela reavaliação do trabalhador pelo custo desse trabalho na sua vida frente ao seu rendimento monetário (saúde, tempo etc.). Conferir essa proporção de empregabilidade no site do CAGED: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php. Acesso em: 15/10/2017.

na Unidade Industrial de Aves (UIA), a qual possui em torno de 200 vagas.

Segundo a psicóloga Rosana Martins Galvani, da Copagril, a maior dificuldade para preencher as vagas é na UIA, nos setores de produção e também na expedição e no apontamento. “Essa demanda de vagas existe, provavelmente, devido ao déficit de pessoas interessadas. Algumas não se propõem a trabalhar em turnos diferenciados, outras já querem o imediatismo do crescimento profissional. Mas, para quem tem determinação e força de vontade, tudo é possível”, frisou. “As oportunidades existem, basta que as pessoas estejam interessadas”, afirmou Rosana.

Ainda conforme a psicóloga, as condições de trabalho oferecidas são muito boas. (MERCADO..., 2013)

A matéria é produzida de forma a parecer que assumia uma posição de neutralidade, apesar de o endereço de sua publicação ser sugestivo dos interesses que defende. Isso deixa a crítica ao posicionamento dos trabalhadores se manifestar na fala de uma psicóloga e não no editorial da empresa. O objetivo é claramente dar credibilidade àquilo que defendem, sugerindo a imagem de que é uma profissional que apresenta essas afirmações, sem interesses aparentes sobre o que destaca. Para isso, indicam que os culpados pelo desemprego são os próprios trabalhadores, que não se interessam em ocupar as vagas disponíveis – muito próximo ao observado nos periódicos anteriores em que a discussão sobre o desemprego também teve esse caráter.

A imprensa, assim como qualquer fonte, precisa ser percebida enquanto uma prática social e sobre esse papel Maciel (2005) indica que devemos tomar a imprensa “como expressão de relações sociais, a imprensa assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais que se opõem em uma dada sociedade e conjuntura, mas os articula segundo a ótica e a lógica dos interesses de seus proprietários, financiadores, leitores e grupos sociais que representa” (p. 15).

Ao refletir sobre o que foi indicado pela autora, percebi duas proposições que podem ser levantadas a partir dessa fonte, primeiro certa preocupação desse empresariado em disputar a interpretação sobre a ação de trabalhadores. Segundo, a dificuldade em contratar. Ambos fatores demonstram certo incômodo e insegurança frente à atuação de trabalhadores, a ponto de terem a preocupação de publicar tal matéria, o que pode expressar como a dominação não está dada, mas em constante tentativa de imposição.

Portanto há uma tensão que não foi manifestada apenas em 2013 pela empresa sobre essa questão de vagas a ocupar, mas já em 2005 esse debate compunha as páginas

de um dos periódicos de Marechal, como destacou Santos (2012) ao avaliar o direcionamento para outras cidades em busca de trabalhadores para contratações:

Já um frigorífico de aves, também emerso no projeto industrial local, não demorou muito para rever seus compromissos com os “trabalhadores rondonenses”, se bem que nesse caso é mais difícil definir se foram os empresários cooperativistas – gestores da indústria – ou os próprios trabalhadores que descumpriram o “compromisso” de “juntos trabalharem para o desenvolvimento local”. (SANTOS, 2012, p. 9)

Sua discussão conta com a análise de uma matéria publicada no jornal O Presente, intitulada “Moradores de Mercedes podem trabalhar no frigorífico...”, de outubro de 2005. Santos chama a atenção para o modo como projetos desses industriais e dos governos municipais procuram pressionar os “trabalhadores rondonenses” para que ocupem essas vagas, ainda que isso não signifique uma aceitação mecânica por parte deles, o que exigiu o projeto ser revisto.

Não quero com isso defender que a produção da empresa em questão tenha sido prejudicada de forma significativa, porque trabalhadores estão de alguma maneira rejeitando esses trabalhos. Pois há de se considerar que existem aqueles que têm aceitado essas vagas (mesmo que de olho em uma brecha para sair dessa relação em algum momento). Pois, se há aqueles que hoje não se submetem a essas relações, eles podem vir a considerar a possibilidade de aceitá-la, assim como temos que considerar o alargamento cada vez maior dos espaços de atuação na busca por trabalhadores de outras regiões (que vivenciam maior desemprego e baixos salários). Questões que me fizeram perceber como é impossível discutir as relações de trabalho sem pensar a integralidade da vida dos trabalhadores e as relações de poder que experimentam socialmente.

A ação da classe patronal foi notória na tentativa do direcionamento dessas relações de trabalho. Porém, não de forma consensual, lidando, muitas vezes, com a mobilização e atuação dos trabalhadores em sentido contrário, ainda que em grande medida não significasse grandes rupturas e cisões. Mas, demonstrando certa ação à procura de alternativas que possam levar a alguma modificação nas práticas de exploração vivenciadas.

As tentativas de controle são exercitadas de forma a expressar certo saber de que para a ação há uma reação, mas nós historiadores por vezes é que tentamos analisar de forma acachapante esse processo. Mas ele não é uma via de mão única, por isso tem

tantas reformulações das tentativas de dominação e mudanças de estratégias. Eles sabem os limites que os enfrentamentos classistas podem encontrar.

Thompson (2001) traz contribuições para pensar essas questões. Em suas proposições acerca desse modo de investigar os trabalhadores e reconhecer suas lutas nas próprias relações e pelo seu modo de viver ele sugere que: "A transformação da vida material determina as condições dessa luta e parte de seu caráter, mas o resultado específico é determinado apenas pela luta em si mesma" (IBIDEM, 2001, p. 263).

Desse modo, acredito na importância de refletirmos sobre a dinâmica envolvida nas relações vivenciadas por esses trabalhadores em sua vida material, todo esse campo de pressões (que no nosso caso se passa, em Marechal) revela a complexidade das relações firmadas, o que me leva a acreditar na relevância de discussões acerca das tensões frente às ações de trabalhadores e do significado delas para a experiência social.

Esse procedimento permitiu associar valores e limites dos trabalhadores ao analisar suas decisões por certas atividades, percebendo que as mudanças e vínculos mantidos em determinadas relações de trabalho têm de ser pensadas como ações que envolvem todo o modo de viver dos sujeitos, pois elas estão intrinsecamente ligadas às suas decisões sobre como irão viver e como vão lidar com determinadas pressões e valores (como morar, cuidar dos filhos, problemas de saúde, escolarização etc.). Portanto, é preciso analisar elos e pontos divergentes, pois esses são elementos que tornam mais densa a reflexão sobre as relações e práticas de trabalhadores na sociedade.

Dessa forma, procurei entender os entraves e interesses que permeiam os posicionamentos de determinados trabalhadores na concorrência ou solidariedade frente a certas relações de poder, a fim de entender essa trama social como um lugar de tensões e de experiências contraditórias, e não como um campo definido por determinações estritamente econômicas ou definidas pelo "mercado". Será assim que a cidade ganhará espaço nas discussões, como território – a campo das relações desses sujeitos, que ao avaliarem onde e como moram e trabalham; como se veem e são vistos pela cidade; ao mesmo tempo tensionam essa presença e o tempo que possuem.

Proposição que ganhou forma ao pensar algumas questões que Rolnik (1992) formula sobre a noção de cidade. Para ela a cidade enquanto territórios produzidos pelos sujeitos, torna-se campo de análise na medida em que vemos na sua organização as formas com que se estabelecem as relações sociais e a organização do trabalho.

Para a autora o espaço torna-se território a partir da ação dos sujeitos, portanto "existe todo um processo de significação, de percepção e de construção desta

territorialidade” (ROLNIK, 1992, p.28). Pretendo, portanto, não pensar os territórios a partir de seus limites geográficos, mas a partir de uma noção de cidade como território social em construção e experienciado pelos sujeitos.

Para realizar essa discussão, uma das fontes a serem analisadas são as fontes orais. Utilizarei para esse trabalho seis entrevistas (algumas anteriores à dissertação e outras produzidas nesse processo). Optei por utilizar pseudônimos para nominar os entrevistados porque ainda que tenham concordado com a gravação e soubessem do uso que faria dela na produção do meu trabalho, não acredito que seja necessária tal exposição e possibilidade de riscos aos interlocutores.

Eles continuam sendo sujeitos, ainda que figurados com nomes verdadeiros ou pseudônimos nessa dissertação, o que os fazem sujeitos são suas experiências e a essas me dediquei a chegar o mais próximo possível. Entrevistei trabalhadores de diferentes idades e atividades de trabalho, o que me permitiu perceber como em momentos distintos da vida a experiência da desigualdade permanece, mesmo que com novas nuances e pressões.

Iniciei a produção de entrevistas com o interesse de entender a maneira como esses trabalhadores têm organizado suas rotinas e relações de trabalho a partir de interesses e pressões para se ocupar em determinadas vagas. Procurei percebê-los interpretando suas trajetórias, as relações por eles vivenciadas, uma vez que acredito que “Buscamos fontes orais porque queremos que essas vozes – que, sim, existem, porém ninguém as escuta, ou poucos as escutam – tenham acesso à esfera pública, ao discurso público, e o modifiquem radicalmente” (PORTELLI, 2010, p. 2).

Meu posicionamento enquanto historiadora é de que essa é uma importante do nosso trabalho, ouvir esses trabalhadores. Nessa medida, tenho procurado não apenas ouvir, mas dar espaço em meu trabalho para as ações e avaliações dos trabalhadores, para que ganhem força junto às minhas reflexões. Essa não é uma possibilidade apenas quando tratamos de entrevistas, sendo assim todas as minhas fontes permitiram evidenciar memórias – algumas construídas “por”, outras “sobre” trabalhadores –, mesmo que produzidas com finalidades outras.

A aproximação entre pesquisador e entrevistado nem sempre é uma tarefa fácil de ser realizada. Durante o meu percurso de pesquisa avaliei a possibilidade de aproximar-me de alguns trabalhadores, para isso fui até o Centro de Referência de

Assistência Social – CRAS⁷, por ser um local procurado por eles para tratar de direitos que eles consideram que têm, mas o qual não estão tendo acesso ordinariamente.⁸

Santos (2012) ao analisar a ficha de cadastro de uma família no CRAS avalia as relações estabelecidas no órgão por parte desses trabalhadores, assim como a tensão e a desigualdade que marcam essas relações, evidenciando que mesmo que por vezes precisem “atestar/demonstrar sua condição de pobreza” veem nesse campo de forças “um caminho para superação de algumas urgências da vida que se leva, por mais humilhante e desagradável que pareça” (p.3).

Ao considerar tal formulação coloquei-me a tentar estabelecer relações com alguns trabalhadores que procuravam o CRAS, agendei com a assistente social uma manhã em que eu poderia ir até lá e procurar por trabalhadores que aceitassem conversar comigo. Já no primeiro dia isso ocorreu mais rápido do que eu esperava. A primeira pessoa com quem conversei foi Fátima. O tom de denúncia que acompanhou nosso diálogo já me disse algo sobre sua disposição em conversar, o que facilitou em grande medida nosso encontro, ainda que fosse naquela instituição.

A fala com que decidi iniciar esse texto foi construída por Fátima ao reclamar sobre como seu dia é corrido, da distância que precisa percorrer para levar o filho para a creche (já que as instituições mais próximas à sua casa não possuem vagas disponíveis, problema recorrente na cidade, identificações possíveis com outras trabalhadoras e famílias, que também experienciam a ausência de transporte público). No caso de Fátima, por vezes precisa abrir mão de seu almoço para cumprir seus horários e atividades.

Sua fala, produzida logo no início da entrevista, parece ser parte de uma intenção da trabalhadora em deixar esclarecido o que me diria a seguir sobre suas condições de vida e como elas não foram definidas por falta de disposição para o trabalho. Essa era a primeira demonstração da relação que estávamos construindo, onde ela me avaliava e considerou que seria avaliada por tudo que pronunciasse.

⁷ Agradeço aos responsáveis pelo órgão por indicarem trabalhadores cadastrados para que eu pudesse realizar entrevistas e permitirem a realização das mesmas no CRAS.

⁸ Conforme a própria instituição se define e foi referendada na imprensa e no noticiário do Poder Público. Ela se apresenta como parte do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Essa indicação acolhe nas relações que estabelece demandas dos trabalhadores da cidade como apontando por Santos (2012, p. 1) em sua discussão quando trouxe junto a isso uma dessas definições “O CRAS articula e coordena os programas de Bolsa Família, Distribuição de Cesta Básica, Atendimento Integrado à Família, Erradicação do Trabalho Infantil, Serviço Sócio Educativo e os Benefícios de Prestação continuada da Assistência Social”. . Ver também: (SUAS..., 2015)

Fátima é uma mulher negra, alta, com tom de voz elevado, o que lhe garante chegar com certa desenvoltura nos lugares em que pretende disputar uma vaga, como se dissesse a todos “não sou menos do que ninguém” (pois já a vi em outros espaços para além do dia da entrevista construindo tais relações). Durante nossa conversa, ela não apenas me informa sobre suas relações de trabalho e condições de vida, mas me aponta como organiza esse viver e com que intensidade se coloca como sujeito social. Ela quis se apresentar para mim como protagonista, ainda que reconhecendo os limites e entraves que se colocam para trabalhadores como ela.

Depois da entrevista me perguntei se essa visibilidade não é apenas uma defesa para o quanto se sente incomodada com a desigualdade social. Entretanto, acredito que seria um misto da composição dessas duas forças, trazendo à tona o que formula para as relações em que tomou parte.

As reflexões até aqui levantadas apontam algumas questões que foram refletidas no desenvolvimento da dissertação, pois: como esses trabalhadores avaliam a necessidade de se dispor a trabalhar durante o dia e a noite? O que os motivam a manter essas relações de trabalho? E quem não se dispõe? Como organizam suas vidas? Quais as pressões de classe que influenciam em suas decisões? Suas decisões apontam que elementos de sua trajetória e valores? As experiências desses trabalhadores informam confrontações às práticas de exploração?

Entre as fontes escolhidas para acessar essa problemática está, também, o jornal “O Presente” – no qual pesquisei matérias que tratam da presença desses trabalhadores em Marechal. Nele observo o uso de parte de seu espaço jornalístico enquanto tentativa de construir certa interpretação quanto à movimentação social de trabalhadores. Nesse jornal elegi alguns anúncios de procura por trabalho na tentativa de acessar o modo como os trabalhadores têm se colocado nessas relações, lidando com suas visões de campos de trabalho, ao direcionar seus anúncios para determinadas vagas.⁹

Acredito que o jornal se constitui em um espaço privilegiado para que certos interesses de classe se expressem, no caso onde os grupos hegemônicos tendem a

⁹ A pesquisa se desenvolveu em diferentes momentos, alguns anos foram analisados durante o período da graduação. Entretanto, grande parte do material ainda estava a ser analisado, mas já havia sido levantado. No ano de 2016, no desenvolvimento da pesquisa do Mestrado, acessei os anos que faltavam e revisei os anteriores, sendo assim, o período pesquisado e analisado foi de 2000 a 2017. O material se encontra no Núcleo de pesquisa e documentação sobre o Oeste do Paraná – CEPEDAL, “órgão suplementar, vinculado cientificamente ao Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras - CCHEL, e administrativamente ao Campus de Marechal Cândido Rondon, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE”. Disponível em: <http://www.unioeste.br/projetos/cepedal/> Acessado em: 30 set. 2017.

“elaborarem e articularem determinadas imagens de cidade, as quais compõem estratégias que propõem projetos de cidade, assim como a produção de memórias que os legitimem frente a mudanças e permanências no processo histórico” (FREITAS, 2009, p.215). Essa sugestão permite observar como essa proposta classista se apresenta na produção das matérias e, além disso, chama atenção para perceber como o corpo do periódico está repleto de possibilidades analíticas das relações de poder e disputas construídas pelos projetos de cidade em questão.

Durante a construção do trabalho, a relação presente-passado foi uma preocupação importante, pois o intuito é provocar reflexões críticas sobre o presente e ver os nexos que informam a produção de memórias. Ao tomar o jornal como documentação a ser analisada, entendo que sua intenção é conformar ou projetar um modo de se viver. Porém, ao se apresentar com esse objetivo ou possibilidade não significa que tenham o alcance esperado – é preciso observar como essas memórias dialogam com o tempo presente e as pautas dos sujeitos sociais.

Sabendo dessas intencionalidades e considerando que não é uma característica exclusiva do jornal, mas que todas as fontes são produzidas a partir de interesses e enredo específico no qual se inscrevem, a tentativa é pensar cada uma das documentações em seu contexto e na sua temporalidade, avaliando-as enquanto linguagens que expressam a vivência social.

Pensar os registros como linguagens que evidenciam práticas sociais, sentimentos, ações e projeções inscritas na vivência social e, sobretudo como expressão dos diferentes modos dos sujeitos traduzirem e atribuírem sentidos e significados aos seus viveres (ALMEIDA, CALVO e CARDOSO, 2005, p.20)

Ao me aproximar dessa avaliação tornou possível tratar de fontes de naturezas diversas, pretendendo mais do que contrapor umas às outras, mas procurando interpretá-las a partir desses pressupostos. Dessa forma, não é preciso fugir das contradições entre as fontes, mas entender cada uma em sua historicidade. Acredito que a partir dessa premissa possa explorar melhor o potencial das fontes e das relações que as evidências sugerem.

Partindo desse suposto, utilizo, também, as Fichas de cadastro de trabalhadores do SINE. Procurei a agência do SINE de Marechal com o objetivo de perceber como se dava o processo de procura dos trabalhadores por ela enquanto intermediária entre eles e os empregadores. Interessou, inclusive, observar os encaminhamentos que realizavam

para as empresas – para que assim a dinâmica de contratações, saídas, vagas, expectativas salariais, horários etc., fossem analisadas.¹⁰

Acredito ser importante dar espaço aqui para falar sobre minha dificuldade em tratar das fichas na construção do texto. Passado o primeiro momento de êxtase por conquistá-las, resisti muito em trabalhar com elas. Entendia que eu não precisava e não era meu objetivo fazer análise do SINE, mas discutir sobre a presença dos trabalhadores no SINE e naquelas relações, isto é, os usos que faziam da agência enquanto intermediária e o que essa fonte trazia para além do evidente cadastrado de trabalho.

Talvez, assim como Thompson (2001) sugeriu ao repensar o uso das fontes advindas do registro de folcloristas, eu possa inicialmente ter desconsiderado todo o potencial desse material e o que eu poderia fazer com ele – o modo como o autor trata de seu posicionamento e da necessidade de expandirmos as fontes históricas me fez repensar o que eu queria com as fichas. Isso me indicou que eu precisava entender que elas não eram meu objeto ou algo a ser visto em separado, era necessário ver que o meu procedimento é que tiraria delas evidências significativas para a produção do trabalho na problemática em questão.

Essa ação poderia alterar a condição inicial das Fichas – de serem mais que índices, pois poderiam mostrar a movimentação por vagas, a visualização dessas vagas e das circunstâncias de trabalho, como esses trabalhadores se davam a conhecer quando iam procurar uma vaga no SINE (idade, escolarização, renda, atividades, períodos de contratos...), e ainda expressar a relação enfrentada por esses trabalhadores ao precisar falar a outro trabalhador (os atendentes) sobre suas condições e sobre si, na tentativa de promover a possibilidade de um encaminhamento à vagas de trabalho disponíveis.

De início considerei que as fichas eram limitadas, contraditórias e imperfeitas, não poderiam me dar respostas fáceis, o que tornaria o trabalho bastante árduo e ingrato. Mas e se lançasse um olhar diferente para elas? Então, fiz a pergunta: quero fontes perfeitas ou indícios necessários? E se eu não estivesse à procura de um ponto final? Fontes não são o que foi o momento, mas indícios sobre ele. Assim, a leitura de Thompson (2001), auxiliou a recolocar a documentação no conjunto das demais fontes dessa pesquisa.

¹⁰ Iniciei o contato com a agência realizando visitas frequentes, em uma tentativa de perceber a disposição de vagas e a presença de trabalhadores, e também de provocar uma aproximação com os agentes. Agradeço ao diretor da agência que foi muito solícito às minhas necessidades para a pesquisa, tanto pela cessão de 31 fichas (selecionadas por ele) quanto pelas conversas sobre o trabalho desenvolvido pelo órgão (inclusive apontando suas limitações e sua relação com os trabalhadores da cidade).

Minhas outras evidências também não são completas, por isso preciso lidar com as lacunas e contradições de todas elas. Todas deixam dúvidas. Então, a questão é: como posso resolver? E se tentasse relacioná-las a seu contexto por meio de outras fontes ou com a historiografia?

O modo como trabalhei com minhas fontes foi no intuito de me afastar de uma mera descrição, procurando percebê-las enquanto documentos provocadores de reflexões sobre aquele tempo e aqueles sujeitos. Um registro construído que auxilia no entendimento dessa teia de relações que pode ser a chave para lidar com as fichas e demais entraves do processo de investigação.

As fontes me permitiram acessar aspectos da potencialidade dos sujeitos na dinâmica social e, também, nas suas fragilidades. A partir delas e em associação com os incômodos que já me acompanhavam foi possível construir os questionamentos que movem minha problemática de pesquisa: como ocorre a busca por trabalho na cidade? O que os trabalhadores levam em consideração na hora de se propor a ocupar determinadas vagas e outras não? Quais as vagas que estão sendo recusadas? Como lidam com os momentos de desemprego? Onde e quando procurar? Inscrevendo-se no SINE? Através de um anúncio no jornal? Como criam estratégias, quando decidem por permanecer na vaga conquistada e como procuram se destacar entre os candidatos a uma vaga de trabalho? E, ainda, o mais significativo, quais os sentidos do trabalho que expressam? Como avaliam e significam as relações vivenciadas na cidade?

Os trabalhadores que analisei são motivados por questões que, de modo mais específico, variam, mas que se percebidos frente às relações sociais apontam para pressões e incômodos compartilhados quanto à sua condição de classe. Avalio que olham socialmente e percebem o quão desigual são suas condições e passam a movimentar-se de um trabalho para outro, de uma região para outra, em grande parte, mobilizados em alterar tais circunstâncias e garantir certos valores e interesses. Uma ação pressionada e limitada, mas que parecem ser fruto de uma busca por alternativas, uma ação confrontadora, mesmo que restrita.

Percebo que para muitos desses sujeitos essas relações de trabalho são uma verdadeira corrida contra o tempo, procurando transformar melhores salários em certas condições mais favoráveis (para morar, alimentar, cuidar da saúde etc.). Entre trabalhar e manter os cuidados com a casa, ter algum trabalho com jornada regular diária e, ainda, realizar outros trabalhos ora para garantir uma renda extra de urgências, ora configurando essas ações para uma nova atividade de trabalho e organização da vida - a.

Com isso, observo que essa profusão de práticas não são exceções no campo de possibilidades de trabalhadores. Ao contrário, essas são práticas recorrentes e, em grande medida, reconhecidas por um determinado conjunto de sujeitos, que visualizam alternativas ao que se desenha para suas relações, caso não se coloque a atuar em dinâmicas extremadas como a que, muitas vezes, expuseram em nossas conversas ou estiveram expressas nas demais fontes analisadas.

Afinal, essa prática de exploração do trabalho (que expõe certas fragilidades experimentadas socialmente) sugere que mudanças de um trabalho para outro – ou o acúmulo de atividades – quando vislumbradas não são apenas por melhores condições de trabalho. Essas ações podem ser positivadas ou ambigualmente positivadas, por diversas razões e isso merece ser problematizado. Em um primeiro momento aparecem o salário, em outros, os horários mais flexíveis, a atividade a ser realizada e sua visibilidade social. Mas o que querem indicar com essas ações e posicionamentos?

Essas são algumas das motivações que podem ser vistas como um rearranjo na desigualdade, o que, às vezes, requer toda uma mudança na organização e cotidiano da família; ou seja, na maioria dos casos, os trabalhadores não estão satisfeitos e estáveis nas relações de trabalho em que se encontram e, nem mesmo, naquelas em que se vinculam posteriormente. Apenas procuram ou conciliam atividades até que possam decidir em quais vagas permanecer, ainda que não considerem nenhuma delas alheias às ambiguidades e prejuízos ao seu modo de vida.

Organizei a dissertação na tentativa de estabelecer questões ou problemas a serem discutidos em cada capítulo, sendo dois capítulos apresentados ao longo de todo o texto. No primeiro, o objetivo foi discutir como determinados trabalhadores avaliam o modo como vivem a partir de problemas como a moradia, o tempo e o trabalho, procurando tratar esses aspectos ao viver a cidade e ao enfrentar nesse território os limites de acesso ao que compreendem como direitos sociais e expectativas confrontadas.

No segundo, procurei refletir sobre como constroem caminhos na cidade, recusando vagas de trabalho e decidindo atividades a realizar, assim como cursos e investidas em novas empreitadas (acúmulos de atividades, trabalho por conta própria, mudanças de atuação etc.). Tudo isso, considerando os limites dessas decisões frente às pressões que atravessam suas formulações de alternativas (problemas familiares, desemprego, renda para moradia, tempo livre, mudar de cidade), além das ações de reorganização patronal das relações de trabalho.

CAPÍTULO I
A VIDA DOS TRABALHADORES POR ELES MESMOS...
MORADIA, TEMPO E TRABALHO

Para pensar essas questões – moradia, tempo e trabalho – inicio com algumas questões advindas da minha conversa com a trabalhadora Fátima. Durante toda a entrevista foi perceptível sua intenção em usar o momento daquele encontro como um espaço de denúncia sobre as condições de vida enfrentadas na cidade de Marechal. Quando eu já me inclinava a encerrar nossa conversa, ela fez uma pergunta, que desencadeou tal interpretação:

Saionara: tem mais alguma coisa que você queria dizer, que você acha que seria importante?

Fátima: eu acho assim em relação, é uma coisa bem complicada assim sabe, os governante eles deviam de é, eu não sei como que eles deveriam de fazer isso, mas eu acho que eles deveriam ter uma fiscalização melhor em cima, é que nem a assistente social falou pra mim, ela falou “nós vamos em cima daquelas pessoas que vêm aqui e elas conseguem convencê a gente de que tá necessitada, de que tá precisando”, ela falou. A minha decepção foi que quando eles fizeram umas casinha aqui em Rondon e deram essas casa era só pras mulher sozinha, que tinha filho né? E as velhinha aposentada. Quando foi entregá a chave tava cheio de marido lá pegando chave, então aí onde que precisaria ter uma fiscalização não entre quatro paredes, dentro da prefeitura fechada ou num tipo aqui no CRAS. As pessoas vêm aqui, chora, se esperneia, precisa, aquilo ali tá numa necessidade terrível... eu falei, vai lá na casa dessas pessoas fora de hora pra ver se realmente ela precisa, verifica a fundo, não acredita na própria pessoa, acredita no vizinho dela, porque o vizinho dela vai falar, chega lá e fala: “ó fulano eu vim aqui porque eu quero saber isso, isso e isso”. Esses dias veio uma mulher aqui e pediu uma casa, eu falei “mas tu já tem uma casa, pra que você quer mais uma?”, “ah é que daí se eu ganha mais uma vou separar do meu marido e daí vou ir morar na outra”. Se ela tem filhos, daí ela vai vim pedir também a cesta básica, vai vim pedir o leite, vai vim pedir a bolsa família, vai vim pedir tudo, pra se sustentá porque se separou. Então eu acho que devia ter uma fiscalização maior em cima disso, isso devia de se... o fórum devia de fazer isso. Não, não prefeitura. Devia de ser o fórum, que mete mais medo.

[...]

porque eu acho assim, o aluguel mata muito. O aluguel acaba com a vida da pessoa, eu vou te dar um exemplo, não tô dizendo que tem que dar uma casa pra mim. A minha irmã tá lá com o meu pai também, meu pai é aposentado e a minha irmã vive da aposentadoria dele, porque ela não tem condição de trabalha fora, porque o meu pai não tem condição de deixa ele sozinho. A minha mãe eu já consigo, só que

daí tipo, digamos que eu tô ganhando um salário, [tosse] que que eu vou fazer?... eu tenho duas criança em casa, digamos... a situação que o meu marido[ex-marido] não pode me ajudar, eu vou alugar uma casa que nem a que eu tenho lá, a casa que eu aluguei, é 550 o aluguel da casa, mais a luz, mais a água, então você vai viver só pra pagar o aluguel, a luz e a água? Você não tem direito de comer? Ah sobrou pra comida, você pode comer, mas daí você não tem direito de vestir? Você não tem direito de ficar doente, porque você não vai ter dinheiro pra compra um remédio, o que que eles deviam de fazer, aqui no nosso país eles deviam de ver o negócio do aluguel. Eu posso pagá 550 de aluguel, porque que eu não posso pagar 300 na prestação de uma casa? Eu não tô pedindo uma casa de graça, eu tô pedindo pra compra uma casa. Eu só queria que alguém chegasse em mim, tipo Caixa Econômica, alguém falasse “ó eu te vendo uma casa, me paga uma parcela aí de R\$300,00 o resto da vida”, pronto. Eu vou tá pagando um aluguel, uma prestação de uma casa minha de R\$300,00 ou R\$400,00 que seja, então tem muitas pessoas que faz o que? Tira o dinheiro que seria do leite, do remédio, da comida, pra paga aluguel, e esses carneiro que que eles fazem? Eles ganham, constroem, pra alugá mais, mais, mais e mais. Isso virou um... eu não sei como que ninguém enxerga isso. Então, o dinheiro que eu gasto no aluguel eu ando que nem uma madame, eu vou comprá roupa, eu vou comprá calçado pra mim, eu vou comprar comida, eu não vou precisá vim na porta de uma prefeitura pedir um remédio, pedi uma comida, pedi isso, pedi aquilo. Por quê? Porque o dinheiro do aluguel dá pra mim comprá isso aí. (FÁTIMA, 2014)

No momento da entrevista, junho de 2014, Fátima estava com 41 anos e morava em uma casa alugada com seus dois filhos mais novos (um menino de 1 ano e 8 meses e uma menina de 15 anos) e sua mãe. Ela estava separada e seu filho mais velho (do casamento anterior) já estava com 26 anos, não residia com os demais e era casado. Sua mãe estava aposentada e contribuía com a renda familiar, mas precisava de cuidados, pois sofreu um derrame e tinha dificuldade para realizar alguns movimentos e atividades.

Essas características de sua experiência e modo como organiza sua vida explicam, em parte, sua “decepção” com o cadastramento feito pela Prefeitura para a distribuição das casas, que deveriam ser para mulheres sozinhas com filhos e “velhinha aposentada” (onde se incluiria, assim como sua mãe), mas ambas não fizeram parte dessa seleção, mesmo procurando o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – com certa frequência para diversas ações, o que foi evidenciado por ser onde a encontrei e por me dizer que “denunciou” a mulher que foi pedir uma casa, mesmo possuindo outra. Essa contraditória forma de lidar com sua condição na cidade expõe divisões com outros trabalhadores, expõe seu enraivecimento com as políticas sociais e a classe hegemônica; sugerindo privilegiamentos e dificuldades de quebrar tal

sentimento de alijamento e de exploração do seu trabalho, onde a falta de garantia de direitos a faz criar pouco elos de identificação e solidariedade.

No período em que realizávamos a entrevista, ocorria na cidade tanto a realização de novos cadastros para programas populares de habitação como o debate sobre a entrega de casas. Esse era o ambiente que compunha a fala de Fátima. Portanto, mais do que o enredo de recusas e perda da casa da família no início da década de 1990, ela tinha esse referencial para nossa conversa.¹¹

Medeiros (2002) ao discutir as transformações na cidade de Uberlândia–MG e o modo como alguns trabalhadores desenvolviam “estratégias de viver e trabalhar na cidade” aponta como a conquista da casa própria interfere no modo como Nilcimar, uma de suas entrevistadas, percebe a cidade, indicando que apesar dos diversos problemas de infraestrutura reclamados pela população, inclusive no bairro onde ela morava, eles não se apresentam em sua memória, ou pelo menos não na narrativa que construiu durante a entrevista. Aos 38 anos e morando a 22 na cidade, Nilcimar privilegiou em sua fala o que para ela, conseguir a casa própria trouxe de mudança, isto é, uma “melhor condição de criar os filhos” (p. 145). Essa memória não descarta os problemas experimentados no bairro, aponta o que a faz permanecer apesar dessas questões.

O trabalho de Medeiros (2002) me ajudou não só a perceber como a memória da Fátima foi pautada pela necessidade de ter sua própria casa, como sua experiência na cidade não lhe permitiu essa conquista e o quanto isso pesa em suas decisões. Pois, percepções diferentes de cidade e como se inserir nela vão sendo construídas conforme a inserção dos trabalhadores nesse enredo social, e Essas questões não são pertinentes apenas para os trabalhadores de Marechal, mas também em outros tempos e lugares para outros trabalhadores.

Mas, retomando o trecho da entrevista de Fátima, o que ela quer chamar a atenção quando traz esses elementos à tona? Como a questão da moradia faz uma pressão para trabalhadores, como Fátima e Nilcimar, a ponto de ser levado em conta em suas narrativas? Mas não só por elas, pois conforme a narrativa de Fátima, destacando seu custo na rotina financeira e a dificuldade de acesso quando não se é um trabalhador com renda fixa ou com valores pré-determinados e comprovados para acesso a financiamento habitacional.

¹¹ Sobre a divulgação de tais entregas, o próprio site da Prefeitura, apresenta sua visão sobre essas ações, ver: (CASA..., 2014; HABITAÇÃO..., 2014; O SONHO..., 2015)

O lamento enraivecido de Fátima sugere que ser trabalhador não basta para garantir acesso à casa própria na cidade, interpretação que foi levada em conta na construção de todos os seus argumentos, quanto aos salários e vagas de trabalho na cidade. Por isso suas atividades de trabalho aparecem como legitimidade de suas demandas em aberto.

Pois como Fátima bem percebe, esse não é apenas o seu caso, é um problema compartilhado, inclusive por sua irmã, que, conforme destacou, está em situação ainda pior. Sua interpretação aponta a dificuldade em manter as despesas da casa com o salário que um determinado campo de trabalho poderia lhe proporcionar, indicando como avalia a remuneração das vagas de trabalho disponíveis à grande maioria de trabalhadores em Marechal que se encontram na mesma condição. Pois, na sua avaliação, em grande parte, possuem uma renda de um salário mínimo (ou pouco mais que isso).¹²

Quanto às estratégias para trabalhar e viver na cidade, Medeiros (2002) traz a atuação de trabalhadores que criam animais e plantam hortaliças no espaço onde moram. Apesar da forte preocupação do autor em destacar que essas práticas fazem parte de uma valorização de determinada cultura (a da “roça”), reconhece que essas ações se se apresentam enquanto modo de sustentar a família ou, para alguns trabalhadores, complementar ao orçamento da casa.

A criação de animais exigia lidar com a tentativa de fiscalização da administração pública ao estabelecer saneamentos na cidade. O autor explorou as

¹² Ao consultar os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do período de janeiro de 2014 a janeiro de 2015, ano da entrevista com Fátima, podemos ter uma ideia dos salários oferecidos na cidade; obviamente precisamos considerar que são valores referentes apenas àqueles que são registrados em carteira e que são uma média, mas podem nos ajudar a entender a indicação da entrevistada, sabendo que o salário mínimo era de R\$724,00. Entre as “ocupações que mais admitiram” estão Abatedor R\$920,84, Vendedor de Comercio Varejista R\$874,68 e Auxiliar de Escritório R\$899,06. Entre as funções que estão mais próximas ao universo de profissões realizadas por Fátima, presentes na lista do CAGED estão: Cozinheiro de Hospital R\$788,00; Lavadeiro em geral R\$773,75; Zelador de Edificio R\$715,90; Cozinheiro em Geral R\$874,36; Faxineiro R\$736,46. De janeiro a dezembro de 2017, período mais recente da pesquisa, percebi algumas alterações ao pensar a proporção entre o salário mínimo e o salário médio recebido quanto à ocupação que mais admite, sendo a de abatedor, pelo menos ao que é considerado na pesquisa (trabalhos e salários registrados). O salário mínimo era de R\$937,00 e o salário médio para esta ocupação R\$1575,35 – média de mais de um salário mínimo e meio, enquanto em 2014 não chegava a um salário e meio. Pergunto-me se essa mudança teria relação com a dificuldade em contratar trabalhadores, sendo uma iniciativa que pode estar vinculada a outras, como benefícios para compras no mercado que pertence à mesma Cooperativa que o frigorífico, plano de saúde etc. Porém, os dados de admissões e desligamentos não apresentam mudanças muito significativas, tendo em 2017 um saldo de contratações menor que 2014/2015. Quanto às funções mais próximas ao universo de Fátima, ainda orbitam em valores restritos: Cozinheiro de Hospital R\$946,00; Lavadeiro, em geral R\$ 1300,33; Zelador de Edificio R\$944,65; Cozinheiro em geral R\$ 1238,48; Faxineiro R\$980,64. Disponível em: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php Acesso em: 16/10/2017 e 03/03/2018.

maneiras encontradas por alguns sujeitos para driblar essas iniciativas. Esse esforço se materializa enquanto necessidade de alguns trabalhadores para complementar baixos salários, lidar com a falta de vagas, suprir a necessidade de pagar aluguel, diminuir custos mensais na alimentação.

Medeiros (2002) estabelece os anos 1970-2001 enquanto recorte temporal e trata de outra localidade, mas me permite pensar sobre as avaliações de vagas ocupadas e valores pagos, como isso é uma questão que acompanha os trabalhadores e não está facilmente resolvida, exigindo ações e realizações peculiares a determinadas temporalidades e realidades.

Fátima, ao usar o salário mínimo como base para seu cálculo, acredita que esse problema é compartilhado socialmente, e é reconhecido como um pagamento incondizente com a realidade (de trabalho realizado, necessidade e expectativa dos trabalhadores), uma vez que, conforme argumenta, não é capaz de responder ao que espera alcançar como possibilidade, confrontando a desigualdade.

Portanto, sua indignação está na distância entre as práticas de sobrevivência e outras expectativas que podem perpassar alterações na sua condição de classe e nas relações de poder que expõem a desigualdade e as tensões constantes frente aos limites e potencialidades de uma vida melhor.

A necessidade de se colocar a trabalhar “de dia e de noite” parece ser justificada pelas recusas constantes que faz. Ao não aceitar como seu limite a renda que apenas um desses vínculos poderia lhe proporcionar decidiu por enfrentar as alternativas (quase sempre extenuantes) que visualizou como parte de seu interesse e disposição. Ainda que isso fosse visto como algo provisório, mas de acordo com as situações e possibilidades que se apresentavam fosse se estendendo a novas ações, reconhecendo o campo de forças social do qual faz parte.

Mas se a disposição em rearranjar trabalhos possibilitou viver para além de “pagar o aluguel, a luz e a água”, isso não foi suficiente para Fátima deixar de se sentir explorada por “carniceiros” e considerar que isso não ocorre apenas com ela. Mas expande seu olhar, apresentando uma visão sobre sua condição de morar na cidade, compartilhada com outros trabalhadores, sugerindo que para aqueles que precisam alugar e articular o onde moram com o ondem trabalham, deixam os filhos em creches e escolas essa é uma situação tensa o ano todo.

A trabalhadora Fátima mora no bairro Vila Gaúcha, próximo ao cemitério em que faz sua zeladoria de túmulos. Ela destaca diversos aspectos da teia de relações e

disputas que dão forma à presença de trabalhadores que na mesma condição percorrem a cidade – quando se colocam a se debater com os aluguéis abusivos, os salários baixos, as relações que estabelecem com o poder público, as condições de atendimento ao usuário do sistema de saúde pública etc.

Ao pensar essa presença dos trabalhadores na cidade, Dona Mara, entrevistada de Rodrigues (2017), a qual no momento da entrevista era aposentada, mas conjugava com essa condição a atividade de catadora (mesmo aos 70 anos), também mora no Bairro Vila Gaúcha. Viver nesse bairro, conforme sua narrativa, traz uma desigualdade que a expõe, pois quando casas “fracas” como a sua e de “umas famílias ali” se confrontam com as demais, essa questão se apresenta na visibilidade que isso promove, podendo dizer que “essas mulher aqui [vizinhas] são bem de vida”.¹³

Sua construção sobre a desigualdade expressa no modo de viver no bairro e as relações produzidas pelos que vivem nele indica que o onde e como morar se associa às condições de classe de seus moradores, mas, também, que o bairro é compartilhado por sujeitos que não se identificam em sua plenitude e nem poderiam. Portanto, esse território de disputas classistas também se formula na expressão de valores, limites e tensões entre esses sujeitos que convivem e reconhecem suas ações nessas relações de poder. Mas, como o pertencimento ao bairro é construído por trabalhadoras como Fátima ou Dona Mara?

Como já foi indicado no texto, Fátima começa a entrevista com uma denúncia, então esse lugar na cidade é uma conquista com fraturas. Uma busca em um campo de forças reconhecidamente desigual:

Fátima: que nem eu ontem né? Fui ali no fórum, coisa que eu falo assim eu já mais faria isso né? Eu deixo por último, mas eu tentei, tentei, justamente por causa do meu trabalho. Hoje eu não tô lá trabalhando porque eu tô aqui, mas assim: eu vou pro meu serviço, volto pra casa, meio dia tenho que pegá meu nenê, tenho que ponhá numa bicicleta, tenho que levá ele 5 Km da minha casa, lá na creche e volto (e tem uma creche duas quadras da minha casa).

Saionara: mas não consegue vaga?

Fátima: não consigo vaga. E o povo que é empresário, que mora aqui no centro, vai levá a criança nessa creche.

Saionara: pública!?

Fátima: pública! Direitos nós temos, de ter uma escola, uma creche, perto da nossa casa. Ninguém tem nada contra a pessoa ter um carro

¹³ Dona Mara é por vezes impedida pela família de tomar suas próprias decisões, chegou em Marechal a cerca de 2 anos, porque o irmão a queria por perto, antes deste período residia em Cascavel (localizada a 80 km) fazia 40 anos.

pra levá uma criança lá. Mas leva longe, então ele pode levar lá... 4 Km, eu não!

Saionara: porque escolheu justamente o lugar que é mais...

Fátima: porque o meu filho tá com dor de garganta, meu filho tava gripado na semana passada e eu tive que levar (com sereno, com chuva, com frio)... tem que levar, porque se não perde a vaga né? Então, eu vim atrás dos meus direitos. Cheguei na Prefeitura a mulher veio falá pra mim “ah, nós não podemos fazer discriminação”. Falei vocês não, né? Mas tem promotor que vai fazer isso, peguei e fui lá no fórum, daí.

Saionara: é porque na verdade é uma dificuldade muito grande pra vocês né?

Fátima: é... dificuldade, é muita dificuldade, você tá lá, no serviço, você tem que sair correndo, porque você tem que ir lá levá, porque você daí tem que voltá, não dá tempo nem pra comer. (FÁTIMA, 2014)

A trabalhadora indica um problema com as creches na cidade que naquele momento não garantiam vagas para aqueles que moravam nas proximidades e, ainda, talvez pela facilidade de acesso à creche (está na principal avenida da cidade e próxima a vários postos de trabalho e bairros populares), a procura constante de vagas por aqueles que trabalham nas proximidades, além dos denominados por ela como “empresários” e moradores do centro expressam os limitados serviços oferecidos na cidade pelos CMEIs, além de indicar o que sugere como diferença de condições e circulação, já que Fátima anda de bicicleta por toda a cidade, precisando enfrentar sol e chuva, enquanto aqueles que possuem outros meios de mobilidade estão tirando/ocupando seu espaço no bairro em que mora.

Conflitos como esse têm dificultado a rotina de Fátima na organização do tempo e do trabalho a partir do onde mora, avaliando como vive e esperava viver. A trabalhadora considerou que, mesmo sendo uma opção incerta era uma possibilidade disputar essa relação. Por isso procura o Fórum, visualizando a denúncia à Promotoria como uma maneira de tentar resolver a situação desigual instalada.

Uma atuação que tenta após tantos anos morando em Marechal rever alguns dos pontos em aberto. Uma vida que destaca a partir do seu empenho e trabalho desde os 8 anos de idade, mas que não possibilitou a compra da casa própria por nenhum familiar (nem sua mãe, nem seu pai, nem sua irmã, nem ela...). Sua indignação aponta que, nessas condições e campos de possibilidade, uns não têm e não passam pelo que outros enfrentam (e continuarão enfrentando) enquanto dificuldade e limite sendo trabalhador.

Algo que não precisa ocorrer do mesmo modo e com a mesma intensidade para todos durante todo o percurso da vida, mas que em alguns momentos os aproxima,

tornando a condição de trabalhador algo a ser discutido e avaliado ao viverem na cidade. Como foi o que se passou com Lurdes, que desde que nasceu teve condições distintas de Fátima, mas ainda assim, apresenta uma experiência significativa sobre suas relações de trabalho e os que elas informam sobre seu modo de viver. Residiu no sítio dos pais até se casar, aos 25 anos, ainda que durante esse tempo em que viveu no campo tenha sido responsável pela casa, roupa, cuidado com os animais, retirada do leite, além da chegada dos seus dois filhos.

Em 2013, quando a conheci, Lurdes morava com a família em uma casa que o marido herdou dos pais – casa de madeira, que segundo ela, estava “esculhambada” quando chegaram em 1995. Eles precisaram reformar para entrar com as crianças e o recém-nascido que ia chegar.

No momento da entrevista, aos 48 anos, a trabalhadora estava próxima de conquistar o que definiu como seu “objetivo na vida”, o qual seria construir sua casa, uma vez que a residência em que viviam foi muito importante até aquele momento (pois não precisaram pagar aluguel), mas para Lurdes era uma herança do marido, o que indicaria não pertencer nem a ela e nem à sua filha mais velha (sugerindo haver problemas nesse convívio familiar sobre essa questão). Portanto, era necessário garantir algo que fosse de todos, mesmo que isso exigisse mais trabalho, mais acordos sobre que atividades realizar e como lidar com adocimentos e cuidados com a casa e os três filhos.

Durante nossa conversa sobre suas atividades de trabalho essa questão também veio à tona:

Sheille: e você tem algum problema de dor na coluna, ou no braço [...] por conta do serviço ou dor de cabeça por causa dos produtos, alguma coisa dessas já te baqueou um pouco assim?

Lurdes: já, a dor nas juntas né? De torcer pano. Dor de cabeça eu não vou dizer que vem, mais colabora. Os produtos colaboram né? Porque eu já tenho enxaqueca desde criança.

Sheille: eu te falo isso porque a minha mãe é diarista, e ela sofre muito por conta disso né? E ela, às vezes fica com o braço inchado, justamente por conta da torcida né? E então, assim, às vezes, ela pondera, se continua, se diminui, e, ao mesmo tempo, faz umas conta, das coisas que se comprometeu e aí volta de novo. Como é que...

Lurdes: é mais ou menos por aí né? Porque daí também né? Daí eu... que nem, a Saionara já trabalhava, às vezes em quando assim... como ela queria né? E daí aqueles dias quando ela pediu, eu disse “Saionara eu posso pensar um pouco?” [risos], né? Porque né? Cansa... porque a idade também vai pegando né? Então daí que nem tu falô, tu começa a analisar as contas, o piá foi pra faculdade, daí né? E daí nós tamo construindo, daí eu disse: não...

Sheille: lá na casa de vocês mesmo?

Lurdes: é, num outro terreno né?...

Sheille: outro terreno... que vocês compraram?

Lurdes: sim, daí a gente né?... tá construindo, daí vai mais um pouco né? Pesa mais no bolso do marido – isso que eu tenho renda. Tenho. Porque eu tenho lavoura né? Eu tenho um pedaço de chão que é meu, que meu pai me deixou. Então meu sobrinho planta e dá a renda, isso é uma vez por ano. Ele dá a renda... isso não dá muito, isso dá uns 2 mil, 3 mil, se o soja dá bem, dá isso né?. Da minha parte... mas é um dinheiro que me entre[entra] limpo né? Então vai tudo pra construção, se não fosse tá construindo, até eu não precisava, talvez, trabalhar tanto fora. Mas, então, a gente sempre tem aquele objetivo na vida né?

Sheille: e vocês tão construindo o que? uma outra casa ou aumentando a casa?

Lurdes: não, nós vamos fazer casa nova. Daí nós começamos...

Sheille: e qual é a ideia depois da casa nova?

Lurdes: aí tranquiliza um pouco mais né? Não vou dizer que eu vou parar totalmente, porque até essa casa nova sair... Porque nós fizemos a parte da edícula e da garagem primeiro, pra depois, pra frente, fazer a casa né? Porque a gente tá morando... não tá pagando aluguel.

[...]

Saionara: e a casa vocês tão construindo assim conforme vocês vão....

Lurdes: já pra velhinhos. [risos]

Saionara: mas conforme vocês vão ganhando assim vocês vão fazendo, porque o Betão também tava ele mesmo tava arrumando as coisas né?

Lurdes: ele mesmo, ele mesmo, não gastamos nem um centavo ainda com pedreiro, ele faz tudo.

Sheille: é ele quem? Mas quem que tá ajudando? Quem que tá ajudando?

Lurdes: é ele[marido], eu e o meu filho. Mais o meu filho do que eu né?. Eu só vou na parte burocrática, quando assenta as lajotas dentro, daí eu vou lá, ajeitá, “assim tá torto, assim não”. Aí ele sempre fala que eu sou a mestre de obras né? Mas ele faz tudo. Isso já faz um ano e pouco que ele tá construindo.

Sheille: em finais de semana, à noite...

Lurdes: em finais de semana, feriado, férias. Então ele faz né? E, e ele é muito perfeccionista. (LURDES, 2013)

Mostrar as fragilidades é sempre um processo desconfortável, principalmente ao reconhecê-las – ainda que no universo da aproximação. Lurdes assumiu as dores (as quais eu já sabia que a afetavam). O reconhecimento de uma experiência em comum, mesmo nessa condição, era difícil, pois narrava sobre limitações que precisava ignorar para continuar a realizar limpezas e faxinas diárias. Por isso, indicar sua renda rural e um universo distinto para sua condição de trabalhadora era tão necessário à imagem que queria projetar.

Evidentemente, que será de modo contraditório que sua presença na cidade vai ser anunciada – não aceita o lugar de vítima ou de subjugada, é uma trabalhadora que valora suas ações, de sua família e suas expectativas após a saída do campo. Está

produzindo alternativas, ainda que ao trazer o modo como essa experiência social se faz na tensão sobre como ela se projeta socialmente nos traga indícios dos limites e ambiguidades de sua condição – possui uma terra arrendada com rendimento anual, mas vive em uma casa no bairro Higienópolis, há mais de duas décadas, com grandes dificuldades de instalação. Daí o empenho para uma nova casa aparecer como o “objetivo” de sua vida, além das motivações anteriormente destacadas. Mesmo assim é muito mais proeminente do que Fátima nas possibilidades de avaliar e se ver pressionada por certas condições, pois possui uma renda segura e superior, além de não ter gastos com aluguel.

O bairro em que mora e onde estava construindo sua casa é descrito por Kirchheim (2010) como “localizado na região nordeste da cidade, bem distante da área central [...] atravessado pelas rodovias BR-163 e BR-467, sendo considerado um bairro marginal” (p. 80), mas o que isso significava no modo como vivia Lurdes e sua família quando chegava em meados da década de 1990 ou mesmo após todos esses anos? Como ressignificam essa avaliação, uma vez que a nova casa também é no mesmo bairro?

A trabalhadora e sua família precisavam atravessar a BR todos os dias para ir ao trabalho e à escola, em alguns momentos durante esses anos precisou deixar os filhos em casa sozinhos no período em que não iam à escola, uma realidade que para famílias como a de Lurdes precisaram contar com a solidariedade de outros trabalhadores, como destaca ao narrar os constrangimentos de deixar os filhos sozinhos, mas contar com a compreensão das vizinhas: “só que eu tinha uma vizinha de frente e ela tem uma sala de costura, então é na frente né? Quando acontece... e daí, não tem perigo... porque é tudo bem cercado e eu saio e passo a chave... no portão, em tudo né?” (LURDES, 2013). A trabalhadora entende como sua ação pode ser questionada, então já trata de explicar-me, que deixava os filhos sozinhos ocasionalmente, quais cuidados tomava frente a certas necessidades e urgências de trabalho.

Lurdes, Patrícia, Fátima, Sônia, trabalhadores que entrevistei, mães que assumem para si, durante nossa conversa, as ambiguidades desse zelo (fazer prospecções que indiquem alterar a realidade dos filhos – para que possuam condições distintas das suas ou mais campos de alternativas, pelos menos. Mas, ao mesmo tempo, deparam-se com avaliações (externas e internas) sobre como cuidar dos mesmos no presente – durante adoecimentos, ao deixá-los sozinhos ou ao entregá-los a guarda de outros parentes (momentaneamente ou em definitivo).

Questões que atravessam as decisões de muitas trabalhadoras e que para Paulo não foi diferente. Ao retomar na última década o relacionamento com o filho, o qual deixou para trás na adolescência sem assumir a paternidade, o seu retorno à Marechal (separado e como nos disse “recomeçando a vida”) também ganha outras pressões. Por isso, muito de sua correria (por postos de trabalhos, aluguel de sua casa e divisão de gastos na casa de sua mãe), justifica-se, também, por essa reaproximação e o que espera dela hoje.

Caminhos que se fazem associando atividades nem sempre de primeira intenção, ou mesmo moradias que estavam em seus planos, mas que reconhecem como postos de trabalho disponíveis para um tempo ainda livre a ser preenchido com os sonhos de mudança a serem batalhados (sobre como e em que condições pretendem viver). Tudo isso reconhecendo a exploração que se expressa nessas decisões.

Ao pensar essas intenções de mudança, retomo a trajetória de Lurdes e acredito ser possível indicar que os custos para a construção da casa almejada são cobrados nas práticas de Lurdes e do restante da família, assim como são sentidos nas dores causadas e pela idade que “vai pegando”, pois do contrário, como quis ressaltar, nem precisaria “trabalhar tanto fora”, tentando reestabelecer o distanciamento do conjunto de trabalhadores que, possivelmente, diante dessas circunstâncias (de sobretrabalho) esteja tão aproximada.

O “tanto” que está trabalhando se materializa (procurando reequilibrar sua visibilidade de empobrecimento), pois mesmo depois de “pensar um pouco” – sobre as dores, confusões sobre sua ausência em casa –, aceitou mais um trabalho (o que indica que não foi uma decisão fácil, mas considerada necessária). Isso evidencia como a dinâmica de decisões dos trabalhadores são construídas, como é comum aos trabalhadores ponderar vagas de trabalho analisando a integralidade de suas relações, necessidades e expectativas. Não só observando vagas em aberto ou dinâmica do mercado de trabalho, mas tratando isso a partir de suas inquietações e realidade.

Mesmo para alguém que tem uma parcela de terra com rendimento anual, não paga aluguel e com outra moradia em vista; economizar com mão de obra foi a forma encontrada para viabilizar a construção (além de manter-se como diarista em várias residências). Dessa forma, o prazo para o término da obra se estendeu por bastante tempo, uma decisão que custou os dias de folga e férias do marido e filho. Porém, provavelmente, a única maneira que estavam dispostos a empenhar esforços para o que

almejavam – alterar a condição de moradia que possuíam desde que casaram, há mais de 20 anos.

A trabalhadora avalia que as escolhas construídas valiam a pena, pois tendo a casa depois “tranquiliza”, um projeto a pensar pelo futuro, um lugar onde querem passar a velhice, o que esperam depois de uma vida de trabalho (LURDES, 2013). Durante o diálogo com Lurdes ela expressou como o trabalho se apresentou frente às tensões pelos custos de vida da filha mais velha (estudos, roupas, acessórios etc.) desde os primeiros tempos de casados, motivo maior pelo qual começou a realizar faxinas.

Hoje sua filha é casada, mas deixar a casa que era de seus sogros para ir para uma casa conquistada também por ela pode ser pensado enquanto a construção de algo que recoloca a relação familiar. Portanto, os embaraços a serem desenrolados pelos trabalhadores se passam também nessas linhas – problemas na disputa de interesses e controle de renda que, muitas vezes, levam-lhes a determinados esforços e dramas nas relações de trabalho, traduzidos em atividades sem registro e com práticas abusivas, quase sempre com perdas trabalhistas visíveis – principalmente com as mudanças recentes que se colocam para as relações de trabalho. Ao final, avaliam que tudo isso possa trazer alguns ganhos, nem sempre tranquilos de compreender como e porquê fazem parte dessas tramas.

Portanto, são nesses termos que Lurdes teria sua casa pronta – o que, provavelmente, já ocorreu, conforme seu planejamento (de quem sabe mais 1 ou 2 anos encerrariam a obra, considerando que em um 1 e meio de construção fizeram a garagem e a edícula (2012-2013). Acredito que, anos de trabalho pesado, tanto para manter os gastos com a construção quanto na construção propriamente dita, permitiram deixar a casa singela de madeira que viveu cerca de 20 anos e demonstrar as contradições de ser uma trabalhadora na cidade com renda rural, sugerindo o quanto isso não significa muito e nem é sinônimo de tão pouco que não exija sacrifícios. Mas, perto de outros trabalhadores, como outros entrevistados para esse trabalho, isso pode indicar grandes possibilidades de alteração na produção de alternativas.

Durante a entrevista, Fátima destacou que sua mãe havia “ganhado” uma casa no mutirão¹⁴. Destaco aqui o terceiro projeto, inaugurado em 1990 em Marechal, na região

¹⁴ O mutirão faz parte de um período (iniciado na década de 1970) em que se procurou institucionalizar essa prática como um programa habitacional no país (1982-1989) e não foi diferente no Paraná, onde procuraram baratear os custos da moradia popular e responder às pressões sobre essa demanda (ABIKO; COELHO, 2006). O projeto Mutirão III destacado aqui fez parte de uma área indicada, em documentos da secretaria municipal de habitação e citados em trabalhos acadêmicos (BADE, 2011, p. 193-196 e

do Loteamento Líder. Nele, trabalhadores que tiveram acesso ao Mutirão III, como a funcionária pública da limpeza de rua (mãe de Fátima), deveriam pagar parcelas mensais e autoconstruir sua residência, simultaneamente (conforme gestão feita pela Sociedade Comunitária Habitacional Popular (BADE, 2011). Essa instituição funcionava desde 1987 na cidade (gestão do PMDB), vinculada à Secretaria Municipal de Assuntos Comunitários, nas palavras de Bade (2011), ela tinha o “propósito de executar os projetos habitacionais para as famílias de baixa renda” (p. 95). No estatuto do órgão declara que:

Art. 1o A Sociedade Comunitária Habitacional é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro em Marechal Cândido Rondon – PR., com prazo de duração indeterminado e reger-se-á pelo presente Estatuto (...).

Art. 2o A sociedade tem por finalidade suprir a necessidade de habitação da população carente e de baixa renda, admitidos como tal os indivíduos que não possuem casa própria e que percebam rendimentos mensais de 0 à 2 salários mínimos (ESTATUTO Sociedade Comunitária, 04/11/1987, p. 01 apud BADE, 2011, p. 95).

Suas indicações levam a perceber em que faixa de renda se encontrava a família de Fátima e como tiveram que lidar com essa forma de acesso à moradia na cidade e, do mesmo modo, as dificuldades para se manter nela, uma vez que isso também significava uma visibilidade de classe e uma pressão sobre suas condições, exigindo solidariedade de todos (vide seu retorno à cidade para auxiliar na monetarização para a construção), ainda que isso não tenha sido o suficiente para garantir permanecerem com o direito à moradia. O sentimento que ela nutriu após isso foi de que lhes tiraram a possibilidade de que essa renda hoje não fosse gasta com pagamento de aluguel e com mais trabalho, um gasto que poderia ser atribuído a melhor uso, conforme os interesses e necessidade de todos em casa.

Essa situação evidencia como as tentativas e sinalizações de mudança convivem com a insegurança da condição de classe, que devido aos baixos salários, alto custo de vida, possíveis adoecimentos e afastamentos do trabalho não permitiram que mesmo depois de tantos anos conseguissem ter direito à casa própria. Percurso que faz com que manifeste um sentimento de revolta ao dizer que “eu não tô pedindo uma casa de graça, eu tô pedindo pra comprá uma casa” (FÁTIMA, 2014).

PFLUCK, 2009, p. 243-248) como pertencente à Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR (desenvolvedora desses projetos na região durante esse período) – em parceria com a Prefeitura de Marechal Cândido Rondon.

É constante sua crítica aos programas sociais que não respondem à desigualdade social, como foi com o lançamento do Programa Minha Casa e Minha Vida.¹⁵ A revolta que por vezes demonstrou, pareceu-me sua principal motivação para aceitar prontamente minha proposta de entrevista, como se visse esse espaço como uma possibilidade de denúncia do que responderia a duas questões: a primeira, que a casa do mutirão, na sua visão, não respondia ao que valoravam e esperavam como moradia, inclusive diante de suas possibilidades de empenho, o que naquele momento não foram reconhecidas. A segunda, que o acesso e as condições para sair do aluguel não são fáceis ao trabalhador mais empobrecido – aquele que tem várias ocupações, quase sempre sem registro e renda irregular, com baixa escolarização e uma vida familiar complexa para responder frente às suas expectativas no confronto com a dureza do cotidiano, pensando as indicações de Scott (2002) sobre esse termo.

Então, diante desse diálogo, eu me vi frente ao que Alessandro Portelli (2010) já havia chamado a atenção, a entrevista não é um ato de extrair informações, mas sim uma relação entre entrevistador e entrevistado, onde nossas agendas se encontram (p.11), o que não significa que aquilo que a trabalhadora colocava como sua pauta não fosse interessante para a pesquisa ou mesmo indicasse suas posições frente às tensões sociais. Pelo contrário, estar em contato com suas pautas (as quais decididamente considerava significativo conversarmos) já parecia ser algo importante e provocador.

Penso nesses momentos refletindo sobre o que Khoury (2001) indicou:

As fontes orais são únicas e significativas por causa de seu enredo, ou seja, do caminho no qual os materiais da história são organizados pelos narradores para contá-la. Por meio dessa organização, cada narrador da uma interpretação da realidade e situa nela a si mesmo e aos outros e é nesse sentido que as fontes orais se tornam significativas para nós. (p.84)

Dessa forma, o mais interessante não é o fato em si, mas sim a forma como se constrói uma interpretação sobre ele, quais os motivos, interesses e perspectivas do entrevistado em fazer determinada leitura sobre ele. O pesquisador é também muito

¹⁵ O programa foi criado em 2009, famílias com renda de até R\$1800,00 podem se inscrever na modalidade “entidades” e entrar na “faixa 1”, se inscrevendo na prefeitura ou órgão da cidade responsável, nesta “faixa” até 90% do imóvel pode ser custeado pelo programa, sendo o restante dividido em 120 meses, com parcela mínima de R\$ 80,00 e máxima de R\$ 270,00. O processo de escolha das famílias é feito pela prefeitura sendo obrigatório publicizar os critérios de seleção nos meios de comunicação do município. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/entidades/entidades.asp>; <<http://www.cidades.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv/perguntas-frequentes-pmcmv>>. Acesso em: 04/03/2018.

importante na construção dessa conversa, é ele que intervém, obviamente, ao direcionar a discussão, incentivando os trabalhadores, nesse caso, a refletir e interpretar a sua trajetória. Ao se relacionar com trabalhadores temos a possibilidade de fazer com que essa interpretação se apresente como evidência histórica. Um diálogo no qual se constrói uma troca de experiências e confluência de valores. Torna-se claro também o respeito que devemos ter com esses sujeitos, além da responsabilidade que assumimos ao utilizar a fala e os sentidos que expressam.

Tudo isso, precisa ser mediado pelo modo como produzimos essa relação. No caso de Fátima, o lugar onde nos encontramos é muito revelador disso. Estávamos no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, um local em que esses trabalhadores expõem esses limites e confrontam seus valores e direitos para recompor sua permanência na cidade. Mais do que reclamar de quantas horas precisa trabalhar é o modo como vivem que está exposto. Falar dessa condição exige indicar o porquê muitos trabalhadores avaliam alterar rendas e atividades, uma vez que não conseguem, conforme seus valores e pressões, subsistir sem tensões na cidade (falta de alimentos, remédios, etc.). A desigualdade interpelava Fátima durante nossa conversa. Essa, parecia uma questão fundamental para ela naquele momento:

[...] as pessoas... é acostumada a ver as pessoas mais humildes assim... como se ela não tem condição nenhuma! Daí ela já é tratada como se não tem condição nenhuma! Não pega uma pessoa dessa e fala assim “óh, eu te faço essa casa ali ó, (não é uma casa de mutirão!). Eu tô te fazendo essa casa aqui, você não vai pagar trinta, quarenta reais de mensalidade, você paga trezentos reais”... pra ver se aquela pessoa não vai procurar emprego, pra ver... se aquela pessoa não vai ter esse dinheiro pra paga. Vai, vai com certeza! Ela vai tá pagando o que é dela! O brasileiro desanima, ele desanima de trabalhar, trabalhar, trabalhar. Óia, imagina você trabalha o mês inteiro, pegá R\$700,00, que nem eu faço com a aposentadoria da minha mãe, por isso que eu tenho que me virar fora, sabe? Eu pego R\$729,00 da minha mãe, porque sempre acumula uns troquinho assim durante o mês, daqueles 700 tira 550 pro aluguel, sobra 150 né? Pega esses 150 e tira... porque a mãe fuma, o mundo inteiro fuma, então ninguém é contra fumar também. Tiro 42 do cigarro e 50 cinquenta quase de leite. Então 46 de leite, 46 de cigarro, lá se foi R\$100,00, sobra 50. Aqueles outros 50. Se eu tivesse desempregada eu tinha que comprá o remédio, pagá luz, pagá água, se a minha filha quisesse uma internet dentro de casa eu teria que pagá internet, então cadê o resto do dinheiro?¹⁶

A narrativa de Fátima chama a atenção para as relações de classe, como se sente incomodada com sua condição e com a forma como é tratada. Além disso, destaca como

¹⁶ IBIDEM, p. 31-32.

trabalha de forma tão intensa em busca de uma alteração dessas relações e visibilidade, pois não aceita a exploração e a desigualdade como tal, não quer ser tratada como “coisa nenhuma”. Fátima, assim como outros trabalhadores, sabe lugar que ocupa nas relações sociais e exercita essas referências na produção de sua consciência, assim como também na evidência de suas práticas/costumes. Talvez, não nos termos acadêmicos, como alguns esperam, mas os trata na materialidade da experiência social, suas expectativas questionam a distinção e as incongruências das relações de poder – o que o consumo e o modo como se vive nos diz sobre a exclusão e a distinção de classe?

Em um primeiro momento, ela lamenta a perda da casa que a mãe havia conseguido pelo programa habitacional, em 1990, no Bairro Líder, Mutirão III – justificado pela falta de renda em casa para subsidiar a obra. Com isso, não conseguiram cobrir os gastos e não puderam ficar com a casa, pois atrasaram as parcelas.¹⁷

Contudo, ao falar de suas dificuldades com o aluguel e acesso aos financiamentos habitacionais na atualidade indica que se a casa fosse melhor (não uma casa de mutirão) com certeza as pessoas se esforçariam para não perder. Dizeres que compõem o seu lugar de narradora atual e como alguém que se refez nesse processo nos últimos 20 anos, possui a renda necessária, mas não os quesitos para se cadastrar. Agora é capaz de prover sua família, algo que naquele momento não conseguiu, mesmo a casa de autoconstrução. Hoje conseguiria pagar por uma casa muito melhor, isto é, de maior valor e com melhor qualidade – se essa fosse uma possibilidade a seu alcance.

Sua narrativa aponta como esse percurso desde a década de 1990 (quando experimentou o acesso ao programa Mutirão) não lhe trouxe uma visão tranquila nem dos programas habitacionais populares nem das ações de alguns trabalhadores que se colocam a disputar essas inscrições. Ela justifica sua presença no CRAS e em tantas vagas de trabalho por perder parte de sua renda com gastos desnecessários e abusivos, principalmente com o aluguel.

¹⁷ Abiko e Coelho (2006) discutem como, na teoria, o pagamento das parcelas é considerado uma valorização do trabalhador: “Um outro aspecto a ser abordado é o caso em que, por um motivo ou outro, a moradia não é cobrada, ou seja, o provimento de habitação é feito de forma gratuita para o morador. Muitos profissionais e estudiosos consideram que o fornecimento de um bem como a moradia pelo poder público deveria acarretar algum tipo de ônus aos beneficiados, mesmo que proporcional à renda. Isso seria uma forma de, primeiramente, não configurar o sistema de provisão como paternalista, e de também construir uma relação mais equânime para com a população, além de proporcionar retorno, mesmo que parcial, para os investimentos. Além disso, há uma grande possibilidade de que o mutuário que paga ou pagou pela sua habitação valorize mais seu imóvel, zelando e evitando repassá-lo a outro”(p. 53 e 54). Na prática, a experiência de Fátima evidenciou que devido ao pagamento das parcelas há também uma grande possibilidade de trabalhadores nem chegarem a se mudar para as casas por não concluírem os pagamentos (devido às dificuldades no orçamento familiar).

Entretanto, o que expõe no conjunto dessa historicidade é uma família com trabalhos instáveis, de renda limitada, onde mesmo em um programa, aparentemente de baixo custo, não foi possível preservar a moradia da família. Quando o imprevisível bateu à porta (um acidente lhe acometeu por mais de seis meses e ficou sem trabalho e com um filho de quatro anos para cuidar), ainda precisam lidar com o irmão adolescente sem trabalho, o pai com serviços esporádicos e somente a mãe com serviço. Além disso, contavam com sua irmã, também sem trabalho (pois estava se separando e indo morar com eles, levando seus filhos).

Uma família grande para ser mantida naquele momento, dando poucas possibilidades para prosseguir com a construção. A força com que expressa a leitura dessa perda demonstra sua raiva diante dessas condições, esgarça o sentimento de exploração e limites de classe.

Lurdes e Fátima sugerem, por caminhos bem distintos, não aceitar esse lugar apequenado – Lurdes ao negar a casa “esculhambada” (ainda que viva nela por 20 anos, tentando se refazer desse lugar e dessas condições de vida), Fátima alterando trabalhos, lugares de moradia para confrontar essa noção de que existe um lugar para gente como ela na sociedade e com o que ela deve viver. Ambas apontam que têm direitos e expectativas e vão atrás disso, ainda que partam de possibilidades diversas para assegurarem o que experimentam como possibilidades e alternativas perante as pressões e limites de classe. Esse olhar social, de quem reconhece e vive a desigualdade e procura rejeitar essa condição é expresso também nas demais documentações analisadas e pelos sujeitos com os quais conversei.

Em entrevista com Sônia, quando questiono a decisão de vir para o Brasil, ela destaca sua insistência em não permanecer no Paraguai:

Eu sempre quis... assim... eu nunca gostei de lá, porque não tinha tudo, você pegava, olhava na palma da mão de alguém, olhava no olho de alguém, você já sabia dizer... “vai ser agricultor, vai casar, vai ter filho e é isso”. É isso o futuro. E eu não queria isso pra mim e pros meus filhos, né? Eu pensava assim, que a gente podia tentar uma oportunidade melhor, podia conseguir (SÔNIA, 2014).

A consideração de alguém que acredita que “não precisa ser assim”, que não aceitava as restrições do modo como vivia, que não via naquela região uma perspectiva de viver diferente, sugere que se mudar para o Brasil foi visto como uma busca por uma vida melhor. A vida de agricultor a que se refere precisa também ser esclarecida: “a

gente morava com o sogro (meu sogro e minha sogra). Então a terra eram 12 alqueires, que era 3 pra cada filho[tocar], aí era arrendada aquela terra.”. Sônia e o marido viviam da renda da parte que lhes cabiam. Durante sua fala, não fica claro o lugar onde morava no Paraguai, mas disse que era próximo de Pato Bragado (cerca de 19 Km de Marechal).

A vontade de mudar-se para o Brasil foi potencializada quando engravidou do filho de sua madrinha aos 15 anos. Pois, apesar da decisão de se casarem, segundo ela, “ele era como um dos meus irmãos”. Sônia morava com sua madrinha desde pequena e foi vivendo com seus padrinhos que construiu a sua família, resolvendo arriscar uma nova empreitada – sair do campo; sair do Paraguai.

A primeira vinda ocorreu em 1995 (mesmo momento em que Lurdes também se mudava para o Higienópolis casada e com seus três filhos). Quando Sônia vem para Nova Santa Rosa-PR (18 Km de Marechal), uma escolha marcada pela influência do primo do marido que morava nessa cidade. A trabalhadora rememora como foi essa experiência da mudança:

Não, não era nada programado, porque eu, na época... ah! Fiquei assim muito mal e tal. Imagina, grávida e morando numa comunidade pequena. Falei: "não, eu quero ir embora, eu quero ir embora" e tal, daí a gente veio. Mas assim, foi sofrimento puro, porque, imagina, eu gestante, a gente não tinha onde morar, viemos morar na casa de um primo e esse primo também com dificuldades... assim, daí era pagar aluguel, pagar alimento, tudo (SÔNIA, 2014)

Morando em Nova Santa Rosa contavam apenas com a renda do marido, já que Sônia veio gestante de 6 meses. Sendo assim, eles vieram para trabalhar com o primo em uma lanchonete. Entretanto, não conseguiram se manter e depois de cinco meses voltaram para o sítio onde moravam no Paraguai, mesmo tendo que lidar com o relacionamento difícil frente à família e à comunidade que haviam deixado para trás.

A noção de “sofrimento puro”, destaca os limites de conseguir alterar a condição anterior apenas saindo do sítio e do Paraguai, era preciso mais que a decisão de mudança (não tinham renda para viver na cidade – alimentação, aluguel, cuidados com a gravidez etc.). As condições de classe continuavam a pressionar. Por isso retornaram onde havia moradia, trabalho e alimentação, ainda que regrada.

A decisão de sair do sítio da família foi tomada como forma de fugir dos conflitos e constrangimentos familiares diante da gravidez, mas o que significava ter que retornar? Mesmo durante a entrevista em 2014, cerca de 19 anos depois desse

momento (casada e com três filhos), Sônia expressou certo incômodo ao falar sobre essa situação. Diante da complexidade dessas relações e das pressões colocadas frente às urgências da sobrevivência naquele momento, não lhe convieram, ou foi viável, produzir outras possibilidades.

Mas, nada que não projetasse se organizar para tentativas futuras. Segundo ela, frente à sua vontade de tentar outros caminhos, não desistiu de mudar, apenas adiou essa mudança. Permaneceram por mais 7 anos no sítio da família no Paraguai e vieram em definitivo no ano de 2002. Nesse momento, em direção à Marechal.

Em 2014, quando conversamos no Centro de Referência de Assistência Social, sua fala é produzida em um momento em que se vê em uma posição que acredita ser diferente, como alguém que conseguiu sair daquilo que estava instável, precisando da solidariedade familiar (sem renda, na propriedade rural da família, cuidando dos filhos pequenos e recém-casada). Agora, está no último ano da faculdade, algo a todo momento destacado por ela em nossa conversa. Como o orgulho por conseguir levar adiante seus estudos após a trajetória que anteriormente trilhou. Sônia realizava estágio como Assistente Social no CRAS naquele momento, e quando estive lá a procura de trabalhadores, ela se disponibilizou a ser uma de minhas entrevistadas.

Sua decisão foi tomada frente a todas essas pressões e, de acordo com ela, as dificuldades para permanecer aqui foram muitas, a começar pela necessidade de trabalhar a partir de uma dinâmica diferente do que realizava no “sítio” – dividir-se entre os cuidados da casa, dos três filhos e, também, conciliar tudo isso com os estudos. Uma tarefa nada fácil.

Em 1995, quando vieram para Nova Santa Rosa moraram na casa de parentes, onde também pagavam aluguel. Porém, a terra que tinham no Paraguai, por não estar arrendada, não permitiu pagarem o aluguel da cidade e garantir os demais gastos da sobrevivências, circunstância que influenciou na necessidade de retornar, pois só o ganho no trabalho não garantiu a permanência.

Em 2002 vieram com perspectiva diferente, pois a moradia própria era uma prioridade para eles. Entretanto, isso, também, foi mais uma dificuldade frente ao custo de vida na cidade e as formas de acesso à moradia que dispunham:

Saionara: Ah, veio todo mundo.

Sônia: É, sogro, sogra, cunhado, a gente veio.

Saionara: O que dá uma confiança a mais pra você vim também, né? Não estavam sozinhos.

Sônia: Sim, até porque, a gente já tinha comprado uma casa lá... no loteamento Ceval, Ceval que era aquele rolo lá... Enfim... o mesmo primo que na época, em Nova Santa Rosa, o meu marido trabalhou com ele, que morava aqui, que entendia das coisas, a gente era assim, não entendia nada, ele pegou e tacou essa bucha. Falá a verdade, tacou essa bucha lá, "não, porque vai sair documento" e tal, porque meu marido falava, "não, a gente não vai morar pra lá [Brasil] sem antes conseguir comprar uma casa. Imagina ir pra lá pagar aluguel, com filho pequeno e tudo. Não tem como". Aí vendimo a terra a preço de banana, lá no Paraguai, baratinho, porque não saía documentação... do rolo lá, e aí viemo morar alí [loteamento Ceval], a casa tava 9 meses comprada, só que a gente vendeu a terra, recebeu e aí quitou essa casa. Mas a casa era enrolada, agora que foi desenrolada, essa história aí da Ceval... 12 anos morando no loteamento Ceval...¹⁸

Acreditar que “não entendia nada” e confiar em alguém que acreditaram ser mais esperto por já morar aqui na cidade, levou Sônia e o marido a realizar um negócio que a seu ver não trouxe a segurança que a família procurava para iniciar a vida em Marechal no início de 2002. Ela destaca a desvalorização do que possuíam ao dizer que venderam a “terra a preço de banana lá no Paraguai”. Por isso, permanecer no Brasil era agora um caminho tensionado pela insegurança de morar em uma casa que, apesar de ser própria, foi adquirida com poucos recursos. Isso significou uma restrição para onde e como morar. Assim chegaram ao Ceval, sem documentos que assegurassem a propriedade e com uma situação que perdurou por 12 anos. O caminho de volta para o Paraguai já não se colocava enquanto possibilidade e o receio da desapropriação os pressionava.

Assim como Sônia e o marido, caminhos diversos levaram muitos trabalhadores ao Loteamento Ceval, e a enfrentar essa “bucha”, como definiu Sônia. Esse foi um problema compartilhado por diversos trabalhadores que residem (ou residiram) nessa região da cidade.¹⁹

¹⁸ SÔNIA (pseudônimo). Entrevista realiza por Saionara Lagos, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Marechal Cândido Rondon-PR, 12/06/2014, p. 7-8.

¹⁹ O loteamento foi criado em 1991 a partir de um acordo entre a empresa Ceval Alimentos e o Governo Municipal, representado pela Sociedade Comunitária de Habitação Popular, do Município de Marechal Cândido Rondon. Desde a década de 1970 a vila operária se encontrava dentro da área de ação do frigorífico (mesmo antes de pertencer à empresa Ceval). Em um primeiro momento, o interesse pela mudança da vila, ou seja, a retirada dos trabalhadores que viviam na vila para outra área foi motivada pela iniciativa de melhorar a infraestrutura da empresa para atender critérios para a exportação. A empresa adquiriu uma área destinada para o novo loteamento e repassou a mesma para a Prefeitura enquanto pagamento pelas readequações que o município realizaria nas suas dependências, através de serviços como asfaltamento. Mas, em 1994 a Ceval fechou sua unidade em Marechal, transferindo-a para Dourados (MS). A área da vila operária não foi regularizada e, além disso, seus moradores perderam seus postos de trabalho com o fechamento da unidade na cidade. Como é possível observar, ainda em 2002 trabalhadores negociavam moradias no loteamento e, recentemente, essa demanda sobre a transferência do local ainda continua como uma tensão com a Prefeitura. Ver: Koling; Seibert (2006) e Piquitin (2014).

Para Koling e Seibert (2006) “a gravidade do caso está relacionado à sua condição periférica, seja do ponto de vista do espaço urbano quanto da marginalização social dos moradores” (p. 1), indicando os valores classistas que regem a política urbana da cidade, capaz de tratar com indiferença o problema desses trabalhadores, que tiveram a expectativa de possuir uma casa própria tensionada pela insegurança do modo como iria desenrolar a situação, agravada pelo longo período que perdurou a incerteza da regularização das moradias.²⁰

Os esforços para regularização deveriam ser também manifestados pelo Poder Público Municipal, o qual foi representado na negociação pela Sociedade Comunitária de Habitação Popular do município, intermediária da negociação. Ela isentou as empresas anteriores (incluindo a Ceval) de responsabilidade pelo estabelecimento da vila operária. O descaso foi ainda maior quando começou a haver a exigência de pagamento de IPTU, mesmo sem a regularização das propriedades, o que afligiu os trabalhadores.

Portanto, como conviviam esses trabalhadores com essa incerteza de regularização da propriedade? O que significa lidar com a possibilidade de perder sua moradia, sendo, por vezes, o único bem que possuíam? Além disso, havia ainda a pressão da dívida dos impostos que se acumulavam, decidir entre pagar e arriscar perder um valor ainda maior; não pagar e talvez ser julgado como negligente. Como proceder?

Em 2003 os moradores conseguiram um Laudo Técnico do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) no qual afirmavam a impossibilidade de se estabelecer loteamento na área, por ser uma área de preservação ambiental, pela formação do solo, sua proximidade com área industrial, concentração de poluição e riscos à saúde. (KOLING; SEIBERT, 2006, p. 10). Situação experimentada por Sônia quanto à saúde de seu filho caçula, “tinha muita poluição no loteamento Ceval, aquela fuligem, aqueles odores do frigorífico, essas coisas. Por isso que atacava muito pra ele... essa questão do aparelho respiratório, era bronquite, pneumonia”, uma condição que influenciou nas decisões da trabalhadora quanto ao permanecer ou sair de determinados trabalhos para conciliar os cuidados com o filho.

Depois de 22 anos de irregularidade do loteamento, longo período em que diversos trabalhadores que moram (moravam) naquela área enfrentaram dificuldades, o jornal “O Presente” noticia: “Moradores do Ceval deverão receber novos lotes urbanos”

²⁰ Os lotes deveriam ser pagos pelos trabalhadores através de negociação com a Sociedade Comunitária de Habitação Popular do Município de Marechal Cândido Rondon.

(MORADORES... 2013) . O curioso é que após tantos anos de detensão, o desenrolar se apresenta como uma doação e socorro público, tentando abreviar contestações e conflitos desse processo:

Procurador geral da prefeitura, Christian Guenther, recebe ofício do vereador Gordinho do Suco.

As cerca de 50 famílias que atualmente vivem em situação de risco no Loteamento Ceval, em Marechal Cândido Rondon, em breve deverão ser atendidas com o repasse de novos lotes urbanos por parte da prefeitura, para que assim possam construir suas residências. A informação foi dada na manhã de hoje (16) pelo procurador geral do município, advogado Christian Guenther, durante encontro com o vereador Cleiton Freitag (Gordinho do Suco).

Durante o encontro na prefeitura, Gordinho do Suco apresentou um pedido por escrito de informações sobre o andamento dos trabalhos visando à solução para o caso Loteamento Ceval, que já vem se arrastando a mais de uma década. Segundo o vereador, ele tem sido procurado por diversos moradores do local que estão preocupados com a situação. (IBIDEM)

No enredo construído pelo jornal o vereador acaba se tornando protagonista para o desenrolar da situação, mas se o papel do vereador foi assim tão importante para a resolução do caso, isso não confirmaria os valores classistas que orientam a política urbana da cidade? Chama atenção também quando na matéria dizem que as famílias “deverão ser contempladas com a doação de lotes na área urbana do município” Mas Sônia teve que comprar a casa em que morava assim como outros que adquiriram casas no bairro.

Portanto, muitos dos que estavam no Ceval desde longa data pagaram pelos lotes onde construíram suas casas, quando a prefeitura realizou serviços de infraestrutura dentro da empresa Ceval, como destacado pelos autores a “Prefeitura receberia o pagamento do asfalto, em moeda sonante, a partir do momento em que os lotes fossem vendidos e pagos pelos funcionários/trabalhadores à sociedade comunitária” (KOLING, 2006, p. 5). Portanto, qual o interesse ao se referir a essa relação como se esses trabalhadores não tivessem direitos a reivindicar?

Mais adiante a matéria cita de forma bem superficial que desde 2001 o caso estava na justiça, mas não dá valor algum à luta que essas trabalhadores vinham travando na tentativa de garantir a propriedade de suas casas, a qual é evidenciada inclusive, pela procura ao vereador, vista pelos trabalhadores enquanto uma possibilidade de que alguém ouvisse e apresentasse suas exigências.

Mesmo sabendo das escolhas que fizemos para essa dissertação, acredito que é possível problematizar a partir das experiências tratadas neste trabalho alguns dos enfrentamentos e maneiras de lidar com eles ao disputar seus espaços na cidade, inclusive no Loteamento Ceval.

Vislumbrar alterações no seu modo de viver – ainda que não tenham se configurado como esperado – foi o que motivou a movimentação de Sônia e de sua família. Porém, no decorrer da entrevista ela evidencia o quão difícil foram essas mudanças, ponderando perdas, arriscando o que poderia ser a ida para caminhos e tempos difíceis, experimentando novas relações com as velhas marcas da desigualdade.

A trabalhadora se esforça em destacar o que vê enquanto conquista, principalmente por ter terminado seus estudos, e agora estar se formando na graduação. A possibilidade que abriu para que os filhos também possam estudar. As tensões dessa movimentação mostram as ações diárias de trabalhadores que não se acomodam, pelo contrário, que se incomodam e se colocam a procurar por novas empreitadas.

Patrícia, em junho de 2017 estava com 27 anos, momento de nossa conversa. Essa trabalhadora traz elementos de sua experiência em sua narrativa que ampliam o olhar que vinha destacando. Se a moradia aparecia como um dos nortes para designar a organização das relações de trabalho. Patrícia destaca a valorização do cargo que alcançou em uma farmácia onde trabalhou por 6 anos (entre os 20 e 26 anos) e como chegou até lá (deixando uma farmácia anterior, onde trabalhou 1 ano com menor remuneração). No primeiro mês do novo trabalho, conseguiu alterar sua renda de “R\$ 500,00 e pouco” do antigo trabalho para R\$1.300,00 (PATRÍCIA, 2017).

Ela rememora essa experiência da seguinte forma:

Patrícia: Então eu tava pulando igual uma gaita veia (risos). Queria falar pra todo mundo (o quanto estava ganhando), só que ao mesmo tempo eu me continha porque às vezes parece que às vezes as pessoas te entendem como *gavola*, né? Mas na verdade você conta que você tá orgulhosa, né? Feliz, daquilo. Então poucas pessoas eu contava, mas assim por dentro eu tava... arrependimento nenhum do que eu tinha feito né?

Saionara: E o trabalho lá como é que era? Era tranquilo assim, se dava bem?

Patrícia: Tipo assim, sempre foi porque eu tentava ver as coisas pelo lado bom, não pelo lado ruim, porque eu fazia entrega, fiquei 3 anos na entrega. Então não é bom, né? Pegava chuva, pegava frio, pegava poeira, mas eu via pelo lado bom, porque eu saía, né? Não tava só ali, e eu ganhava comissão das entregas. Então, tipo assim, o que que eu fazia: Hoje eu vi que pessoas que entraram depois que faziam entrega às vezes ficava só na entrega e no salário, né? Mas eu buscava, eu

fazia entrega, ganhava meu salário fixo e tentava aprender lá dentro pra conseguir vender pra ganhar o valor das comissões, né? Então meu salário aumentava assim. Aí foram 3 anos, e eu tinha a opção de melhorar pra ir pro caixa.

Saionara: E nesse tempo você já pensava assim "Ah eu vou me manter porque eu vou conseguir mudar prá outro cargo ou alguma coisa assim, ou..."

Patrícia: Já, na verdade eu me manti lá porque eu pensava "Não, um dia eu vou crescer aqui dentro, um dia eu vou melhorar, um dia eu vou sair, um dia eles vão ter que precisar de alguém, né? Tipo assim, e aí como o salário era bom..."

[...]

Patrícia: Isso, aí eu continuei, fazia entrega, ajudava lá dentro, aí fiquei esperando mais uns... 1 ano e meio, não, 2 anos e meio, daí quando tava chegando nesses 2 anos e meio já tava num ponto que eu não aguentava mais fazer entrega, daí eu já tinha chegado umas duas vezes, conversado com ela que eu não queria mais fazer entrega, só que ela também, como a maioria dos funcionários eram a bastante tempo já – 6, 7, 8 anos – ela não queria tirar ninguém que tava prá me colocar, e contratá mais alguém também não era necessário.

Saionara: Mas você nunca ameaçou sair, só reclamava que não queria mais ficar?

Patrícia: É, eu um dia cheguei... na verdade eu nunca ameacei, eu pedia prá melhorar mais nunca ameacei, né? Daí liberou vaga no caixa de novo, acho que foi quando a Alice saiu, daí como eu não queria mais fazer entrega e o André (marido – pseudônimo) já tava também mais estabilizado no serviço dele, daí eu aceitei ir pro caixa.

[...]

Saionara: Daí teu salário abaixou?

Patrícia: É, daí eu fui pro caixa, daí baixou.

Saionara: Você lembra mais ou menos quanto assim que dava de diferença?

Patrícia: Acho que dava uns R\$300,00 por aí, só que daí eu ficava em casa meio período, porque o caixa era 6 horas direto, daí eu fiquei 1 ano ali, daí eu já nem via mais, já tinha me acomodado aquilo ali na verdade, já tinha perdido a esperança do outro lado. Daí foi quando a Eloisa saiu, que daí ela me chamou pra ficar no balcão, lá atrás.

Saionara: Quando você soube da oportunidade já ficou... (risos)

Patrícia: Daí veio aquela sensação, aí consegui o que eu queria né?

Saionara: Aham. E foi mesmo o que você queria o que você esperava? O salário melhorou?

Patrícia: Aham. (depois conta que do caixa para o balcão o seu salário dobrou).²¹

A trabalhadora valoriza seu percurso até o cargo almejado, que acredita ter conquistado pelo seu esforço em aprender a vender, o qual era valorizado pela comissão recebida, diferenciando-se das “pessoas que entraram depois” para ficar no seu antigo cargo de entregadora. Contudo, reconhece as dificuldades enfrentadas nestes 6 anos,

²¹ PATRÍCIA (pseudônimo). Entrevista realizada por Saionara Lagos, na residência da entrevistadora, no dia 01/06/2017. Marechal Cândido Rondon-PR. p. 05 e 06.

mas que a seu ver valeram à pena frente à conquista de um salário de cerca de R\$3.000,00.

Essa alteração financeira foi avaliada por Patrícia como um ótimo salário dentro do seu campo de possibilidades até aquele momento (principalmente se retomarmos as margens com as quais Fátima lidava e se sobrecarregava para alcançar esse mesmo valor). Ainda assim um valor limitado por não possuir uma formação, pois como disse e reconhece “eu tinha vontade (de fazer faculdade), mas não tinha incentivo” (PATRÍCIA, 2017), ou ainda, frente às dificuldades dos primeiros trabalhos exercidos, de babá – o qual dizia não querer realizar e só aceitou até que encontrasse outro trabalho – e depois em uma farmácia na qual se sentia desvalorizada pela baixa remuneração.

Em 2009, quando trabalhou na primeira farmácia acreditava ganhar apenas o salário mínimo, pois menciona que era cerca de R\$500,00 e, na época, o salário mínimo correspondia a R\$465,00. Entretanto, em 2016, quando saiu dessa última farmácia, recebia pouco mais de 3 salários mínimos (ou seja, seu salário havia decrescido). No momento em que conversamos, junho de 2017, recebia cerca de R\$ 1.300,00 em sua nova atividade. Momento em que o salário mínimo era de R\$937,00 e não tinha seus direitos trabalhistas garantidos nas relações de trabalho que realizava.

Todo esse percurso pode permitir indicar como não há estabilidade ou apenas um universo de conquista a ser narrado, ou mesmo de acomodação. Pois, por mais que certos trabalhadores tateiem algumas alterações e confrontem os processos de controle e pressão, a desigualdade nas relações de trabalho expõem seus limites de classe e a exploração a que se veem envolvidos, isto é, a possibilidade de ser demitido, de ter sua condição de vida instável, as relações de trabalho extremadas a que se vinculam para rever urgências que pressionam seu modo de viver. Tudo isso é algo que reconhecem como possíveis a seu universo social e, por isso, inclusive, muitas vezes, abrem muitas portas, ou se veem impelidos a lidar com tantas práticas e decisões difíceis.

A valoração de Patrícia pelo trabalho na segunda farmácia – mesmo reconhecendo seu lugar social, as condições e relações desiguais para a composição de seus interesses – é parte de uma interpretação construída em associação às condições de vida e momento atual em que ela faz a produção da narrativa, onde sua principal renda advinha do trabalho em um frigorífico de peixes, localizado na área rural da cidade (no sítio de familiares), onde trabalha no corte e na embalagem de filé de tilápias.

Patrícia mora em uma casa alugada no distrito de Margarida (cerca de 14Km da sede urbana de Marechal), próxima ao sítio de seus pais. Inicialmentemorou junto com

eles cerca de 10 meses e, conforme destacou, após passarem “dias assim de brigas (com a mãe) que eu cheguei a por minhas coisas dentro do carro e queria voltar (para a sede urbana de Marechal)” (PATRÍCIA, 2017). O casal alugou a casa na sede do distrito para permanecerem trabalhando com a família e manterem, ao menos por mais um tempo, uma posição que firmaram como melhor do que a vivida na cidade.

Ao recompor esse processo, nada tranquilo – de busca por mudança, enfrentando os limites da condição de trabalhadores – Patrícia traz não só as experiências que se remetem às relações de trabalho, mas como a vida familiar estava abalada, questões que diziam respeito à condição de trabalhadores e como experimentavam as relações de exploração. Avaliaram que era preciso repensar o modo como tinham organizado suas relações e modo de viver na cidade (moradia, trabalho, cuidado com os filhos, renda etc.), foi assim que aquelas relações no distrito de Margarida de algum modo lhes pareceram mais favoráveis.

Esse convívio com a tensão que trabalhadores como Patrícia, Lurdes, Fátima trouxeram permitem ver como analisam o tempo todo como devem agir e o que podem preservar/defender em seu modo de vida. Pensando assim, retomo a narrativa de Patrícia para destacar como foi importante em nossa conversa seu empenho e conquista de cargo na farmácia, ao mesmo tempo, como isso não significou mudanças a longo prazo e seu efetivo controle na manutenção dessa condição (indicando os limites das manobras para tais intervenções). Pois, essa era apenas uma das desigualdades que precisava alterar no conjunto de suas relações.

No mesmo período em que começou a trabalhar como atendente de balcão da farmácia, Patrícia engravidou e quando o filho nasceu (passado o período de licença), colocou-o na creche e depois disso as urgências se acumularam:

“ele vivia doentinho com febre, assim né?, então eu praticamente ficava mais em função de levar ele no médico e ir na creche buscar ele do que trabalhar. Quase não trabalhava, só faltava no serviço”, até que o “pediatra já receitou uns remédios bem diferentes e já falou pra mim assim ‘Se você quer ver ele bem, você tira ele da creche, se você tiver condições de tirar ele da creche, tira ele da creche’... Daí eu nem pensei (risos) aí fui, voltei lá no meu serviço com ele no colo e pedi a conta”.

[...]

Saionara: E então assim, do tempo que você trabalhava na farmácia assim, antes de você engravidar, pra esse tempo que você tá me falando agora mudou bastante coisa?

Patrícia: Mudou.

Saionara: E como é que você avaliava assim? Você pensava nisso ou você nem pensava?

Patrícia: Na verdade, eu pensava em tudo assim... quando eu pensava em mim eu ficava frustrada, quando eu pensava que era por ele... me conformava, tipo assim né? Porque assim... desde então ele ficou bem, nunca mais aconteceu nada. Ele tava ótimo, saudável até hoje, né? Daí, lógico, entra um monte de questão, porque daí você tá com a família, eu achava que trabalhar com família seria melhor que trabalhar com os outros, mas eu vi que não é. E eu achava que... [pausa... pensa, como se analisasse o que falar] ah tá, ah sim! Daí eu só pensava nele, não pensava em mim, né? Então, tipo assim, daí eu fazia aquele serviço, faço ainda, mas não faço porque eu gosto. Tipo assim, eu não tô bem, eu quero fazer outra coisa, não quero ficar nesse.²²

Patrícia construiu esse caminho pressionada pela condição de trabalhadora, que não a permitia deixar o filho menos tempo na creche, ou mesmo custear cuidados que não causassem tantos riscos à saúde do filho, já que, segundo ela, a explicação dada pelo médico foi que, o que agravava a situação era a falta de imunidade associada ao contato com muitas crianças. A trabalhadora procurou por uma instituição particular para deixar o filho durante seu horário de trabalho, agradou-lhe o menor número de crianças (uma funcionária a cada dois bebês, enquanto na creche em que seu filho ficou eram 15 bebês para duas funcionárias, em alguns momentos três). Contudo, não lhe foi possível custear os cuidados em período integral.²³

Em 2017, um ano após o momento em que decidiu alterar suas relações de trabalho, onde seus valores e pressões enquanto mãe, diante da saúde do filho, foram colocados em primeiro lugar destaca como um conforto a ser valorizado frente às “frustrações” com as relações familiares e demais vagas de trabalho ocupadas até então.

Patrícia experienciou mudanças que se materializaram em relações de trabalho mais intensas, mesmo que o “patrão” fosse seu irmão. Uma relação familiar que na ambiguidade de sua construção (expondo sua necessidade e limite para alterar tais circunstâncias – de trabalho, moradia e convívio), permitiu que avaliasse seu momento atual como algo que qualquer um compreenderia, pois diante daquele sentimento

²² PATRÍCIA (pseudônimo). Entrevista realizada por Saionara Lagos, na residência da entrevistadora, no dia 01/06/2017. Marechal Cândido Rondon-PR. p. 08;09.

²³ É importante destacar que a falta de imunidade do filho também sugere as dificuldades recorrentes às famílias de trabalhadores onde alimentação, condições de moradia, tratamentos médicos são limitados e interferem na imunidade das crianças e na estabilidade da saúde infantil. Questões reconhecidas também por Freitas (2016) ao realizar uma discussão sobre a mortalidade infantil em famílias de trabalhadores no séc. XX, onde indica que “Nessa dinâmica, muitos morreram e morrem recém-nascidos, com pouca idade, ou passam a vida com a ‘saúde fraca’, seja por dificuldades de acesso ao atendimento médico e tratamentos mais precisos, seja por não terem condições de comprar remédios. Entendo que essas restrições apontam a precária condição de vida de muitos trabalhadores. Fragilidades que evidenciam a permanência da desigualdade social” (FREITAS, 2016, p. 192)

“qualquer pessoa quer fazer outra coisa, e ir prá lá [trabalhar no frigorífico de peixes], parece que você tá regredindo” (PATRÍCIA, 2017).

Mudanças que se materializaram também em deixar a “casa própria”, espaço que tem um significado bem mais amplo do que apenas um bem material, principalmente quando o lugar para onde se vai é marcado por brigas e conflitos familiares. Então, o que significa ter uma casa na cidade e morar de favor no sítio?

Sua interpretação possibilita a análise de como esses sujeitos estão reavaliando suas relações e condições a todo momento, considerando rearranjos, relações que mesmo entre trabalhadores e, nesse caso parentes, pode ser permeado de exploração e uma solidariedade limitada. Mas, frente aos termos estabelecidos para aquele convívio permaneciam latentes, uma vez que permitia maiores cuidados e mais tempo para o seu filho mais novo, principalmente ao dispor da ajuda da mãe e da possibilidade de faltar ao serviço para cuidar dele, já que recebia por dia trabalhado.

Muitas vezes, os trabalhadores reorganizam seu modo de vida procurando ajustar gastos, situações de tratamento de saúde e possibilidades de trabalho. No caso de Patrícia sua tentativa foi estabelecer esse elo com o trabalho em família. No entanto, isso não se realizou com tranquilidade e exigiu novas adequações, pois a solidariedade esperada, muitas vezes, é quebrada de forma inesperada e quando ela se apresenta em diferentes frentes (no trabalho, onde mora, no convívio e renda), como foi o caso experimentado por Patrícia, é preciso questionar que novas decisões e alternativas vão ser produzidas para se romper (novamente) o que se mobilizou como caminho possível há tempos atrás.

A trabalhadora trouxe em sua narrativa como produziu as relações de trabalho no campo familiar (e o que advém dela – a exploração), assim como a cobrança pela acolhida e permanência. Compartilhar essa dificuldade não significa enfrentá-la de qualquer modo e a partir das mesmas decisões, mas sim que esse é um problema enfrentado por um conjunto expressivo de trabalhadores, o que exige avaliações; contraditórias e nem sempre fáceis de serem tomadas. Tanto Patrícia quanto Fátima, ainda não veem suas ações como encerrando suas lutas e demandas.

Quando conversamos, Patrícia estava procurando possibilidades para sair da sua atual condição, avaliando investimento de tempo e dinheiro na carreira de vendedora de produtos de catálogo, na área de Perfumaria, Cosméticos, Bem-Estar, Higiene Pessoal e Maquiagem – atividade que tem desenvolvido fora de seu expediente no frigorífico. Enquanto isso, Fátima, como dito nas considerações iniciais, continua a avaliar e

planejar alterações em suas relações de trabalho, investindo na zeladoria de túmulos, nos cursos para aprimorar sua condição de cozinheira e “no ramo de limpeza”.

Já Paulo traz em sua narrativa que desde muito cedo essa experiência de muito trabalho tem o acompanhado, em uma rotina intensa e com horários corridos. As motivações e pressões para tal empenho, com certeza assumem certa fluidez e, no momento da entrevista, ele argumenta que:

Saionara: Mas e o que te leva assim a... expectativa assim ou...

Paulo: Pra trabalhar tanto?

Saionara: É.

Paulo: Conquistá as coisas... acho...

Sheille: Que coisas assim, mais ou menos?

Paulo: Ah, os bens né? Bens materiais primeiro, né? Porque acho que só o salário do dia a dia da gente é complicado. Se for analisá bem aí o salário de Rondon é até vergonhoso se for olhar no geral, porque depende... o funcionário aí milão, dá mil e pouquinho né cara? Mas o cara que trabalha na Copagril aí dez horas por dia pra ganhá 720 pila e uma cesta básica, da onde que o cara vai conseguir sobreviver com só isso daí? É o mínimo, pagá aluguel, luz e água, da onde? (PAULO, 2012)

No momento da entrevista Paulo tinha 35 anos, trabalhava durante o dia em horário comercial em uma empresa com fabricação de autos na cidade e como garçom em uma pizzaria nas noites de sexta, sábado e domingo. Nas noites de segunda e quarta ele atuava como instrutor de luta em uma academia (quando não tinha essa atividade, trabalhava na pizzaria nesses dias). Além disso, nos sábados e domingos, ao meio dia, ele trabalhava como garçom em um restaurante.

Paulo, mora na casa de sua mãe, vivendo só os dois na residência e, naquele momento, não estava casado. Ao expressar suas motivações para desdobrar-se em atividades ele, assim como Fátima, interpreta a situação dos salários oferecidos na cidade, tratando da condição de um conjunto de trabalhadores. Ao fazer isso, deixa transparecer sua indignação quanto à remuneração dos mesmos (dentre os quais também se inclui), vendo aqueles que em situações ainda mais desfavoráveis, recebem “720 pila” mensais.²⁴

Sua visão é de que o salário oferecido pela grande maioria das vagas na cidade “são vergonhosos”. Trabalhar 10 horas por dia, como indicado em sua fala, e ser tão desvalorizado a ponto de não poder sobreviver com o que é pago por esse trabalho é uma condição que o agride moralmente. Na sua visão isso justifica avaliar outros

²⁴ No início de 2012 (antes do reajuste) o valor do salário mínimo do Paraná era de R\$ 783,20 e o mínimo nacional era R\$ 678,00.

caminhos, ainda que isso não garanta romper as relações de exploração extremadasou mesmo estar livre de relações fragilizadas pela falta de certos direitos trabalhistas a que teria direito.

Sua busca por responder às expectativas que construiu, que justificou como “bens materiais”, traz o que no primeiro momento de uma conversa é difícil para os envolvidos construir: a aproximação que tentávamos realizar na entrevista expunha as fragilidades da experiência de Paulo e das decisões necessárias a serem tomadas. Obviamente, não aceitar a desigualdade imposta pode ser uma leitura mais importante a ser feita do que simplesmente apontar um interesse pelo consumo.

Afinal, o que Paulo aspirava ao longo de seus 35 anos? A aquisição de uma casa própria em um conjunto habitacional? Um automóvel em uma cidade sem transporte público? Aproximar-se de um filho, fruto de um relacionamento da juventude? Refazer-se após uma separação? Não acredito que esses bens materiais traduzam apenas o vínculo a essas relações de trabalho pelo interesse em consumir.

Ao pensar sobre o modo como os trabalhadores circulam pela cidade de Marechal muitos fazem uso de bicicleta, inclusive Paulo, sendo esse seu meio de locomoção. Por um lado possibilita diminuir despesas, mas expõe certas limitações, como nos dias chuvosos; ou mesmo para quem reside em bairros mais afastados, como Paulo, que precisa atravessar a BR 163 para deixar o Primavera gastando mais tempo de sua jornada diária nesse percurso de acesso ao centro comercial da cidade e à maior parte dos bairros e postos de trabalho, estando mais exposto a acidentes, assaltos etc.

A complexidade de sua vida aponta outras nuances a observar, inclusive, o desejo de sentir-se reconhecido pelo que faz e pelo modo como pretende se situar socialmente nesse novo momento de sua vida. Tudo isso, legítima, em grande parte, as relações pressionadas e ambíguas que tem vivenciado e sua corrida por tantos postos de trabalho, onde colocar sua casa para alugar e dispor-se a morar com sua mãe, não aparecesse apenas como um socorro mútuo (após o falecimento de seu pai e seu retorno do Mato Grosso), mas a renda advinda do aluguel de sua casa, que não lhe rende mais que meio salário mínimo, ainda assim, auxilia muito nos custos de manutenção mensal de ambos.

No debate acadêmico acerca dessas práticas e modos de viver de trabalhadores há algumas controversas sobre como analisar essas atuações. Telles (2006), ao discutir sobre “mutações no mundo do trabalho”, apresenta alguns “personagens” avaliando o modo como eles têm estabelecido suas relações de trabalho. A autora percebe as

atuações de Maurício e Nair em São Paulo enquanto “jovens encantados com os circuitos faiscantes da ‘cidade global’” (p. 181), ambos têm construído um caminho diferente do de seus pais, que presavam pela estabilidade, mesmo que recebendo baixos salários. Enquanto isso, Maurício e Nair têm ambicionado melhores salários, mesmo que em relações de trabalho mais instáveis.

Contudo, essa discussão não é apenas acadêmica, mas entre os próprios trabalhadores no sentido de reconhecer que ambicionam estabilidade, segurança, mas isso não significa querer isso a qualquer custo ou não discutir essa questão e se confrontarem sobre esses interesses e posições. Há outras ponderações que devem e são feitas. Portanto, não adianta apenas localizar as etapas de alteração estrutural de contratação e relações de trabalho estabelecidas, pois isso não é algo apenas geracional, mas produzido historicamente e em dinâmica.

Se por um lado, avalia-se o que se perdeu nas conquistas trabalhistas, por outro é preciso levar em conta aqueles que nunca visualizaram essas conquistas no seu conjunto de atividades, não por falta de reconhecer sua existência, mas por avaliar outras pressões que estavam em jogo e que na nossa sociedade nunca se viu contemplado com elas, ou as tiveram preservadas no seu modo de vida. Como projeto patronal manteve-se muitas brechas para tal e até as ampliou com o tempo – vide amplo espaço para a terceirização e novos campos para o aprendiz, a continuidade de contratações avulsas, entraves para aqueles que tivessem litígios trabalhistas –; onde o debate e proposição da nova legislação trabalhista, inclusive ganha lastro –, ganhos extras para os que aceitem a falta de registros etc.

Essas ações são mostras de como não temos um debate tranquilo para estabelecer apenas que houve um movimento dos trabalhadores em uma direção. Na verdade, eles sinalizaram uma confluência de forças apontando suas rejeições e angústias frente às relações de poder em que se viram envolvidos. Condutas que questionam explicações e enquadramentos. Portanto, que nos levam a olhar para o modo como vivemos em sociedade e que caminhos os trabalhadores estão construindo frente às pressões e avaliações de sua condição de classe, tão avassaladoramente excludente.

Telles (2006), destacou a seguinte ponderação sobre Maurício:

Maurício transita pelo “circuito nobre” da cidade: shoppings centers, bares e pontos de encontro no Centro ou os agitados bairros de classe média, Moema e Vila Nova Conceição, Pinheiros e Vila

Madalena. Diz que começou a transitar pelos circuitos badalados já nos tempos da agência de empregos: fez amigos, passou a frequentar outros circuitos, conheceu muita gente e vez por outra conseguia entrar de graça nas grandes casas de espetáculo, pelas mãos de “gente conhecida” lá de dentro. “Tenho amigos de São Paulo inteiro”, diz Maurício.

É bem possível que o rapaz exagere e haja um tanto de ficção nisso tudo. Mas o fato é que o rapaz já está mirando para outros lugares e de outros lugares. Sonha fazer uma “faculdade de comunicação” e encontrar o seu lugar nesses faiscantes circuitos dos modernos serviços da “cidade global”. Acha que tem jeito e talento para isso. É muito provável que esse sonho dourado não vá longe e que o rapaz logo bata de frente nas regras mais do que excludentes dos modernos-moderníssimos circuitos globalizados. Mas os lances da vida já configuraram outro jogo de referências e outros prismas pelos quais a cidade se lhe apresenta: diferente da geração dos seus pais, que valorizam exatamente essa espécie de “mundo à mão” que a favela lhes oferece – a família que está por perto, os empregos ali do lado. Para Maurício, na favela tudo é longe e a periferia não tem nada, os lugares são perigosos e, além do mais, é tudo muito feio: “Aqui não tem nada, não tem nem paisagem”. (p. 182)

Maurício “sonha em fazer faculdade de comunicação” e ela prosseguirá indicando que Nair quer “fazer um curso de enfermagem, juntar algum dinheiro nessa profissão, para então realizar o sonho de uma faculdade de fisioterapia” (p. 183). Apesar de reconhecer que esses empenhos se direcionam para a busca de uma vida melhor, Telles enfatiza a visão desses jovens apenas pelo lado das aspirações capitalistas, e não pelas pressões de classe que vivenciam diariamente, as quais os fazem avaliar suas perspectivas de mudança. Analisar o que os pressionam a procurar possibilidades para tratar as limitações do modo como vivem ou esperam viver.

A autora aponta quase como um sair do seu lugar (as expectativas desses jovens). Mas, afinal, discutir a violência e a condição de suas moradias na favela, bem como as relações de trabalho que estabelecem e como pretendem/esperam alterar essa realidade (sendo cientes dos limites que possuem para isso) é ilegítimo?

Todos da geração de seus pais não questionaram esse universo que ela indicou como dos trabalhadores, simplesmente assimilaram as moradias, as vagas de trabalho e o convívio esperado? Como se confronta a desigualdade? O enfrentamento não vem porque essa desigualdade agride? Dizer o quanto é ruim não ter paisagem nenhuma... não poderia soar como revolta e questionamento sobre o porquê na cidade há essa distinção? Inclusive, com a sugestão de repensar quem tem direito a almejar uma cidade melhor?

Transitar pelos “circuitos nobres” e fazer amigos nesses espaços pode ser muito mais duro do que as reflexões de Telles expressaram, porque são espaços em que Nair e Maurício experimentam a desigualdade na sua forma mais contrastante, mesmo que revestido de “encantamento”. Estar nesses espaços não significa que não reconhecem e avaliam o seu lugar social – a todo o momento esses universos desiguais se confrontam – entrar de graça, traduz quem e como você está nessas relações, por exemplo. Acessar a experiência desses trabalhadores pode ser a chave para compreendermos de forma mais dinâmica o modo como avaliam as relações vivenciadas na cidade e os sentidos que atribuem às relações de trabalho. Compreendo que esse não foi o objetivo da autora, mas indico que é isso que diferencia nossas produções e o modo como nos colocamos nesse debate.

A mudança contínua de trabalho, assim como o acúmulo de atividades, aparece na experiência desses sujeitos como um não contentamento em viver dentro de determinadas condições nas quais as relações de trabalho predominantes na sociedade capitalista podem proporcionar, ainda que isso se apresente como relações de exploração intensificadas e os coloquem em novas rotas de confrontação. Os trabalhadores visualizam em suas ações uma possibilidade de alteração da sua condição (de moradia, alimentação, vestuário, cuidado de filhos, lazer, acesso a atendimento médico-hospitalar, escolarização etc.), alterações que podem perpassar necessidades e expectativas diversas, considerando que estamos falando de sujeitos com ações e decisões que devem ser analisadas frente às suas experiências e disposição de lutar por certas alternativas.

Olhar para suas ações não pode responder a meros estímulos de adesão inconteste à hegemonia capitalista, sem antes observar as recusas e confrontações que travam perante à exploração e dominação de classe. É necessário analisar como isso se apresenta no seu modo de viver.

CAPÍTULO II

RECUSAS E AVALIAÇÕES... POR ONDE E COMO TRABALHAR?

Após as discussões do primeiro capítulo, percebi que mesmo havendo motivações e pressões diferentes para manter as relações de trabalho às quais certos sujeitos se vinculam, chama a atenção como as narrativas desses trabalhadores destacaram a condição compartilhada que possuem com outros na cidade. Ao mesmo tempo, cada experiência enfatiza a singularidade das intenções e como veem as condições que estão procurando alterar frente àquilo que possuem ou pretendem ter frente. As fragilidades de suas condições de trabalho e o modo como conseguem tratar “o onde e como trabalhar” no conjunto de sua vida expõem suas avaliações e atuações constantes.

Essa formulação sugere que apesar de construírem expectativas os trabalhadores sabem que as alterações nas suas condições de vida não são garantidas apenas por prospecções. Portanto, decidem por construir suas justificativas ou interpretações conforme avaliam essa ou aquela vaga de trabalho a partir daquilo que vem sendo negado ao construírem seus percursos e alternativas.

Em 18 de Janeiro de 2013 o jornal “O Presente” noticia o início da construção do SENAC em Marechal, a obra ganha destaque na capa do periódico. Na matéria apresentam o ganho da cidade com essa instituição – na promoção de cursos e profissionalização de trabalhadores. O que chama a atenção é a preocupação expressa no texto em apontar certa avaliação onde “jovens trabalhadores não permanecem nas vagas de trabalho disponibilizadas” (EDITORIAL, 2013).

O editorial indica que há uma "falta de comprometimento", sugerindo também um problema geracional; "a nova geração de trabalhadores não busca se firmar em uma mesma empresa", anunciando o descaso desses novos trabalhadores com as “normas de trabalho”, apontando faltas ao trabalho, interesse em vínculo apenas até garantir seguro-desemprego etc. (EDITORIAL, 2013).

Aquilo que nas entrevistas aparece enquanto relações de exploração, na medida em que se colocam a realizar determinada atividade, ao responderem a certas urgências de classe (ainda que continuem a procurar novas relações de trabalho que possibilitem alguma alteração em sua condição de vida), no periódico é visto, contraditoriamente,

como “falta de comprometimento” com a classe patronal. Mas a pergunta que fica é: essa última se preocupa em ter algum comprometimento com esses trabalhadores?

A interpretação publicada no periódico é direcionada a colocar os trabalhadores como responsáveis pelo desenrolar da permanência no trabalho, retirando da classe patronal qualquer responsabilidade pelas relações de trabalho ou mesmo sobre o que os levam a abandoná-las sucessivamente. Mas, na medida em que os empregadores têm se colocado na disputa pela interpretação e pela visibilidade dessas relações classistas (das ações e modos como trabalhadores estão se relacionando com o trabalho), é possível observar essa prática como um sintoma de que as ações/atuções dos trabalhadores vêm incomodando e sendo pauta popular, não só empresarial.

Ao analisar as fichas cedidas e selecionadas pelo diretor da agência do SINE – que compuseram as fontes para essa pesquisa – foi possível perceber como os trabalhadores se articulam frente ao seu objetivo de conquistar uma vaga. Além do mais, expuseram aquilo que acreditam como positivo frente aos contratantes postos de trabalho/renda/horários e, também, um pouco sobre as decisões finais sobre essas relações de trabalho firmadas (mesmo que as fichas não nos permitam conhecê-las em sua totalidade).

Dessa forma é possível problematizar a movimentação desses trabalhadores na cidade e região, analisando o modo como constroem relações de trabalho a partir de uma perspectiva que coloca questões para explorarmos – cursos que os trabalhadores realizam, mas não exercem; atividades que projetam como vagas a ocupar, mas não prosperam; idas e vindas nas mesmas atividades e/ou empresas (ainda que continuem a abandonar essas vagas com frequência).

Durante a pesquisa, chamou a atenção que entre as 26 fichas que possuem anexo (ou seja, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED – onde consta os registros em carteira do trabalhador, seu tempo de contrato e, também, anotação sobre algum auxílio previdenciário), 12 eram de trabalhadores que mantiveram contrato com o Frigorífico de Aves instalado na cidade. Desses trabalhadores apenas 3 se mantiveram empregados na empresa por mais de 1 ano, enquanto 7 permaneceram menos de 4 meses.²⁵

²⁵ A pesquisa na Agência de Empregos de Marechal Cândido Rondon permitiu o acesso a 26 fichas de trabalhadores, escolhidas pelo diretor do órgão. Elas traziam a trajetória ocupacional desses trabalhadores (com agendamentos via SINE e contratações por CLT).

Penso nesses números não como respostas, mas como problemas. Pois, como constroem esse caminho de articulação de atividades? Sabe-se que há resistência por parte dessa empresa em demiti-los por meio de acordos, devido à dificuldade em completar quadro de funcionários e pelos custos da demissão. Portanto, alguns – frente ao pedido de demissão – não receberam o seguro desemprego (o qual também não é liberado diante do rompimento de contratos tão curtos), o que indica que as possibilidades sobre como encaminharam suas vidas são muitas e que a resposta não é tão simples para essas tensões.

Mas, o que é avaliado pelos trabalhadores ao decidir quebrar esse elo? O que se considera na decisão de permanecer em uma relação de trabalho? O que motivava a decisão por arriscar outras possibilidades?

Ao analisar a ficha preenchida por Marta²⁶ as relações construídas por ela chamaram a atenção:

Imagem II – Histórico de Intermediações - Marta

LEGENDA DE LABORAÇÃO Nº 2568379 - UNIDADE LABORAÇÃO: AGENCIA MARECHAL CANDIDO RONDON - MCR-044 - IMA Versão: 1.3

Dados Pessoais Doc. Treinamento Experiência Pretensão Histórico Continuar

Histórico de Intermediações

Nº Vaga	Empregador	Agência	Tipo Inter.	Data Início	Data Resultado	Resultado	SD
2 meses	1120594 F C S IND DE MAT ESPORTIVOS LTDA	MCR-044	E	27/9/2010 11:15:00	28/9/2010 10:31:00	1 Aceito na ocupação	
2 meses	1097806 WILMERI B HERNANDEZ	MCR-044	E	2/8/2010 14:36:00	18/8/2010 14:38:00	7 Reprovado no teste de seleção	
2 meses todos os dias	1079125 FAVILLE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENT	MCR-044	E	10/6/2010 15:23:00	26/10/2010 11:47:00	9 Candidato compareceu, não aceitou	
3 meses	1044327 OPUS SERIGRAFIA	MCR-044	E	30/3/2010 08:34:00	15/4/2010 09:31:00	11 Vaga cancelada	
3 meses	1031707 ALPHA BOLAS	MCR-044	E	1/3/2010 13:56:00	31/3/2010 13:56:00	1 Aceito na ocupação	
4 meses	1015029 COPAGRIL UNIDADE INDUSTRIAL DE AVES	MCR-044	E	28/1/2010 10:20:00	28/1/2010 13:49:00	1 Aceito na ocupação	
2 meses	969989 F C S IND DE MAT ESPORTIVOS LTDA	MCR-044	E	29/9/2009 09:15:00	29/9/2009 14:55:00	1 Aceito na ocupação	
10x E e 10 meses	952441 CLECI APPELT	MCR-044	E	29/7/2009 14:06:00	4/8/2009 13:58:00	7 Reprovado no teste de seleção	4 meses depois de rescisão cep
20 meses e 5 meses	713033 COPAGRIL UNIDADE INDUSTRIAL DE AVES	MCR-044	E	26/9/2007 16:34:00	26/9/2007 16:37:00	1 Aceito na ocupação	
	283893 COPAGRIL UNIDADE INDUSTRIAL DE AVES	MCR-044	E	8/4/2005 09:49:00	11/4/2005 09:49:00	1 Aceito na ocupação	4 meses depois da rescisão

Histórico de Qualificação CEP

Fonte: Fichas SINE de Marechal Cândido Rondon, organização e acervo da autora.

Essa ficha não possuía os dados do CAGED em anexo, com isso não foi possível saber a duração dos contratos e outros trabalhos de carteira assinada que ela tenha

²⁶ Os nomes dados são pseudônimos, pois consideramos prudente manter o sigilo sobre a identificação de todos os trabalhadores citados na pesquisa, independente do material a ser analisado.

realizado. De todo modo, achei relevante indicar que em 08/04/2005, com 19 anos, o SINE a encaminhou até a empresa frigorífica de aves da cidade pela primeira vez, onde foi contratada. Passados 2 anos e 5 meses ela procurou a agência, sendo novamente encaminhada para uma vaga na mesma empresa, onde foi, mais uma vez, contratada.

Marta procurou o SINE um ano e meio depois, o que sabemos em função de sua ficha ser atualizada em 17/03/2009 (conforme é possível analisar na Imagem I), sem nenhum encaminhamento pelo SINE até 29/07/2009. Quando, após essa data, obteve dois encaminhamentos em dois meses, aceitando o último deles.

,Contudo, quatro meses depois procurou o SINE novamente e foi encaminhada (pela terceira vez) ao frigorífico de aves, sendo recontratada. Entretanto, um mês depois já constam novos encaminhamentos, indicando que procurava outro trabalho.

As ações de Marta sugerem seu incômodo com as vagas ocupadas, mas, ao mesmo tempo, seu retorno, indica como as ações que delibera podem não ser suficientes para a conquista de alguma mudança nas suas condições de vida. Pois, por vezes, parece ser necessário reavaliar e se recolocar nas vagas em aberto, independente de já conhecê-las e considerá-las indesejadas.

A ficha de Marta evidencia que ela estabeleceu relação de trabalho no frigorífico de aves em três momentos, sugerindo que suas decisões de aceite, saída ou retorno a determinadas vagas não são ações definitivas (diante o conjunto de pressões de classe que experimenta). A dificuldade de alguns trabalhadores em se estabelecerem em certas atividades que correspondam àquilo que vêm procurando, também não definem como suas relações de trabalho podem ser estabelecidas na sociedade atual.

Uma indústria de materiais esportivos da cidade também a contratou duas vezes, sendo a primeira em 29/09/2009 e a segunda em 27/09/2010, sendo esta, a última vaga em que o SINE a encaminhou na época da pesquisa (segundo consta na ficha, apontada na Imagem I). Portanto, acredito que a necessidade de retornar às empresas com as quais já havia trabalhado não era algo confortável à trabalhadora, mas, também, percebo um modo de lidar com suas dificuldades e reaver essas decisões. Afinal, possivelmente, avaliando a relação que teve com a empresa e, considerando que era possível retornar, mantinha essas possibilidades em aberto, ainda que temporariamente, pois sempre abandonava esses postos de trabalho na primeira oportunidade que tinha, conforme as evidências da fonte permitem inferir.

Sua ficha sugere que seu campo de atuação não se limitou às contratações com registros ou a determinadas atividades. Por isso, é difícil mapear as decisões de Marta.

Embora seja possível dizer que ela conhecia um universo de relações de trabalho na cidade que a fazia reagir perante as vagas estabelecidas e o que elas materializavam em sua vida. Suas práticas são compartilhadas com outros trabalhadores da cidade, inclusive, com alguns com quem conversei e, talvez, com aqueles referidos no jornal.

Mas essa constante avaliação das relações de trabalho e possível rejeição de vagas é um processo que exige avaliar o devir. Pois, não basta negar essas relações, sua condição de classe (na sociedade capitalista que vivemos) exige que essas ações sejam acompanhadas por outras; no sentido de encontrar possibilidades, saídas e caminhos, mesmo que temporários.

Uma das maneiras pelas quais esses direcionamentos se dão é apontado no texto de Varussa (2013):

De qualquer forma, o seguro-desemprego parece ter se configurado numa possibilidade com a qual os trabalhadores da região vinham jogando, ao menos na visão do empresariado local que identificava a existência de ‘pessoas que para receberem o seguro-desemprego forçam uma demissão’. (p. 103).

A fala citada pelo autor dialoga com a interpretação de um empresário do setor alimentício de Marechal, em entrevista ao jornal “O Presente” (EMPRESAS..., 2011), na qual se lamenta, pois essas ações dos trabalhadores prejudicam as empresas. A afirmação do empresário minimiza as motivações que levam os trabalhadores a “forçar” uma demissão, de forma a expressar mais uma tentativa de culpabilizar os trabalhadores pelo desenrolar dessas situações, retirando de foco a tensão que permeia as relações de trabalho e os termos em que são construídas.

A discussão proposta por Varussa destaca o uso da Justiça do Trabalho nos enfrentamentos entre trabalhadores e empresas do setor de frigoríficos avícolas no Oeste do Paraná nos últimos anos, problematizando os sentidos dos autos processuais que, em sua maioria, terminavam em conciliações e com valores de indenizações baixos frente ao que inicialmente se pleiteava. O autor mostra que o interesse dos trabalhadores que tomavam essa iniciativa não se restringia ao valor da indenização recebida, mas, também, a outros resultados, sendo, um deles, a possibilidade de recebimento do seguro-desemprego.

O que pretendo indicar, trazendo essa discussão do autor, é o esforço do noticiário em produzir determinada avaliação. Pois o desagrado em suas afirmações, sobre essas ações, mostra que esse é um campo de disputas, onde a dinâmica da luta de

classes aparece, mesmo que por forças desiguais, apresentando a ação desses trabalhadores tentando diminuir seus prejuízos, os danos causados pela falta do salário e como são minimizados por alguns meses recebendo seguro desemprego. Portanto, a dificuldade reclamada por empresários em manter trabalhadores é um indício de que não é apenas elementos da relação de trabalho em si que ditam a permanência ou saída, mas a relação de exploração em sua dinâmica.

A ficha de José me permite perceber evidências de suas andanças pela cidade e região:

Imagem III – Pretensões - José

Copyright © 2002-2013 - Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária - SETS
HOST SERVER: SIMO III
10.52.32.10 - 1045761866

Comunidade de Cidades: Nº 1000000 - Município: LARANJEIROS - AMÉRICA PARANAL - CARGO: EMPREGADO - R\$ 1.000,00 - Versão: 1.3

Dados Pessoais | Dados | Treinamento | Experiência | Pretensão | Histórico | Continuar

(Campos obrigatórios estão marcados com asterisco)

*UF Pretensão: PR **Atuamos apenas em municípios do Paraná**

*Município Pretensão: PALOTINA

*Horário Trab. Pret.: Indiferente

*Dias disponíveis para trabalho:	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				

Pretensão 1 Excluir

*Ocupação: Abastecedor de linha de produção

*Experiência: 0 Comprovada Não Comprovada (meses) *Salário Pretendido: 390,00

Pretensão 2

*Ocupação: Açougueiro

*Experiência: 5 Comprovada Não Comprovada (meses) *Salário Pretendido: 390,00

Pretensão 3

*Ocupação: Auxiliar de serviços gerais (manutenção de edifícios)

*Experiência: 2 Comprovada Não Comprovada (meses) *Salário Pretendido: 300,00

Pretensão 4

*Ocupação: Motorista de caminhão

*Experiência: 7 Comprovada Não Comprovada (meses) *Salário Pretendido: 450,00

Pretensão 5

*Ocupação: Vigia noturno

*Experiência: 11 Comprovada Não Comprovada (meses) *Salário Pretendido: 547,06

Incluir pretensão

Fonte: Fichas SINE de Marechal Cândido Rondon, organização e acervo da autora.

Imagem IV - Dados do CAGED – José

Vinculos do CNIS						Categoria na GFIP
PIS/PASEP	Data Inicio	Data Fim	CNPJ/CEI/CPF	Empregador		
124.35592.27-4	01/02/1991	30/04/1992	14.142.00277/82	JOAO VILSON KKOLLING ...		
124.35592.27-4	04/10/2003	01/11/2003	79.166.633/0001-24	COMERCIAL WEIMANN DE ALIMENT...	mercado Super drink	11 meses
124.35592.27-4	02/02/2004	07/01/2005	85.070.688/0001-39	J WINK & CIA LTDA - ME	mercado consultorio	trabalho 6mes
124.35592.27-4	22/02/2005	19/10/2005	00.257.528/0001-40	IRINEU PICININI CONSULTORIA ...	(Rêdo) vende em Transportes	(Loscovella)
124.35592.27-4	01/10/2005	22/12/2005	04.523.303/0001-40	SCHWINGEL TRANSPORTES LTDA ...	(Lurdito ou Jojo)	1 mês
124.35592.27-4	17/01/2006	15/02/2006	76.444.751/0001-69	REDRAM CONSTRUTORA DE OBRAS ...	Supermercado	9 dias 5 meses
124.35592.27-4	02/10/2006	17/03/2007	04.283.871/0001-10	M. ANTONIO ZANIN & CIA LTDA ...	Parceiros (Rêdo)	2 meses
124.35592.27-4	09/07/2007	01/09/2007	00.644.253/0001-06	C. W. ANSOLIN RECURSOS HUMAN...	Parceiros (Marchal)	10 meses
124.35592.27-4	15/03/2008	09/02/2009	02.816.554/0001-97	TOLIMP SERVICOS LTDA	Parceiros (Marchal)	10 meses
124.35592.27-4	04/05/2009	23/09/2009	82.240.532/0001-60	CONCRETETEC INDUSTRIA, COMERC...	Parceiros (Marchal)	4 meses
124.35592.27-4	17/10/2009	30/11/2009	09.331.696/0001-03	PRIMUS - TORNEARIA LTDA - ME	Parceiros (Marchal)	4 meses
124.35592.27-4	15/01/2010	22/02/2012	51.205.70669/04	IVANETE IRACI SCHULZ ...	Parceiros (Marchal)	4 meses
124.35592.27-4	16/04/2012	03/03/2013	08.012.689/0001-86	HIDRAUTECH EMPREITEIRA DE OB...	(Marchal) parceiro	
124.35592.27-4	01/05/2013		04.498.769/0001-32	AIRTON DECIO WITT - ME	webber e witt Transportes	(Marchal)

Fonte: Fichas SINE de Marechal Cândido Rondon, organização e acervo da autora.

O trabalhador fez sua inscrição no SINE em 12/11/2003, aos 33 anos; sua carteira de trabalho foi assinada pela primeira vez em 01/02/1991, aos 21 anos, por uma pessoa física, mantendo o contrato até 30/04/1992. Depois disso José permaneceu por 10 anos sem registro em carteira, o que poderia ser explicado pela indicação de que era procedente da área rural.

Sua ficha foi atualizada em sua reinscrição, no final do segundo semestre de 2007. Nessa época, indicou que a família era composta por quatro membros, sendo ele o “chefe”, e que os demais também trabalhavam. A renda familiar indicada foi de R\$900,00, sendo que o salário mínimo daquele momento correspondia a R\$380,00. Uma indicação que me leva a pensar sobre a possibilidade de que dois membros da família estivessem trabalhando e recebendo cerca de um salário, enquanto ele estava desempregado, o que podemos inferir a partir da sua ficha, pois não tinha registro em sua carteira desde 01/09/2007.

José não estava estudando, mas havia concluído o Ensino Médio e realizado treinamento e carteira de motorista habilitada para Movimento Operacional de Produtos Perigosos e Transporte Escolar. Ao menos duas das empresas indicadas a partir de sua ficha no SINE, permite saber que trabalhou no ramo de transportes. Em uma delas o contrato se iniciou em 01/10/2005 e foi rompido em 22/12/2005. Enquanto que o seu treinamento foi finalizado em agosto de 2006. Portanto, sua experiência lhe permitiu visualizar o ramo de transportes enquanto possibilidade, dedicando tempo e custeando essa investida para ampliar campos de trabalho.

Chamou minha atenção a pretensão por atividades variadas, conforme é possível analisar na imagem III, quase todas as indicações de José possuem experiência comprovada, o que pode ser observado na imagem IV. Nessa última o sistema apresenta os registros em carteira de trabalho por empresas de domínios diversos. Portanto, ele não só apresentava sua disposição para atividades variadas, como também já as realizava.

Toda essa dinâmica expressa na ficha de José se remete a um período de 10 anos, iniciado aos seus 23 anos. Suas práticas antecedem aos receios expressos na matéria do jornal anteriormente tratada (EMPRESAS..., 2017).

Pois, na imagem IV, ao analisar os vínculos e as datas de início e fim dos contratos do trabalhador percebi certa dificuldade de José em dar continuidade às suas relações de trabalho, visto os curtos períodos de durabilidade, assim como suas andanças por cidades da região, como Cascavel (a 80 km de distância de Marechal) e Toledo (a 40 km), alternando com períodos em Marechal. Perguntei-me se o fato de se deslocar para outras cidades foi motivado por se tratar das vagas e do universo masculino, para o qual pode ter sido menos complexo (ainda que traga alterações no modo como se vive) passar períodos fora de casa.

Enumerar suas ocupações de vagas evidencia que não faz sentido construir a análise de sua experiência a partir da identificação de um “perfil de trabalhador padrão”. Pois, além das atividades variadas, salários variados em que se coloca, José não tem compromisso imediato com o mercado e a atividade que realiza, mas consigo e com suas questões.

Desse modo, mesmo quando trabalhadores enaltecem, ou parecem se projetar nas relações de trabalho que realizam, acredito que isso faz parte da preocupação com sua autoimagem, não sendo uma falta de visão do processo de exploração no qual se inseriram. A movimentação dos trabalhadores fora e na cidade, que perpassam ou não o registro em carteira, exige deles uma avaliação das possibilidades e da forma como irão se colocar em novas relações, a qual se dá frente às diversas pressões e limitações de classe por eles vivenciadas.

Fátima foi trabalhadora rural, diarista, doméstica e cozinheira, além de em variados momentos de sua experiência enfrentar situações que a fez repensar o que tinha até então como possibilidade, produzindo novos campos de atuação, novos trabalhos e até mesmo abrindo negócio próprio (lanchonete/restaurante, salão de baile) (FÁTIMA, 2014).

Quando em 1990 Fátima se divorciou de seu primeiro marido, ela tinha 19 anos. Ela precisava de um trabalho para manter sua posição perante a família. Pois, antes disso, permaneceu por cinco anos casada e durante esse tempo o marido mantinha os gastos da casa enquanto cuidava do filho pequeno e dos afazeres domésticos. Até então, havia trabalhado apenas como boia-fria (desde criança), mas segundo Fátima esse trabalho “acabou né? Veio as máquinas e acabou”, remetendo-se à diminuição de contratação de trabalhadores rurais diaristas no campo (FÁTIMA, 2014).

Fátima aponta a mecanização do campo se intensificando entre as décadas de 1980 e 1990 na região Oeste do Paraná, sugerindo esse momento como o tempo de redução de vagas de trabalho no meio rural, fazendo com que essa atividade já não se apresentasse enquanto possibilidade tão farta como antes e com rendimentos que compensasse sua permanência. Entretanto, seu distanciamento da atividade ocorreu em função do casamento (e não por esse marco anunciado). Após a separação, acaba ampliando o seu horizonte de busca por trabalho, resolvendo, como diz, trabalhar "aonde que tinha serviço".

daí me separei, aí eu fui trabalhá de empregada doméstica, daí eu trabalhava aonde tinha serviço eu ia... trabalhei na casa do ex-prefeito daqui de Rondon. Fiquei cinco anos na casa dele. Fui pra Maringá, trabalhei lá um tempo... também numa casa de uma mulher lá. Depois voltei pra cá... trabalhei em casa do multirão, trabalhei... aonde que tinha serviço eu ia...(FÁTIMA, 2014)

O trabalho de doméstica e babá era algo que viu como campo possível de atuação naquele momento, principalmente por avaliar não só sua falta de escolarização, mas por reconhecer sua juventude e vontade de desprender-se de casa: “daí eu não tinha serviço aqui na época, também, sabe?... eu não sabia muita coisa, eu era novinha ainda”. Assim, ela aceita a oferta de mudar-se para Maringá, cerca de 300Km de Marechal (FÁTIMA, 2014).

Morar longe da sua família, em uma cidade que não conhecia, deixando o filho de 4 anos com sua mãe; não eram questões fáceis na sua decisão, mas, mais do que estar perto, era preciso arrecadar dinheiro e reordenar a vida. Além disso, essa era a possibilidade de começar de outro jeito, em um lugar sem as referências estabelecidas em Marechal – após um relacionamento que não deu certo e sem uma criança pequena para cuidar. Embora, em sua narrativa a necessidade da garantia do salário foi anunciada em nossa conversa como o ponto para a decisão, uma vez que moralmente

deixaria o filho ficaria para trás: “Tô indo. O importante é eu tá empregada” (FÁTIMA, 2014).

Porém, essa foi uma situação temporária, pois voltou a Marechal após seis meses, uma vez que a mãe cuidava de seu filho e agora contava com sua contribuição para a construção da casa da família – a casa de “mutirão” já citada no primeiro capítulo.

Sua disposição a ocupar qualquer trabalho, devido à necessidade da família com relação à sua renda, visto mencionar que “só tinha sobrado eu” para ajudar a mãe (funcionária pública, da limpeza das ruas), não garantiu a construção da casa própria para sua família diante de seu acidente. Com isso, o retorno significou, na verdade, confrontar-se com novas vagas e atividades de trabalho frente às suas pressões e condição de classe da família.

Anos depois, Fátima resolveu montar um negócio próprio, deixando a casa dos pais novamente. Primeiro em 1999 e pouco mais de um ano tentou o segundo empreendimento. De início, montou o que chamou de restaurante/lanchonete e depois um salão de baile. Nesse último, já estava casada e estabelecida em Iguaporã, distrito de Marechal. Ambos investimentos não se mantiveram por muito tempo. Durante a nossa conversa, construiu a seguinte avaliação sobre essas experiências. Primeiro sobre a lanchonete.

Saionara: e depois que você voltô de Maringá você ficou quanto tempo trabalhando com ela [de doméstica] ainda antes de sofrer o acidente?

Fátima: é cinco ano tudo junto, daí depois quando eu saí, foi outro patrão [dono da casa] que falou pra mim, eu falei “eu vou sai porque eu vou alugá uma lanchonete”, daí eu fui e aluguei uma lanchonete. Aí onde que eu precisava do estudo né? Porque daí eu sabia fazer tudo, mas eu não sabia... eu não sabia administrá, e daí veio um carinha conhecido “não, porque eu vou te ajudá, porque eu vou trabalhá com você, vamo fazer sociedade”, foi aonde que eu confio demais nas pessoas né? Fui lá e dei sociedade com ele, fiz uma sociedade com ele, e ele na verdade... ele era pra... porque ele era bom de cozinha e a gente ia fazer janta né? Pra vende jantar nessa lanchonete. Na verdade... e no fim... ele acabou me passando a perna.²⁷

[...] e eu fui pra lanchonete, eu fiquei um ano nessa lanchonete trabalhando, e era minha [...] que era minha sabe? E era de dia e de noite. Ali eu fiquei um ano. Daí só faltô mais experiência, que se eu tivesse a cabeça que eu tenho hoje, a experiência que eu tenho hoje, eu taria bem lá, né? Mas é coisas pra se aprender, é vivendo e aprendendo.²⁸

²⁷ Ibidem.

²⁸ Ibidem.

Repete duas vezes que trabalhava em algo que era seu, o “sabe” ao final soa como “você entende a importância disso?”. Essa tentativa se apresentava para ela enquanto chance de realizar alguma mudança em sua realidade, que foi golpeada ao ser traída pelo sócio na contabilidade da lanchonete. Porém, o que conseguiu foi manter a lanchonete por um ano. Algo que hoje tenta resumir na dificuldade enfrentada para gerenciar os negócios e por confiar em uma sociedade. Em última instância, não destaca a falta de escolarização como um problema para administrar a lanchonete, mas a ingenuidade na relação com o sócio.

Os prejuízos, no entanto, não foram destacados com grande ênfase, pois a intenção em sua narrativa foi tratar como superava tais momentos de adversidades. Evidentemente, que esses prejuízos não foram só financeiros, os obstáculos que ela se deparou durante vários momentos de sua experiência social para montar seu negócio, fez com que retomasse a empregabilidade por registro e acúmulo de atividades, mas nada que retire do horizonte a avaliação de suas relações de trabalho e a tentativa de rever suas decisões de trabalho e renda:

Saionara: então quando fechou esta lanchonete, depois de um ano, daí você foi procurar emprego de novo?

Fátima: aí quando fechou essa lanchonete eu voltei. Eu saí de lá, fui trabalhá numa casa. Ele até era um vereador na cidade, e ele é um professor, ele deve ser um professor... eu acho [...] eu fui trabalhá na casa dele, trabalhei na casa dele uns tempo [tosse] daí conheci o meu futuro marido (segundo marido), que ele veio de Cascavel... daí eu conheci ele, daí a gente foi morar junto, daí a gente foi pra Iguaporã, lá tinha um salão de baile com lanchonete daí a gente alugô isso lá. (FÁTIMA, 2014)

Ao analisarmos a experiência de Fátima, o que indicou como "começos" exigiu, muitas vezes, alguns retornos e recuos nas suas pretensões, assim como a predisposição de alguém que conhece o seu universo de relações e desigualdades. O que anuncia como garantir as despesas, os gastos da casa, o cuidado com os filhos e a mãe, de certo modo, pretende justificar suas ações e motivações para agir frente ao que se apresenta nas relações de trabalho (o que também lhe traz muitas avaliações e repercussões pelas decisões que toma, por isso tenta resguardar o que moralmente é aceito e valorado – o trabalho como algo para cuidar da família).

Ainda que essa narrativa apareça para todos os trabalhadores entrevistados e em grande medida seja pauta comum para muitos outros, há uma tensão que atravessa esse

caminho, incomodando essa noção. Com isso, o sentido para o trabalho ganha outras divisões, principalmente quando ele é experienciado na dureza da exploração, sem dar grande margem para a desigualdade se afastar da realidade desses sujeitos.

Quando retomam vagas, entre somados e perdidos, analisam toda a expectativa que haviam criado ou os planos que já haviam feito (cursos, novas atuações, investimentos etc.), em grande parte penso que o que lhes fazem retomar atividades desse universo (serviços da construção civil, auxiliar de produção, limpeza, garçom e o trabalho como diarista e doméstica) como Fátima fez (quando retornou de Maringá no início da década de 1990, quando fechou a lanchonete entre 1999 e 2000 e assim como atualmente faz, para complementar a renda de limpeza de obras e dos túmulos) é a compreensão de que o trabalho expressa a condição de classe e o lugar social que ocupam.

Cada vez que precisam recorrer a certas atividades ou relações, evidentemente mais extenuantes e com direitos mais restritos, expõem as pressões que vivenciam e sabem a visibilidade que terão, mas o pêndulo das pressões onde avaliam urgências e expectativas produz o sentido para esse ou aquele trabalho e as relações a que se vinculam. Entretanto, a questão de deixar de trabalhar para os outros e trabalhar para si é significativa para muitos trabalhadores, ou mesmo a intenção de alterar a que atividades estão se vinculando (ora diante da visibilidade que ela induz ora a condição de trabalho executada e ganho). Para Fátima, nos últimos anos, isso significou construir mais uma tentativa de alterar sua condição. Pois, ao montar uma empresa para prestação de serviços de limpeza ela almeja distanciar-se das relações de subalternidade patronais. Mas, essa distância não se faz apenas pela nomenclatura. Mesmo com o nome de “firma” continua recebendo em forma de diárias para garantir a clientela, o que ainda a vincula ao modo de contratação ao qual quer se desprender. A falta de capital para se colocar em outra direção nas relações de trabalho a fragiliza nesse empreendimento, não só pela forma de pagamento, mas no acúmulo de trabalho também.

Ao falar de sua renda, traça um planejamento a longo prazo para suas metas na empresa de limpezas (como indiquei na página 13 das considerações iniciais) e que, naquele momento não pareciam estar atreladas à diminuição da carga de trabalho, mas, sim, ao aumento de ganho com excesso de trabalho, em condições extenuantes. Na minha visão, sua noção de administrar esse trabalho não lhe retira a condição de explorada nesse processo, ainda, que esse seja um movimento contraditório, uma vez que seu interesse é, também, explorar outros trabalhadores posteriormente.

Fátima, 15 anos depois daquela lanchonete, tenta indicar a expectativa por ganhos maiores do que tem na atualidade com a limpeza dos túmulos. Tudo isso para sustentar a rentabilidade e a pertinência de sua decisão por esse trabalho no presente. Todas as previsões de Fátima apontam a continuidade de muito trabalho, mas com a perspectiva de que o retorno financeiro virá, imbuindo-se de uma moralidade que a impulsiona a tentar deixar para trás aquela pressão de classe que lhe acompanha, traduzida na expressão "aonde que tinha serviço eu ia". Ela propõe esforçar-se o quanto for necessário para deixar essa condição para trás, tentando decidir por quais trabalhos realizar, quando, em que tempo e condições. Um caminho para se confrontar com as recusas que encontrou (vagas que perdeu) e as recusas que também quer fazer.

Sua movimentação (por vagas e atividades) nesses momentos recentes (sinalizada por sua placa em frente ao cemitério para limpeza de túmulos) indica tanto uma procura por alterações no modo como vive assim como a visão que tem sobre as atividades que realiza e quer manter/ampliar. Arriscou-se ao sair de um trabalho de cinco anos sem ter nenhuma garantia nas novas investidas. Porém, é com iniciativas como essas que as incursões de determinados trabalhadores vão sendo feitas e inserindo suas pautas em um cenário, aparentemente determinado, pelos interesses patronais do “mercado de trabalho”.

Essa análise traz como indicativo a decisão de Fátima não é única, passa, inclusive, por perceber outros trabalhadores (Lurdes, Paulo, Patrícia e tantos outros), envolvidos com relações de trabalho complexas. Fátima acredita que o trabalho de limpeza (em obras, casas e no próprio cemitério), assim como o de cozinheira (em creche, hotel, restaurantes e bares) são trabalhos necessários socialmente e que as chances de não conseguir voltar a trabalhar nessas atividades – caso precise – são muito pequenas – como é possível evidenciar nos anúncios de classificados e nas fichas do SINE. Pois, mesmo que essa fosse uma condição temporária, é possível inferir que pelo número de vagas disponíveis, ela se torna uma renda eventual, em caso de emergência, para muitos trabalhadores que se debruçam sobre elas quando se veem desempregados ou confrontados com pressões e expectativas que construíram para si e para os seus.

Para Sônia (2014), quem também entrevistei, essas avaliações estavam, em grande parte, associadas aos cuidados com o filho mais novo, preocupação que, como visto, também faz parte do campo de pressões de Fátima, Lurdes, Patrícia. Sônia constrói sua narrativa sobre as relações de trabalho firmadas a partir do ano em que

chegam em Marechal (2002), tendo como marco seguinte o momento em que passou no concurso da prefeitura, 2007:

Saionara: E o teu primeiro trabalho foi o quê? Quando ele tinha 7 meses.

Sônia: Foi... Doméstica.

Saionara: E como... você conhecia gente aqui? Como que você conseguiu esse trabalho?

Sônia: Então, esse mesmo parente nosso que vendeu a casa, que eu falei que meio que passou... tentou bancar o esperto em cima da gente... então a esposa dele, ela trabalhava de doméstica também, então a gente, ela falou que ela me conhecia e tal, foi ela que me indicou, as referências e tal, foi ela que me abriu portas assim pra mim começar a trabalhar.

Saionara: Você começou assim, em uma casa só ou foi pegando várias?

Sônia: Eu comecei com uma casa só, ali eu levei um lé hein?! Posso falar... Gente! Foi uma experiência assim... eu nunca tinha trabalhado fora, eu não conhecia um aspirador de pó, máquina que faz tudo, forno elétrico, liquidificador, não tinha... lá no Paraguai... não tinha essas coisas, então assim foi bem difícil, sabe? Pra mim começar trabalhar, mas eu queria, eu precisava, não só queria como precisava trabalhar. Porque meu marido começou a fazer bico, trabalhar de pedreiro... também não tinha nenhuma especialização...

[...]

Saionara: E daí vocês foram se mantendo com o que o teu marido ia conseguindo?

Sônia: Sim, na época eu não podia trabalhar, nós viemos em maio de 2002 morar pra cá e em maio, exatamente um ano depois, em maio de 2003 eu comecei sair para o mercado de trabalho, porque daí já tinha 7 meses o bebê, né? E a minha filha, 1 ano e 7 meses, que eles têm um ano de diferença, daí consegui vaga na creche.

Saionara: Daí o mais velho ia pra escola e os dois mais novos na creche.

Sônia: Isso, mas na época tinha 7 aninhos pra 8, 8 já tinha né? Porque já tinha se passado um ano, depois disso nunca mais parei de trabalhar.

Saionara: E você trabalhava nessa casa o dia todo?

Sônia: Eu trabalhava. Não era bem o dia todo, era até umas 3 e meia 4 horas da tarde que eu trabalhava.

Saionara: Era assim, quando você terminasse o seu serviço...

Sônia: É, eu podia ir embora, mas eu trabalhei só 30 dias. Eu não aguentei. Foi meu primeiro emprego. Mas assim, eu consegui tals. Ela ia registrar minha carteira e tal. Mas eu, como era minha primeira experiência, eu achava assim, eu não me conformava com as coisas... por exemplo, eu amamentava, eu tinha que... eu não podia amamentar meu filho, falava "meu Deus, isso é uma injustiça, não pode", eu... sabe? Não me conformava, aí um dia eu fui pra casa, era um dia, mais choveu, choveu um pancadão de chuva, fiquei toda molhada, falei "meu Deus, isso é desumano". Porque lá no Paraguai a gente era uma comunidade, a gente, ajudava, "meu Deus, nem um casaco, nem um guarda-chuvas nada."

Saionara: E tava a pé?

Sônia: De bicicleta, eu não aguentei aquilo sabe? Não, aquilo não pode ser assim, né? Não pode. Mas daí tá... saí. Fiquei poucos dias, daí já fui numa outra moça. Eu trabalhei na... a mulher lá, tinha sobrenome... a, ela ex-mulher do dono da... [fabricante de picapes e acessórios] ali... agora esqueci o nome dela...

Saionara: Você conseguiu ter contato também?

Sônia: Eu consegui através dessa minha prima, que era comadre assim... que me indicou, né? Trabalhei lá... acho que uns 7... 8 meses... trabalhei. Eu só saí de lá porque... é... Meu filho caçula, ele tinha, pneumonia, pneumonia, e foi bem no inverno. Já fazia um tempo, daí como eu trabalhei um mês lá, acho que uns 2 meses, depois acho que foi meio ano... uns 7 meses por aí, então já era inverno de novo, né? Aí deu pneumonia nele e eu tinha que faltar no serviço, então eu acabei que, abrindo mão do emprego, né? Não podia deixar meu filho ali.

Saionara: E você tinha carteira assinada lá?

Sônia: Lá não.

Saionara: Não, era que nem no outro assim... o horário? Quando você terminava ia embora?

Sônia: É, sim, duas, duas e meia. A hora que eu terminava, trabalhava de manhã, fazia o almoço, deixava tudo, louça, tudo limpinho, aí podia ir embora. Aí tá.. depois dali, dessa [...] eu fui na SME ali onde é aquela farmácia do povo, aquela livraria nota 10, trabalhava ali que era SME. A minha cunhada trabalhava ali. Ali eu assinei carteira, foi a primeira vez que eu tirei o registro.

Saionara: Trabalhava na limpeza também?

Sônia: Na limpeza também. Aí depois disso, eu fui trabalhar lá na...., donos da [Fábrica de Lingerie].

Saionara: Foi trabalhar na [Fabrica de Lingerie] ou na casa deles?

Sônia: Na casa deles, tive registro em carteira também, mas fiquei pouco tempo, porque meu filho na época ele era pequenininho, né? Então não tinha assim como eu ficar muito no trabalho, então quando ele ficava doente, ficava muito mal, eu me obrigava... porque daí ele não podia ficar na creche e não tinha quem cuidasse dele. Daí eu tinha que largar o emprego e... Assim foi de 2003 até 2007, até que eu entrei... Não, aí depois eu trabalhei na Dona Liria e Seu Alberto, eu trabalhei dois anos e meio com ele, antes de entrar com o concurso.

Saionara: Foi onde você ficou mais tempo?

Sônia: Foi onde eu fiquei mais tempo com eles.

Saionara: Carteira assinada?

Sônia: Carteira registrada, eu só saí porque eu passei no concurso, né? Aí nisso eu trabalhava todos os dias de manhã, segunda a sexta e a tarde eu trabalhava de diarista e ainda duas vezes por semana eu fazia o supletivo lá no EJA, lá no Paulo Freire, pra concluir o meu Ensino Médio (2014).

Sônia destaca que levou um “lé” por não conhecer os aparelhos eletrodomésticos da casa onde trabalhou pela primeira vez. Esses equipamentos não faziam parte do seu modo de viver, enfrentava-os como uma dificuldade, não só como falta de habilidade para o trabalho, mas que a expunha pela diferenciação e distanciamento de classe. Um contraste que, de certo modo, conseguiu driblar, ainda que não tenha permanecido mais do que trinta dias nessa casa.

Sônia se confrontava com o precisar de qualquer jeito trabalhar e o que diz não abrir mão de modo algum, ainda que reconheça a relação de trabalho que estava envolvida e o que ela exigia de sujeição – valores morais que foram agredidos por uma relação de trabalho que não a permitia amamentar seu filho ou mesmo a falta de solidariedade ao enfrentar, sem nenhuma proteção, a chuva para voltar para casa – situação que parece trazer à tona seu sentimento sobre a exploração e distinção de classe experimentada rotineiramente, fazendo-a, inclusive, colocar um ponto final em certas relações patronais.

Entretanto, essas justificativas, não permitiram deixar para trás a pressão pela procura por outro trabalho logo em seguida, sugerindo que poderia ser mais do que isso sua saída. Pois, apesar da saúde do filho ser fundamental, era necessário encontrar formas de conviver com o trabalho e o cuidado dos filhos – ainda que alterando essas relações de trabalho, vez ou outra, para garantir isso e algo mais.

Essas avaliações aparecem porque a todo momento Sônia repensava sua permanência nessas vagas de trabalho. Nesse sentido, não é apenas um problema de rotatividade, mas o que essa alteração significa para trabalhadores com ou sem registro. Pois mesmo em trabalhos que apontam não haver problemas, sua saída ocorreu, dando dicas de suas insatisfações e outras expectativas sendo produzidas simultaneamente à realização dessas atividades.

Quando menciona “só saí porque eu passei no concurso”, Sônia sugere o fundamental, saiu porque passou no concurso. Mas passou no concurso porque prestou o concurso. Então, mesmo ao dizer que gostava de trabalhar para eles, almejava alterar tal condição, ainda que na construção de sua narrativa tome cuidado para preservar a relação que foi construída com tais padrões e a própria imagem que pretendia apresentar sobre si na entrevista – a noção de trabalhadora que pretendia apresentar e como identifica e diferencia os padrões.

Os cuidados com a saúde do filho ganham mais importância em sua fala sendo mais decisivo do que salários, registro em carteira ou a falta dele, mesmo sendo contraposto com trabalhar mais e com atividade mais ou menos exaustivas, receber ou não seguro desemprego. Tudo isso são indícios para entender a atuação de Sônia, Marta, Fátima e todos esses trabalhadores analisados na dissertação. Minha intenção foi procurar entender a dinâmica de relações que estabeleceram, o que é valorado ou apresentado em suas memórias frente à confrontação das relações de trabalho que foram quebradas, ou ainda, o que gostariam de dizer sobre suas decisões frente às pressões

classistas que reconhecem fazer parte e como diante disso podemos nos posicionar sobre esse processo atual de exploração de trabalhadores em nossa sociedade.

Os valores desses sujeitos impossíveis de se contabilizar apenas pelos índices de empregados e desempregados, até porque trabalhadores como elas por vezes não possuem carteira assinada em todas as suas relações de trabalho, ficam invisíveis nesses dados ou, ainda, esses registros não expressam, em sua plenitude, as interpretações e costumes que informam suas decisões por vagas, permanências, saídas e/ou acúmulo de ocupações.

Essa é para mim a importância de discutir a movimentação desses trabalhadores a partir de suas experiências. Só assim podemos ir além das estruturas macroeconômicas e das respostas generalizantes para tais desigualdades. Pois, os que acreditam que os trabalhadores apenas seguem os fluxos econômicos, ou aqueles que acabam por fazer julgamentos apressados de suas ações, a partir de conceitos do mercado – vendo-os como mão de obra em “rotatividade” de vagas, como foi sugerido na matéria de jornal citada no início desse capítulo (EMPRESAS..., 2011), dizem pouco sobre a densidade desse processo.

Saindo da intenção dessas visões e, particularmente, da expressa pelo o jornal . Se a intenção era criticar os trabalhadores, indicando-os como peças dessa engrenagem, mas irresponsáveis por não se comprometem com a classe patronal; a pergunta que fica é: com o que esses trabalhadores estão comprometidos? O que tem sido decisivo para eles? A que pressões estão respondendo?

Acredito que essas são questões só poderão ser acessadas a partir de suas experiências e, dificilmente, terei uma resposta tranquilizadora e homogênea para definir suas ações. Antes, um caminho de reflexão sobre as ambiguidades que envolvem os trabalhadores em nossa sociedade e a tensão dessas relações de poder.

O posicionamento defendido pelo jornal é criticado também por Schmitt (2008). Ao analisar uma reportagem de 2008 (VAGAS..., 2008), onde reclamam da falta de mão de obra qualificada em Marechal, a autora faz a seguinte reflexão:

Todo trabalho é qualificado depois que é aprendido pelo trabalhador, a desqualificação é uma justificativa encontrada pelos empresários para a falta de trabalho. É preciso levar em conta que não é a falta de qualificação do trabalhador e sim o mercado restrito de oportunidades de trabalho na atualidade que permite uma reserva de trabalhadores. O trabalhador na maioria das vezes acaba se adaptando e se integrando às novas formas de produção que o capital exige, porque o trabalho é a sua sobrevivência. Portanto, o desemprego, a falta de trabalho, não

está nos sujeitos e sim nas dinâmicas e padrões dominantes no mercado que não os absorve. (SCHIMITT, 2008, p. 12)

Concordo que os problemas enfrentados nessas relações, como o desemprego, faz, parte das “dinâmicas e padrões dominantes no mercado”, que não absorve os sujeitos em sua plenitude, mas, em contraposição ao que acredita Schmitt, considero que até gostariam de absorver e é isso que parecem reclamar nas páginas do periódico em análise nessa dissertação. Porém, esses padrões hegemônicos não são estabelecidos de forma tranquila. Os termos que estão propondo são questionados, como a autora avalia na página seguinte de seu texto:

É importante considerar a carga horária que esse trabalhador deveria cumprir, o salário, as condições de trabalho. Esses fatores parecem estar relacionados à indisponibilidade de candidatos para ocupar a vaga, tendo muitos trabalhadores resistindo a esta oferta, buscando outras formas de sobrevivência” (p. 13)

Dessa forma, a própria autora desconstrói sua ideia inicial, mostrando que os trabalhadores nem sempre se “adaptam”, mas que avaliam se frente às pressões enfrentadas essas são relações a serem ou não aceitas/estabelecidas ou confrontadas. As avaliações podem mudar de acordo com os enfrentamentos de cada sujeito, ou de cada momento/enredo em que as produzem. As considerações da autora ao discutir o desemprego, a partir de uma experiência de pesquisa e discussão construída com estudantes do ensino médio, provoca alguns incômodos diante do posicionamento que venho assumindo, por isso tratemos mais de perto algumas questões.

Schmitt (2008) ao se referir a Dona Ana, uma trabalhadora entrevistada pelos estudantes, colocou-a no grupo dos “desempregados”, sugerindo a seguinte afirmação: “mesmo estando desempregada e na expectativa de ser chamada para ocupar uma vaga, esta trabalhadora incorporou o ‘trabalho informal’, no caso sem registro em carteira, como forma de sobrevivência” (p. 15). A autora afirmou, ainda, que os estudantes a perguntaram sobre “o que estava fazendo para se integrar ao mercado de trabalho”. Por tudo isso, mesmo considerando que a entrevista foi realizada pelos alunos, esse é o posicionamento que acompanha a autora em todo o texto.²⁹

A autora discutiu em seu artigo como os desempregados, por vezes, são vistos com certo preconceito por não conseguirem manter uma ocupação. Porém, ela própria

²⁹ Schmitt dividiu as entrevistas a serem realizadas com trabalhadores nos seguintes grupos: empregados, desempregados e trabalhadores jovens. A construção do texto também foi realizada seguindo essa mesma organização.

desvaloriza o trabalho de Dona Ana, ao dizer que a trabalhadora está desempregada (simplesmente por não ter o registro em carteira).

Ser diarista, realizando limpezas em “casas de família”, é um trabalho tanto quanto o de zeladora de empresa, o qual realizava anteriormente. Portanto, não possuir registro em carteira evidencia a condição de exploração, quase sempre mais abusiva, presente nessa relação e no campo de possibilidade de trabalhadores como Dona Ana, com certeza intensificadas frente às que mantinha com a empresa anterior. Por isso, ambiciona mudar de trabalho, mas ainda assim, não deve ser desconsiderada sua ocupação atual, mas sim problematizada.

Essas tensões frente aos campos de possibilidades de trabalho não é uma realidade exclusiva de Marechal, mas compartilhada por trabalhadores na sociedade contemporânea. No Oeste do Paraná é possível notar essas práticas em sua pulsão em outras cidades também.

Fiorotti (2009), ao analisar a trajetória de “vendedoras de produtos por catálogo em Guaira”, cidade distante cerca de 67Km de Marechal, produz a seguinte avaliação:

Um dos aspectos presentes nas entrevistas das trabalhadoras a ser ressaltado é a forma como elas interpretam as relações de trabalho tipificadas como ‘formais’ e ‘informais’. Por mais que estas trabalhadoras almejem ocupações com registro em carteira e proteção do INSS, elas não consideram o trabalho somente a partir disso, mas avaliam as condições em que este é realizado. Houve vários momentos em que elas se lembraram do trabalho ‘formal’ como o pior trabalho de suas vidas, assim como ocorreu o inverso, quando ocupações tidas como ‘informais’ foram lembradas com saudade, com um sentimento de perda. Portanto, cabe considerar que as trajetórias ocupacionais vividas por trabalhadoras não se fixam em conceitos antagônicos como ‘formal’ e ‘informal’. Não é que as diferenças entre as condições de trabalho desapareçam, mas trata-se de aprender os significados históricos atribuídos pelas trabalhadoras. (IBIDEM, p. 83)

Essa proposição me ajuda a reafirmar as considerações que venho apontando, principalmente sobre a necessidade de considerar as experiências de trabalhadores em sua dinâmica social, tentando definir fronteiras, entender como os sujeitos atribuem sentidos ao trabalho. O que significava para trabalhadores como Sônia, na época da entrevista com seus 3 filhos pequenos, tendo o mais velho 8 anos, manter uma relação de trabalho em que não lhe exigia uma dedicação de 8 horas diárias?

Apesar das urgências de classe que precisava responder, os cuidados com a casa e com os filhos também pesavam em suas decisões, tanto que em vários momentos

precisou reavaliar, romper vínculos, para, posteriormente, retomá-los. Por isso, o registro em carteira e os possíveis direitos a serem preservados, nem sempre são o que aparecem como prioridade nas negociações para contratação. O que sugiro é que a dinâmica das relações precisa ser assumida quando analisamos o conjunto do que é experimentado pelos trabalhadores e como estão pressionados a se verem desvalidos de garantias e segurança nas suas relações de trabalho.

As mudanças no mundo do trabalho é uma questão central no texto de Fiorotti (2009), onde avalia aspectos quanto à organização do trabalho das vendedoras da Avon e Natura. E, apesar de partirmos de questões diferentes, a experiência de trabalhadores que se apresentam em seu texto contribuem para a discussão que venho construindo. Nesse sentido, retomo a experiência de Silvana, uma das entrevistadas de Fiorotti.

Silvana trabalhava na lavanderia de um hotel e para suas férias negociava o trabalho na colheita de algodão – isso no final da década de 1970 e início da década de 1980:

Olha só! Eu trabalhava no hotel pegava férias e ia colher algodão. Eu já sabia das colheitas do algodão. Gostava de mais de colher o algodão. E era assim, pegava férias e, viu que me dava só vinte dias de férias justamente no mês de março que eu sabia que tinha [19]79 colheita de algodão. Eu ficava o dia inteirinho na colheita de algodão. [...] eu levantava cinco horas da manhã pra ir colher algodão. Eu pegava quinze dias na colheita de algodão, ganhava quase mais do que eu estar trabalhando de lavadeira na lavanderia sozinha. Eu parava e descansava cinco dias antes de entrar. Aí depois que eu fui trabalhar lá com essa mulher, ela mandou eu pegar um guarda roupa que era muito pesado, tinha uma outra menina nova, mas só que não tinha noção, minha coluna deu um estralo tão grande e desse dia eu acabei! Acabou minha coluna! Pra mim carregar cinco quilos no braço eu não agüento. Aqueles baldes de água que eu gosto de juntar para economizar sabão eu não agüento carregar mais. [...] eu não sei, mas vida de doméstica acaba com a gente mesmo, eu trabalhei na casa dessa mulher, colhia algodão, [...] iche, agora acabou, agora, não teve jeito, não posso mais trabalhar pra fora assim. Então vai indo, a idade também vai chegando, fico cansada. Agora vou vender minhas coisas e pronto, acabou. Vou me sustentar assim mesmo. (FIOROTTI, 2009, p. 78-79)

[...] além de ter trabalhado tanto para sustentar a si e a sua família, ela trabalhou em mais de uma ocupação, porque entendia que este era o meio pelo qual se afirmava enquanto sujeito junto aos planos que fazia para sua vida. Como ela mesma lembrou, “e lavando e lavando, e pensando: eu quero colocar as minhas filhas pra morar naquilo que é meu. Não quero pagar aluguel, quero colocar as crianças naquilo que é meu! E naquilo eu fui lutando e lutando e, Deus tinha que ajudar. Meu marido ganhava pouquinho e, eu precisava ajudar”. (p. 80)

Quando Fiorotti destaca que ela trabalhou em mais de uma ocupação para se afirmar como sujeito, fiquei a pensar o que isso significava? Mais uma vez as recusas dos trabalhadores aparecem, ainda que se debatendo com os limites de suas confrontações. Recusa não ter direito à moradia, recusa que suas filhas tenham um percurso semelhante ao seu, que sua luta (adoecendo no trabalho, fazendo três atividades por ano – limpeza na lavanderia, doméstica e diarista rural) não tenha sido em vão.

Como essa experiência da exploração influencia nas suas decisões no momento da entrevista – quando já atuava como vendedora de produtos por catálogo? Fiquei a refletir e a reafirmar minhas proposições, acreditando que mais do que pensar sobre o “reproduzir a força de trabalho” lidamos com esse processo sendo avaliado e reconstruído (na desigualdade de possibilidades) pelos trabalhadores.

A fala de Silvana é expressiva para minha reflexão na medida em que é a memória que produz sobre mais de trinta anos de uma experiência produzida pela trabalhadora nas relações sociais em Guáira, que ressalta um sentimento de ir “lutando e lutando”, metáfora que expressa a dificuldade de conciliar as três frentes de trabalho em prol do que valora como direito a ser conquistado, ampliado, revisto. Uma decisão que parte de trabalhadores que sabem a insegurança de se morar em casa alugada e a possibilidade de não conseguir pagar o aluguel frente a muitos dos imprevistos que afligem sua condição – desemprego, adoecimento, cuidado com os filhos etc.

Esses e/ou outros sentidos que possam ser dados pelos próprios sujeitos às motivações para se sujeitarem à intensificação das relações de trabalho que estabelecem é a questão que estrutura minha pesquisa, pois acredito que mesmo diante da necessidade de se sujeitar ao trabalho, esses sujeitos se colocam a disputar a cena como protagonistas desse processo. Pois, na medida em que ponderam alternativas, ou tomam decisões, aparentemente simples, como comprar uma bicicleta ou ir trabalhar a pé no bairro, onde alugam ou compram suas casas. Outros, mudam de cidade ou permanecem.

Em Marechal, retomando meu foco de análise, trabalhadores que enfrentam condições desfavoráveis, mas disputam as relações ainda que de maneira pressionada avaliando essa permanência também. E, diante disso, interesse-me pelo modo como vivem e percebem o universo das relações sociais.

As experiências que venho abordando são representativas da complexidade que envolve essas decisões. Mesmo que restritas, são produzidas por trabalhadores, ou situações aceitas por esses sujeitos. A densidade desse processo nos distancia de

respostas fáceis e nos coloca frente às ambiguidades destas narrativas, indícios de uma realidade conflituosa, que me fizeram perceber como nossos supostos acadêmicos não devem aprisionar em uma moldura essas tensões, pois precisamos estar abertos a entender essa dinâmica.

Digo isso porque percebo o quanto pode ser contraditório afirmar que depois de anos de luta para a conquista de leis trabalhistas, averiguar que manter o registro na carteira de trabalho não é a principal preocupação para determinados trabalhadores, deve nos sugerir algo. Portanto, quero e preciso destacar que dizer isso não significa avaliar que ter seus direitos garantidos na legislação trabalhista é uma condição desvalorizada pelos trabalhadores, mas apenas que não podemos ligar o automático e nivelar as relações de trabalho a partir apenas desta consideração. Pelo contrário, precisamos entendê-las na sua formulação (mesmo existindo a legislação trabalhista quantos estão assegurados por ela?). Estar aberto às muitas motivações que levam alguns trabalhadores a aceitar determinadas condições de trabalho e, por vezes, lembrar das relações de trabalho “formais” como momentos piores do que as de trabalhos “informais” como discutiu Fiorotti (2009) significa apontar como esse universo das relações de trabalho está intrinsecamente ligado e se produz vendo nas urgências de classe dos trabalhadores o caminho para a intensificação da exploração.

Nesse sentido, Rodrigues (2017) problematiza as decisões de Francisco, um de seus entrevistado, avaliando que

Quando pediu a conta na fábrica de bolas, decidiu receber o dinheiro do acerto e do seguro desemprego, mesmo sendo avaliado por muitos por essa decisão, ao mesmo tempo acreditava potencializar seus horizontes ao conseguir a renda acumulada sobre o acerto e acumular o recebimento do seguro e o início da nova atividade com pavers [sem registro] (p. 26)

As ações de Francisco expressam como ele lidou com a necessidade de conseguir readequar sua renda frente à gravidez de sua companheira. Ele enfrentou os prejuízos desta decisão, abrindo mão da estabilidade de uma relação de trabalho, regida pelas leis trabalhistas, diante de uma pressão para montar uma casa com a namorada grávida, ainda que isso lhe trouxesse avaliações sobre a instabilidade de sua ação. Pois, meses depois, foram morar com outro casal para dividir despesas.

Essa, com certeza, foi uma decisão tensa. Afinal, com o filho que estava por vir, estariam mais seguros caso Francisco permanecesse no antigo trabalho? Talvez, essa tenha sido a mesma pergunta feita pelo casal. Porém, o que mais Francisco avaliou para

tomar esse caminho (comprar enxoval para o bebê, mobília para a casa, alimentos, aluguel a pagar)?

Portanto, frente à necessidade de trabalhar e expectativas nutridas para suas vidas, esses sujeitos ponderam as vagas de trabalho e as tensões que eles carregam. Assim, trabalhar na colocação de pavers não era a única saída que encontrou, mas sua nova condição não era de forma alguma a ideal. Ele continuava na condição de explorado, mas estava atuando sobre essa condição. Não consigo perceber essas relações como se fossem pré-definidas apenas por questões estruturais.

Não há apenas uma possibilidade sendo observada e vivida, pois mesmo experienciando relações permeadas de pressões e desigualdades trabalhadores como Franciso não deixam de atuar e disputar a cidade, produzindo brechas para se contrapor. Com isso, retomo a experiência de Fátima e suas considerações sobre os limites de classe, bem como a visão que nutre sobre os saberes dos trabalhadores e as disputas de vagas na cidade:

Fátima: Então assim não adianta você... a pessoa ter um monte de estudo e na hora de fazer, não sabe... Eu trabalhei em tudo que você imagina. Hoje em dia... eu já trabalhei em tudo, eu já trabalhei em lavagem de carro, eu já trabalhei em cozinha, eu já trabalhei em faxina, eu já trabalhei em casa, eu já trabalhei em roça, não tem o que você chega e pedi pra mim que é difícil o que eu [...] a não ser profissão de homem né? Desde que seja uma profissão de mulher, eu sei fazer. (FÁTIMA, 2014)

A trabalhadora elabora essa interpretação ao falar de como considera injusto ter perdido seu trabalho em uma creche pública, onde era contratada. Após não passar no concurso foi demitida. Sua narrativa permite perceber como tem se colocado nessas disputas e como precisou se dispor a certas mudanças (inclusive recuos), justamente como forma de enfrentar sua condição de trabalhadora na concorrência com outros. Fátima apresenta profissões diversas que já exerceu, procurando indicar que não está apenas disposta a fazer outras atividades, mas o que já realizou e continua realizando, lidando com sua condição e limites de classe, pois no momento de nossa conversa planejava conciliar os trabalhos de cozinheira com o de limpeza de túmulos e de obras.

Mudanças nos tipos de trabalho que realiza sugere sua dificuldade em fixar-se em algo que lhe seja recompensador dentro do seu campo de possibilidades, campo no qual, por vezes, há restrições interpeladoras seja em relação à sua escolaridade (até a quarta série), sua condição de classe seja, inclusive, por ser negra em uma região em que se destaca (oficialmente) a presença de descendentes de imigrantes europeus.

As avaliações que trabalhadores como os destacados indicam sobre esse processo e o modo como se veem nessa dinâmica exige o reconhecimento de que sua condição e o modo como analisam seu lugar social não limitam a procura incessante por alterar tal realidade. Tudo isso, não significa dizer que não percebem, não desejam, ou muito menos encerram as confrontações classistas em se veem envolvidos.

Durante a entrevista, Fátima levanta outro ponto importante, ela destaca que mais que o estudo regular, ela possui capacidade para desenvolver certas atividades. Uma visão que procura construir legitimidade para o que faz a partir de um universo desigual de relação.

Ela estudou até a quarta série e sabe “fazer de tudo” e tenta me convencer dessa condição, apontando sua capacidade para realizar diversas atividades, inclusive, fazer cursos, abrir novas frentes de trabalho. Isso, em sua visão, garante uma gama de trabalhos, apesar da falta de escolarização formal.

Essa argumentação considerada é produzida quando destaca a injustiça ao perder trabalhos para outras pessoas que tinham formação no ensino regular. Ao mesmo tempo justifica sua necessidade de encontrar outras formas de se destacar na concorrência por vagas de trabalho (outros cursos, outras habilidades, outras disposições para atividades a executar, horários etc.). Esse é um dos momentos da entrevista em que a relação fica mais tensa e explícita entre nós, e que pode ser percebida à luz do que Portelli (1997) definiu como um “experimento em igualdade”, ou melhor, a exposição do desencontro.

Pois, por maior que seja a tentativa de aproximação, a relação de poder continua presente e interferindo na forma como construímos o diálogo e aproximação, ela diz que respeita quem tem estudo – afinal, ela sabia que eu estava no curso superior e fazíamos aquela conversa para uma pesquisa universitária – mas, por outro lado, recompõe sua imagem dizendo que o estudo não lhe fez falta, pois “o estudo não vale mais que a experiência” (FÁTIMA, 2014), uma forma de se mostrar equivalente perante o que reconheceu como concorrência desleal; não só na materialidade do que vivencia, mas no que eu expressava naquela relação.

Sua tentativa de garantir um leque de possibilidades e a maneira como Fátima tem se colocado frente às suas necessidades de classe não são suficientes para evitar as dificuldades que a vida lhe impõe (como momentos de desemprego), mas evidencia como os têm enfrentado.

Muito próximo ao que outros trabalhadores na cidade também procuraram fazer ao se colocarem em anúncios e atividades de trabalho. Ao analisar a ficha preenchida no

SINE por Maria, percebi que diferentemente de Fátima, que estudou até a quarta série, ela possuía ensino médio completo, indicando as seguintes pretensões e experiências para compor suas pretensões:

IMAGEM V – Histórico de Pretensões - Maria

Versão: 1.3

Dados Pessoais Doc. Treinamento Experiência Pretensão Histórico Continuar

(Campos obrigatórios estão marcados com asterisco)

*UF Pretensão: PR **Atuamos apenas em municípios do Paraná**

*Município Pretensão: MARECHAL CANDIDO RONDON

*Horário Trab. Pret.: Indiferente

*Dias disponíveis para trabalho:

Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>					

Pretensão 1

*Ocupação: **Abastecedor de linha de produção**

*Experiência: **8** Comprovada Não Comprovada (meses) *Salário Pretendido: **436,35** Excluir

Pretensão 2

*Ocupação: **Atendente de balcão de café**

*Experiência: **0** Comprovada Não Comprovada (meses) *Salário Pretendido: **495,92** Excluir

Pretensão 3

*Ocupação: **Auxiliar de linha de produção**

*Experiência: **0** Comprovada Não Comprovada (meses) *Salário Pretendido: **737,89** Excluir

Pretensão 4

*Ocupação: **Confeiteiro**

*Experiência: **0** Comprovada Não Comprovada (meses) *Salário Pretendido: **632,02** Excluir

Pretensão 5

*Ocupação: **Empregado doméstico diarista**

*Experiência: **0** Comprovada Não Comprovada (meses) *Salário Pretendido: **290,83** Excluir

Pretensão 6

*Ocupação: **Oficial de serviços gerais**

*Experiência: **0** Comprovada Não Comprovada (meses) *Salário Pretendido: **605,36** Excluir

Pretensão 7

*Ocupação: **Operador de supermercados**

*Experiência: **0** Comprovada Não Comprovada (meses) *Salário Pretendido: **395,30** Excluir

Pretensão 8

Excluir

15-07-2013 10

Fonte: Fichas SINE de Marechal Cândido Rondon, organização e acervo da autora.

Em primeiro de dezembro de 2010, quando fez sua última reinscrição e essas pretensões foram preenchidas, Maria tinha 21 anos. Tudo isso ocorreu no mesmo dia em que seu contrato de trabalho com uma empresa de construção foi rompido, onde não se sabe o cargo que ocupava. Vale observar que sua carteira foi assinada por essa empresa apenas durante 5 dias. Nas pretensões, preencheu que os horários para o trabalho eram “indiferente” e que se propunha a trabalhar de segunda a sábado com apenas um dia de folga na semana (o domingo).

Mas o que chamou minha atenção foi que das sete pretensões preenchidas, em quatro indicou pelo menos 6 meses de experiência não comprovada, exatamente o mesmo tempo para todas, o que permite perceber com o que dialogava (pressões que ainda hoje perpassam esse universo de vagas de trabalho, conforme é possível observar na citação a seguir).

Ao analisar a matéria do jornal “O Presente” de outubro de 2017, o anúncio traz “Vagas de trabalho em Marechal Cândido Rondon” elencando, as 23 vagas oferecidas na agência do trabalhador, sendo:

Vagas de auxiliar de produção

- 01 vaga para almoxarife (com experiência / cursando administração)
- 01 vaga de agente de microcrédito (com experiência / cursando administração / contábeis / economia)
- 01 vaga de arte finalista (com experiência)
- 01 vaga de auxiliar de mecânico
- 01 vaga de farmacêutico
- 01 vaga de marceneiro (com experiência / para Novo Sarandi)
- 01 vaga de mecânico de motor a diesel (com experiência)
- 01 vaga de mecânico de automóvel (com experiência)
- 01 vaga de mecânico de manutenção (com experiência / curso técnico em eletricidade)
- 01 vaga de montador de estrutura para eventos
- 01 vaga de montador soldador (com experiência)
- 01 vaga de motorista entregador (com experiência)
- 01 vaga de operador de caldeira (com experiência)
- 01 vaga de operador de empilhadeira (com experiência / curso de operar empilhadeira)
- 01 vaga de porteiro(a) (com experiência)
- 02 vagas de serralheiro (com experiência)
- 01 vaga de supervisor de vendas comercial (com experiência)
- 01 vaga de estágio em processo químico industrial (cursando engenharia química)
- 02 vagas de vendedor interno (com experiência)
- 01 vaga de vendedor praticista (com experiência)
- 01 vaga de técnico de informática (com experiência) (EDITORIAL..., 2017)

É com esse universo que Maria dialogava, não as mesmas atividades, mas o que, em sua maioria, é exigido como experiência. Diante disso, ela se colocou nessa disputa. Maria estava ciente das possibilidades que poderia abrir frente à indicação de que possuía prática anterior, mas, também, reconhecia os seus limites quando não colocava determinadas condições. Sabe que diminuía as chances de conseguir aquela vaga.

Retomando a imagem V, na atividade de confeitiro ela ignora o item “experiência”, sendo que essa era uma atividade que poderia exigir um saber bem específico. Mas tanto o cargo de confeitiro quanto de auxiliar de linha de produção, tinham um salário de maior valor no item “salário pretendido”. Provavelmente, dialogando com os pagamentos comuns a essas vagas e suas aspirações.

Desse modo, mesmo que com menor chance, ela se propôs a arriscar e aspirar essas vagas, ainda que sem destacar prática nessas atividades. A ficha nos permite apenas saber quais relações de trabalho foram firmadas com registro em carteira de trabalho, o que até 2013 contabilizavam 6 contratos, entre eles o de maior período mantido por Maria durou 8 meses, evidenciando certa instabilidade nessas relações para a jovem de 21 anos. Pois mesmo que sem registro firmado a tensão se manifesta pelas procuras diversas que fez ao SINE, entre um contrato e outro, conforme é possível observar na imagem a seguir.

A trabalhadora não parou de avaliar relações de trabalho, por motivações as quais não podemos definir. Ela se movimentava e observava as vagas na cidade, vendo no SINE uma das relações possíveis a serem construídas. Evidência disso são suas idas e vindas ao local. Por mais que se destaque suas reprovações, não podemos deixar de lado as vagas que recusou ou deixou após certo período.

Portanto, o conjunto dessa relação sugere a tentativa de a jovem trabalhadora alterar determinados encaminhamentos e condições de trabalho, por mais que isso ocorra ao mesmo tempo em que expõe um embate intermitente sobre como tratar as urgências da sua condição – voltando para inscrever-se, fazendo novos testes e tendo novos confrontos com a classe patronal: recusas, reprovação, colocação em outra vaga. Gestos que evidenciam as relações de poder.

IMAGEM V – Histórico de Intermediações - Maria

Dados Pessoais Doctos Treinamento Experiência Pretensão Histórico Continuar							
Histórico de Intermediações							
Nº Vaga	Empregador	Agência	Tipo Inter.	Data Inicio	Data Resultado	Resultado	SD
1285536	ORAL X DIAGNOSE	MCR-044	E	17/8/2011 14:45:00	18/8/2011 16:09:00	7 Reprovado no teste de seleção	
1281343	RESTAURENTE GIOVIALI	MCR-044	E	11/8/2011 08:41:00	15/8/2011 09:00:00	43 Baixa Automática via Sistema	
1280120	PANIFICADORA PAD DE LO	MCR-044	E	4/8/2011 15:02:00	9/8/2011 11:01:00	7 Reprovado no teste de seleção	
1273618	CABANA LANCHES	MCR-044	E	28/7/2011 08:40:00	17/8/2011 09:30:00	7 Reprovado no teste de seleção	
1230521	DALVA TEREZINHA	MCR-044	E	25/4/2011 14:09:00	3/5/2011 15:15:00	7 Reprovado no teste de seleção	
1229772	BRECHO ARMARIOS DE MARIA	MCR-044	E	19/4/2011 09:00:00	25/4/2011 09:00:00	43 Baixa Automática via Sistema	
1220840	ADEMAR BLACK	MCR-044	E	18/4/2011 14:49:00	22/4/2011 15:00:00	43 Baixa Automática via Sistema	
1222687	COPAGRIL	MCR-044	E	13/4/2011 15:00:00	30/5/2011 15:01:00	7 Reprovado no teste de seleção	
1222502	MM MERCADO MOVEIS	MCR-044	E	4/4/2011 14:20:00	26/4/2011 10:25:00	58 Preenchida pelo empregador	
1221733	PIG STIE (CAMPOVET)	MCR-044	E	1/4/2011 09:02:00	4/4/2011 09:04:00	7 Reprovado no teste de seleção	
1219592	ATTITUDE 10	MCR-044	E	30/3/2011 14:04:00	1/4/2011 08:55:00	57 Em processo de seleção	
1216707	SIMONE BORDADOS LTDA	MCR-044	E	24/3/2011 08:29:00	28/3/2011 08:30:00	43 Baixa Automática via Sistema	
1213077	GULA GULA	MCR-044	E	21/3/2011 08:13:00	18/7/2011 14:12:00	7 Reprovado no teste de seleção	
1206797	GULA GULA	MCR-044	E	9/3/2011 14:51:00	18/7/2011 14:34:00	7 Reprovado no teste de seleção	
1205895	FAVILLE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENT	MCR-044	E	28/2/2011 09:58:00	28/2/2011 09:58:00	1 Aceito na ocupacao	
1192086	FAVILLE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENT	MCR-044	E	25/2/2011 09:03:00	28/2/2011 09:58:00	3 Aceito em outra ocupacao (vaga continua ofertada)	
1179493	HOTEL BENDER	MCR-044	E	19/1/2011 14:20:00	28/2/2011 09:58:00	73 Colocado em outra vaga	
1182217	ROSMARINA FEITEN GONÇALVES	MCR-044	E	17/1/2011 09:09:00	3/2/2011 09:57:00	7 Reprovado no teste de seleção	
1176939	FRUTELI GELATERIA	MCR-044	E	6/1/2011 15:20:00	2/2/2011 08:38:00	58 Preenchida pelo empregador	
1164748	LOJAS COLOMBO SA	MCR-044	E	1/12/2010 10:07:00	7/12/2010 09:15:00	9 Candidato compareceu, não aceitou	
1050072	KAGIVA - INDUSTRIA DE BOLAS LTDA	MCR-044	E	13/4/2010 11:19:00	14/4/2010 14:50:00	1 Aceito na ocupacao	
809154	KAGIVA - INDUSTRIA DE BOLAS LTDA	MCR-044	E	27/6/2008 10:41:00	27/6/2008 11:03:00	1 Aceito na ocupacao	

1 período de 12 meses de duração de intermediação

Emp. Inter. +

03/03/2009

último 03/12/2010

Histórico de Qualificação CEP

Copyright©2002-2013 - Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária - SETS
HOST SERVER: SINO III
10.52.32.10 - 1045761919

1 de 1

15-07-2013 10:24

Fonte: Fichas SINE de Marechal Cândido Rondon, organização e acervo da autora.

Sua disposição, evidenciada por tantas procuras ao SINE, sugere que possuir formação no ensino médio e indicar essa condição, somada a possuir diversas práticas de trabalho anteriores não foram suficientes para receber mais aceites nas vagas em que foi encaminhada. Entre as intermediações formuladas, apenas em 3 delas os contratos foram firmados, o que foi confirmado pela lista de seus registros. Além disso, quando a intermediação é bem-sucedida o SINE faz questão de preencher essa informação na ficha para que os índices de intermediações obtenham bons resultados nos indicadores.

É nessa dinâmica, de tantas idas e vindas que a experiência de Maria se constituía. Ao perceber a relação com o SINE enquanto possibilidade ela enfrentava um campo de ações pressionado e limitado (uma vez que os encaminhamentos não

concretizavam contratações). Portanto, ela se propunha a articular uma maneira de lidar com as cobranças dessa relação, entre elas possuir a tal prática anterior, como algo que abrisse uma brecha para ao menos chegar frente a frente com o empregador, pois se na vaga ofertada estiver indicada a exigência “com experiência” e o trabalhador não possuir esse requisito, nem mesmo é encaminhado – via SINE - mesmo que depois a relação de trabalho não fosse efetivada. Mas, o resultado das intermediações é evidência de que só a escolaridade também não irá definir a contratação, do mesmo modo que o artifício de atividade pregressa também não.

Os anúncios de procura por trabalho no jornal “O Presente” são fontes que possibilitaram pensar na forma como alguns trabalhadores ampliam essa procura e se colocam em busca de determinadas relações de trabalho pois na irregularidade de necessidades, as exigências e disposição nas relações de trabalho são sempre mais visíveis e notadas entre as práticas dos trabalhadores do que na revisão das proposições patronais. Por isso, nos anúncios essa questão se apresenta desde a formulação apresentada ao modo como se inserem em determinadas práticas de trabalho.

Um deles, em particular, chamou minha atenção, retomando, inclusive, o início da temporalidade privilegiada nessa investigação:

03/03/2000 – TRABALHO

Moça, boa aparência, 19 anos, procura, como secretária, balconista ou serviços gerais. Possui referências. Tr. (0XX45) xxx-xxxx c/ Tatiane. (CLASSIFICADOS..., 2000, p. 45)

Tatiane constrói o anúncio de forma a trazer primeiro suas características físicas, algo que pode indicar como eleger construir seu anúncio; como avaliou o que seria um diferencial e aquilo que avalia como sendo levado em consideração ao contratarem para as vagas de secretária e balconista. Ao final, indica que possui referências; uma última indicação que se faz presente na grande maioria dos anúncios, sugerindo que supõe ser reconhecida entre os trabalhadores enquanto uma exigência comum feita pelos contratantes e identificada como prática nos anúncios “de” vagas de trabalho, os quais terminam, em grande parte, com a mesma exigência – “com experiência”, por mais que qualificado em outros moldes, também é uma solicitação idealizada pelas empresas e presente no SINE.

Tatiane organiza suas pretensões de modo a indicar como principal interesse o trabalho como secretária e balconista, mas sua pequena mensagem (uma vez que se

paga pela quantidade de caracteres), anuncia ao final, que aceitaria a condição de serviços gerais – condição bem distinta das anteriormente sugeridas. Ceder às urgências de renda e se colocar em vagas que não eram suas principais expectativas, anuncia, também, quais vagas reconhecem como as comumente mais disponíveis para um conjunto de trabalhadores sem maiores dispositivos de acessar melhores vagas – com melhores salários, melhores horários, isto é, melhores condições de trabalho de modo geral..

Tudo isso indica como as ações e intervenções dos sujeitos são feitas percebendo o modo como as desiguais possibilidades de empregabilidade se colocam e tem limites para sua inserção, até mesmo nos anúncios construídos pelos próprios trabalhadores.

O modo como formula o anúncio indica como articula sua inserção em um campo que está sendo disputado. Além disso, expressa como dialoga com as ocupações que vê como possibilidade de inserção. Portanto, sugere quais vagas visualiza como certa demanda comum de trabalhadores, define essas “opções” enquanto pretensão e avaliação do lugar social que ocupa, porém não se restringe a apenas uma opção, dando espaço para diferentes encaminhamentos e modos de tratar tal realidade, deixando claro em que campo de forças apresenta suas aspirações.

Diante de tudo isso, ressalto que procurei nesta dissertação problematizar a atuação de sujeitos frente às relações de trabalho que estabeleciam e se propunha a estabelecer, possibilitando com isso uma reflexão sobre as tensões que experimentam na cidade e no processo social que está se desenvolvendo. Um incômodo expresso por Thompson (1981) ajudou a formular a investigação desta dissertação e o que me propus a realizar. Pois, interessou

Passar dos circuitos do capital para o capitalismo, de um modo de produção altamente conceptualizado e abstrato, dentro do qual o determinismo surge como absoluto, para determinações históricas como o exercício de pressões, como uma lógica de um processo dentro de um processo maior. (p. 181).

Sendo assim, minha preocupação enquanto historiadora foi, a partir dessa perspectiva, alcançar as experiências de determinados sujeitos sociais, os quais contribuíssem para refletir sobre sua presença na cidade e como constroem seus caminhos (modos de viver nesse lugar). A intenção era perceber como enfrentam os limites de suas decisões, vendo, inclusive, como outros trabalhadores interpretam e experimentam essa dinâmica de relações de poder.

Acredito que os trabalhadores apresentados e analisados ao longo da dissertação trazem experiências capazes de expressar conflitos e ambiguidades importantes para se pensar proposições reflexivas e alternativas para a sociedade que vivemos e em relação à ordinariedade das relações dos trabalhadores.

Considerações Finais

Esta dissertação foi construída com o propósito de corroborar com o entendimento sobre como os trabalhadores tratam e interpretam as relações de trabalho com as quais vêm lidando. Para tanto, defendi determinado posicionamento, a partir do qual procurei valorizar a ação dos trabalhadores socialmente, suas movimentações (pela cidade, por vagas de trabalho, assim como os limites propostos pela condição de trabalhador que assumiam), considerando que essa movimentação não está dada, mas que é indicativo de uma ação frequente, uma relação a ser construída em desigualdade de condições.

Assumi determinados pressupostos neste trabalho, consciente dos ajuizamentos que poderiam provocar, mas dos quais não poderia e não conseguiria abrir mão, mesmo sabendo das dificuldades que enfrentaria. A dificuldade foi tamanha, não só por saber dos enfrentamentos dentro do campo historiográfico, mas, também, por tratar dessas experiências, pois dessa maneira me colocava frente a muitas contradições. Ao abrir mão de uma história pronta, cheia de conclusões encadeadas, isso exigiu que eu reconhecesse como as ambiguidades são parte dessa dinâmica social (e, então, eu precisaria assumir isso para conseguir dar continuidade ao trabalho).

Precisei assumir qual era meu lugar, não só de historiadora, mas de trabalhadora que compartilha das dificuldades dessa classe, mas que nesse texto reavaliava essa condição; uma posição que me era cara e que exigiu todo um empenho desenvolvido junto com a Prof.^a Sheille, para que, enfim, assumisse que era parte do processo sobre o qual pesquisava e pertencia a esse tempo de tensão. Tinha dúvidas se minhas experiências favoreciam ou dificultavam meu entendimento sobre o vivido e percebido pelos trabalhadores; e, assim, tornava difícil falar sobre as experiências que eram base para a construção desta dissertação.

Pois, eu não era apenas trabalhadora, mas, inclusive, expressava a avaliação de alguém que estava no universo acadêmico, que interpretava esse processo histórico. Uma visão integral de quem eu era, que influenciou minha perspectiva e o modo como passei a perceber as tramas desses sujeitos.

Mas, nesse sentido, acredito que a franqueza em assumir meu lugar e também o quanto tudo isso era complexo para mim, permitiu que fosse honesta com meu trabalho e com meu leitor. Agradeço à Prof.^a Sheille por me ajudar a perceber como minhas experiências poderiam favorecer ou enriquecer a escrita.

Trabalhei a movimentação de trabalhadores enquanto uma forma de luta, não no sentido de que suas lutas diárias sejam capazes de alterar sua condição de trabalhador em plenitude. Pois, quanto a isso, pretendi mostrar os limites dessas condutas nas relações e processos que apresentei, indicando os caminhos pressionados de suas atuações, uma vez que se confrontavam constantemente com determinadas condicionalidades sociais. Suas próprias condutas reconheciam e apontavam distinção, mas mostravam também que acreditavam que podem e merecem vivenciar e produzir mudanças.

E se isso “é lutar pela vida” eu não posso e não pretendo discordar, mas essas ações que me indicaram o quanto deveria estar atenta às experiências que certos trabalhadores trazem no tempo presente, particularmente ao questionarem a realidade da qual fazem parte, nas entranhas de sua vida doméstica e de suas práticas de trabalho. Esses sujeitos foram analisados em Marechal, onde pude perceber certa dinâmica dos seus viveres enquanto um campo permeado por relações de poder, no qual se embrenham todos os dias para sobreviver, mas, também, defendem e promovem valores e determinado modo de viver.

Estou ciente dos debates que podem advir do uso de certos termos e visões sobre esses sujeitos, mas o que vivenciamos todos os dias, todos os enfrentamentos, inclusive, levantar cedo e passar o dia todo no trabalho, em condições as mais diversas e desfavoráveis possíveis; entre idas e vindas para levar filhos à escola, preparar almoço, manter os cuidados com a casa, dificuldades de locomoção, chegar de um trabalho e já se encaminhar para outro; ou mesmo chegar de um dia de trabalho e ir para faculdade/escola; precisar depois disso cuidar dos filhos ou da mãe doente; lidar com a falta de dinheiro que pode impossibilitar realizar as compras no mercado; ou mesmo a tomada de decisões sobre tratamentos médicos e as limitações dos serviços públicos de saúde.

Tudo isso (dentre outras questões suscitadas pelos trabalhadores entrevistados para essa pesquisa), pode servir, também, para pensar e resolver, diante dessas pressões, procurar novas possibilidades. Diante disso, as relações de trabalho se apresentam como parte dessa construção de alternativas, que possibilite alterações nas condições de vida, uma casa em que o aluguel tenha menor custo no orçamento, sem cortes de despesas, ou necessite procurar o CRAS na tentativa de levar para casa uma Cesta Básica.... ou novos cadastros de atendimentos que acrescentem algum ganho familiar, tais como leite, Bolsa

Família, inscrição na creche, cadastro em curso, encaminhamento médico, entrevista para vagas de trabalho, etc.

Com a Fátima uma destas alternativas se apresentou na pressão para o cadastro de microempresária (como indiquei na página 14 das considerações iniciais), mas quando pergunto se ela contratava a pessoa que a ajudava na limpeza da obra ela explica que: “não, não, eu peguei lá assim ó setenta reais pra cada uma, é ele usou minha firma pra fazer o serviço, mas daí ele pagava individual” (FÁTIMA, 2014). Para a trabalhadora ela e sua companheira estavam no mesmo terreno de práticas de trabalho, inclusive de exploração e opressão, o cadastro de microempresária não alterou sua condição nestas relações, ressaltando como percebem este terreno desigual e, ao mesmo tempo, procuram articular caminhos para desarmar tais armadilhas.

Avaliações feitas em conjunto, pressões e dificuldades compartilhadas frente à condição de trabalhador que meus entrevistados assumiram e que não podem ser aqui enumeradas completamente, mas tornam o embate bastante duro para eles e muitos que se identificam com essas questões.

Essa dinâmica configura a vida de muitos trabalhadores e suas lutas diárias. Sim, uma luta pela vida. O mais expressivo para mim não foi apreender o resultado dessas ações, se houveram ou não mudanças/conquistas consideradas de maior amplitude, mas entender como se configuram como interesse e proposição, quais seus significados para os trabalhadores e como todas essas relações interferem na dinâmica social – quais ações e condutas sugerem ao defenderem tais posicionamentos e o que isso implica no conjunto das relações de poder que estabelecem.

Os sujeitos privilegiados aqui são trabalhadores que vivenciam a exploração. Portanto, não pretendi negar essa condição, mas tratar de como a experimentam, como percebem essas relações de exploração. Entendi as movimentações na cidade como um não gostar do que se vive, observando trabalhadores avaliar as mudanças e permanências enquanto ações pressionadas em que se encontravam. Assim, as tensões vão dando forma às disputas em que se inserem e como se colocam nelas socialmente. Suas ações são construídas a partir das experiências, partindo, também, de situações concretas do seu cotidiano de trabalho, de forma que criam suas maneiras de lidar com essa condição e sentimento da exploração.

Na minha avaliação, a maneira como os trabalhadores se colocam nessas relações pode alterar planejamentos patronais de contratação. Portanto, são relações em desigualdade, mas não apenas que os enquadram no mercado de vagas de trabalho. O

que se pretende tirar desses trabalhadores não é exatamente o que se tira em suas atividades, apesar do prejuízo destes ser indiscutível (sobretabalho, adoecimento etc.). Defendi um posicionamento de que nesse processo (construído nas relações de trabalho) esses sujeitos possuem consciência sobre o vivido e isso era o mais significativo a ser destacado e foi dessa forma que procurei apresentá-los.

Tratar os diversos âmbitos da vida dos meus entrevistados me mostrou que só assim poderia entender suas decisões, valores, expectativas e necessidades. Encerro esse trabalho com pesar pelas tantas documentações/fontes que ficaram de fora, pelas discussões que abri mão; com uma vontade imensa de rever, reescrever, aprofundar discussões, ou talvez, repensar outras.

Termino refletindo sobre como isso tem relação com minha situação no momento – alguém que escreve sobre um processo do qual é parte, o quanto minha condição de trabalhadora tornou difícil terminar essa dissertação, ao mesmo tempo em que não podia deixar de arcar com as obrigações que tinha com a família e com as despesas da casa, que não me permitiam tornar as rotinas de estudo menos duras.

Encerro indicando, ainda, como essas questões continuarão entreabertas, para novas perguntas e possibilidades de discussão. Acredito que a sensação de que há algo a mais a ser problematizado permanecerá. Isso porque são questões da vida que continuam a ser decididas, da minha vida assim, daqueles que indiquei nessa dissertação, daqueles que acompanham e projetam transformações diárias, exigindo sempre a continuidade das interrogações – o que fazer frente às mudanças da legislação trabalhista e o que isso implica nas relações de trabalho de agora em diante? Portanto, talvez esse seja um caminho de reflexão que ainda não tenha se encerrado e necessite de maiores empenhos e retomadas dessas relações.

Fontes:**Fontes Orais**

FÁTIMA (pseudônimo). Entrevista realiza por Saionara Lagos, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Marechal Cândido Rondon-PR, jun. 2014.

LURDES (pseudônimo). Entrevista realizada por Saionara Lagos e Sheille Soares de Freitas, no mês de Março de 2013, em minha residência. Marechal Cândido Rondon-PR.

SÔNIA (pseudônimo). Entrevista realiza por Saionara Lagos, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Marechal Cândido Rondon-PR, jun. 2014.

PATRÍCIA (pseudônimo). Entrevista realizada por Saionara Lagos, no mês de Junho de 2017, em minha residência. Marechal Cândido Rondon – PR.

PAULO (pseudônimo). Entrevista realizada por Saionara Lagos e Sheille Soares de Freitas, na residência do entrevistado, no mês de Janeiro de 2013. Marechal Cândido Rondon-PR.

Fichas Cadastrais – SINE

MARIA (pseudônimo) [FICHA CADASTRAL]. Marechal Cândido Rondon-PR, Inscrição em 03/03/2009, último cadastro em 01/12/2010. Ficha Individual de Cadastro de Candidatos às vagas no SINE.

MARTA (pseudônimo) [FICHA CADASTRAL]. Marechal Cândido Rondon-PR, Inscrição em 19/08/2004, último cadastro em 17/03/2009. Ficha Individual de Cadastro de Candidatos às vagas no SINE.

JOSÉ (pseudônimo) [FICHA CADASTRAL]. Marechal Cândido Rondon-PR, Inscrição em 12/11/2003, último cadastro em 28/01/2008. Ficha Individual de Cadastro de Candidatos às vagas no SINE.

Imprensa

CASA própria: um sonho que se torna realidade para mais 119 famílias rondonenses. 28 fev. 2014. Disponível em: <http://antigo.mcr.pr.gov.br/noticias/2662> Acesso em: 10 jan. 2018

CLASSIFICADOS. **Jornal O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 03 de março de 2000, p. 45.

DESEMPREGO pode ser a porta de entrada para uma nova carreira, 01 de março de 2016. Disponível em: <http://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/desemprego-pode-ser-a-porta-de-entrada-para-uma-nova-carreira/>. Acesso em: 15/10/2017.

DESEMPREGO pode ser a porta de entrada para uma nova carreira, 01 de março de 2016. Disponível em: <http://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/desemprego-pode-ser-a-porta-de-entrada-para-uma-nova-carreira/>. Acesso em: 15/10/2017.

EDITORIAL. Ganha o Comércio. **O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 04 de março de 2013. Disponível em: <<http://www.opresente.com.br/blogs/editorial/ganha-o-comercio-6842/>>. Acesso em 04 de março de 2013.

EDITORIAL. Vagas de trabalho em Marechal Cândido Rondon. **Jornal O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 19 de out. de 2017. Disponível em: <<https://www.opresente.com.br/noticia/vagas-de>>. Acesso em: 19 de out. de 2017.

EMPRESAS enfrentam rotatividade de mão de obra, **Jornal O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 10 março de 2011, p.07.

HABITAÇÃO mais 200 famílias serão beneficiadas com casa própria em Marechal Cândido Rondon, 01 out. 2014.

Disponível em: <http://antigo.mcr.pr.gov.br/noticias/3062> Acesso em: 10 jan. 2018

MAIS de 3 milhões de trabalhadores estão em ocupações precárias, 16 de março de 2016. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/economia/mais-de-3-milhoes-de-trabalhadores-estao-em-ocupacoes-precarias-18876741>>. Acesso em: 15/10/2017.

MERCADO de trabalho oferta muitas oportunidades. **Cooperativa Agroindustrial Copagril**. Marechal Cândido Rondon. Jun/2013. Disponível em <http://www.copagril.com.br/web/noticias/n459/> Acesso em: 20 ago. 2014

MORADORES do Ceval deverão receber novos lotes urbanos. EDITORIAL. **Jornal O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 16 de jul. de 2013.

Disponível em: <http://www.opresente.com.br/noticia/moradores-do-ceval-deverao-receber-novos-lotes-urbanos> Acesso em: 20 dez. 2017.

O SONHO da casa própria se torna realidade para mais 200 famílias rondonenses. 02 out. 2015. Disponível em: <http://antigo.mcr.pr.gov.br/noticias/3754> Acesso em: 10 jan. 2018.

RONDONENSES buscam melhorar de vida fora do país. **Jornal O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 12 de dezembro de 2004, p.7.

SUAS completa 10 anos de atividade. 2015. Disponível em: <http://antigo.mcr.pr.gov.br/noticias/3451> Acesso em: 15/10/2017

SUBEMPREGO dispara no segundo trimestre e ajuda a conter corte de vagas, 17 de agosto de 2017.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/08/1910630-mercado-de-trabalho-e-inadequado-para-263-milhoes-aponta-ibge.shtml>. Acesso em: 15/10/2017

VAGA com carteira assinada da primeiro sinal de reação em dois anos, 01 de setembro de 2017. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/09/1914854-vaga-com-carteira-assinada-da-primeiro-sinal-de-reacao-em-dois-anos.shtml>>. Acesso em: 15/10/2017.

VAGA sem carteira vai ganhando espaço do emprego formal. **Folha de S. Paulo**, 01 de julho de 2017.

Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/07/1897605-vaga-sem-carteira-vai-ganhando-espaco-do-emprego-formal.shtml>>. Acesso em: 15/10/2017.

VAGAS existem, o que falta é mão-de-obra qualificada. **O Presente**, Marechal Cândido Rondon, ano 16, n. 2426, p.11, 10 set. 2008.

Referências:

ABIKO, Alex K.; COELHO, Leandro O. **Mutirão Habitacional**: procedimentos de gestão. Porto Alegre: ANTAC, 2006. (Recomendações Técnicas HABITARE, v. 2).

ALMEIDA, Paulo R.; CALVO, Célia R.; CARDOSO, Heloísa P. Trabalho e Movimentos Sociais: histórias, memórias e produção historiográfica. In: **História**: narrativas plurais, múltiplas linguagens. Organizado por Heloísa Helena P. Cardoso e Maria Clara T. Machado. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 11-38

ALVES, Giovanni; ANTUNES, Ricardo. As Mutações no Mundo do Trabalho na Era de Mundialização do Capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 25, n.87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

BADE, Cristiane. **Especulação do solo urbano em Marechal Cândido Rondon (1980-2008)**: uma análise sobre as relações políticas e empresariais. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência**. Aspectos da cultura popular no Brasil. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

FIOROTTI, Cíntia. **Mudanças no mundo dos trabalhadores**: um estudo sobre as vendedoras de produtos por catálogo Avon e Natura. 241fl. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2009.

FREITAS, Sheille Soares de. Em pauta, as disputas sociais na cidade: notas sobre imprensa e memória em Uberlândia. In: FREDRIGO, Fabiana de Souza et al (Orgs.). **Escritas da História**: Política, identidade e imaginário. Goiânia: E. UCG. 2009. p 209-227.

_____. **Por Falar em Culturas...** Histórias que Marcam a Cidade. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

KHOURY, Yara Aun. Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores: história e historiografia. In.: VARUSSA, Rinaldo José (Org.). **Mundo dos trabalhadores, lutas e**

projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea. Cascavel: Edunioeste - Série Tempos Históricos, 2009, p.124-140.

_____. Narrativas Orais na investigação da história social. **Projeto História**, São Paulo, v. 22, p. 79-103, jun. 2001..

KIRCHHEIM, Carla Andrea Schroeder. **Uma leitura da paisagem urbana e a migração em Marechal Cândido Rondon/PR**. 131 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, 2010.

KOLING, Paulo José; SEIBERT, Carlos A. A construção do complexo agroindustrial de carne suína no extremo oeste do Paraná (1970-1990): estratégias empresariais e o fazer-se dos trabalhadores. In: VI Encontro Internacional da ANPLAC. **Anais...** Campinas: USP, 2006. 11p.

Disponível em: <http://anplac.fflch.usp.br/sites/anplac.fflch.usp.br/files/seibert.pdf> Acesso em: 14 dez. 2017.

LAGOS, Saionara. **Em busca de trabalho?** Pressões, limites e protagonismos de trabalhadores de Marechal Cândido Rondon – Paraná. 94 fls. Monografia (Graduação em História). Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2014.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.) **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2005.

MEDEIROS, E. Antunes. Apresentação; Capítulo III. In: **Trabalhadores e viveres urbanos:** trajetórias e disputas na conformação da cidade. Uberlândia - 1979-2002. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2002.

PAIVA, Gabriel. LAVERDI, Robson. Informalidade e trajetória de trabalhadores dos “chapas” de Marechal Cândido Rondon/PR. In: GEPAL - I Simpósio Lutas Sociais na América Latina. **Anais...** 20 a 22 setembro 2005. Londrina: GEPAL/UUEL.

PIQUITIN, Mauro C. **Memórias sobre o Loteamento Ceval: Histórias de Luta e Resistência.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon. 2014.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral: A pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**, São Paulo, n.14, p. 7-23, fev. 1997.

_____. História Oral e Poder. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v.6, n. 2, p. 2-13, 2010.

PLUFCK, Lia D. **Riscos ambientais: enxurradas e desabamentos na cidade de Marechal Cândido Rondon-PR, 1980 a 2007.** 274fl. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

RODRIGUES, Daniela Melo. **Alternativas em construção: trabalhadores em Marechal Cândido Rondon-PR no limiar do século XXI.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon. 2017.

ROLNIK, Raquel. **História Urbana: História na Cidade.** In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio, Cidade e História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: Faculdade de Arquitetura, 1992.

SANTOS, Carlos Meneses de Sousa. Horizontes abertos em caminhos de trabalhadores. Sobre localidade, regionalidade e globalização. In: VII Simpósio Nacional Estado e Poder, 2012. **Anais...** Uberlândia: UFU/UFF, 2012.

SANTOS, Carlos Meneses de Sousa. **Trabalhadores em Movimento: Horizontes abertos em Marechal Cândido Rondon-PR: Segunda metade do século XX e início do XXI.** Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

SCHMITT, Judite Veranisa. Investigando e debatendo o desemprego em sala de aula. Marechal Cândido Rondon, 2008.

Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1990-8.pdf?PHPSESSID=2010020510002659>. Acesso em 03 out. 2014.

SCOTT, J. C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Revista Raízes**, Campina Grande, vol. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.

TELLES, Vera S. Mutações do trabalho e experiência urbana. **Tempo Social**, São Paulo, v.18, n.1, p. 173-195, 2006.

THOMPSON, E. P. Exploração. In.: _____. **A formação da classe operária inglesa**. A maldição de Adão. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 11-38.

_____. Folclore, Antropologia e História Social. In: NEGRO, Antônio L.; SILVA, Sérgio (Orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001, p.227-267.

_____. O termo ausente: experiência. In.: _____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 180-201.

VARUSSA, R. J (Org.). Frigoríficos: abatendo animais, adoecendo trabalhadores. In: **Eu trabalhava com dor: trabalho e adoecimento nos frigoríficos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p.33-42.

_____. Trabalhadores e frigoríficos na Justiça do Trabalho: Oeste do Paraná, décadas de 1990 e 2000. In.: GOMES, Ângela C.; SILVA, Fernando T. (Orgs.). **A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.